UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA ATIVIDADE FÍSICA

ROSANGELA MARTINS DE ARAUJO RODRIGUES

Atividade física de lazer nos parques urbanos públicos na cidade de São Paulo

São Paulo
2019

ROSANGELA MARTINS DE ARAUJO RODRIGUES

Atividade física de lazer nos parques urbanos públicos na cidade de São Paulo

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Ciências da Atividade Física.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 04 de abril de 2019. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 13 de outubro de 2011.

Área de Concentração:
Atividade Física, Saúde e Lazer

Orientador:
Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)
CRB 8 - 4936

Rodrigues, Rosangela Martins de Araujo

Atividade física de lazer nos parques urbanos públicos na cidade de São Paulo / Rosangela Martins de Araujo Rodrigues ; orientador, Ricardo Ricci Uvinha. – 2019
220 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Atividade Física, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo.
Versão corrigida

1. Lazer - São Paulo (SP). 2. Atividade física - São Paulo (SP). 3. Parques públicos - São Paulo (SP). 4. Parques urbanos - São Paulo (SP). I. Uvinha, Ricardo Ricci, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 306.48120981611

Nome: RODRIGUES, Rosangela Martins de Araujo

Título: Atividade física de lazer nos parques urbanos públicos na cidade de São Paulo

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Ciências da Atividade Física.

Área de Concentração:

Atividade Física, Saúde e Lazer.

Aprovado em: 04 /04 / 2019

Banca Examinadora

Profª Drª Roselene Crepaldi

Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades.

Prof Dr. Antonio Carlos Bramante

Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco

Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades.

*Aos meus pais, Geralda e Liviete, aos meus filhos, Gabriel, Matheus e Clara e meu
marido Sidnei.*

Agradecimentos

Gratidão pela VIDA, abençoada por realizar desejos, sonhos, conquistas, compromissos, estudos, trabalhos.... Construída por pessoas especiais, essenciais, solidárias, que conseguem compartilhar seus tempos para me apoiar em projetos como este. Falo de meus pais, Geralda e Liviete, que não mediram esforços na minha formação como estudante, como profissional e como cidadã. Dos meus amigos e amigas, que vibram comigo sempre, mas neste momento dos que me acolheram no Mestrado e me inspiraram a viver a Universidade de forma tão intensa. Principalmente dos amigos muito parceiros, que me auxiliaram diretamente na produção e finalização desta pesquisa... Vocês me orgulham: Gutto Vieira, Carol Giolo e Mari Siqueira.

Admirável orientador, professor Uvinha, minha gratidão por ter, em meio a tantos compromissos, dedicado seu tempo a me oportunizar experiências que marcaram minha vida profissional, acadêmica e cidadã.

Ao professor Pacheco por ser perseverante na luta e por ter uma “escuta” incrível, a professora Rose Crepaldi pela alegria, amizade, atenção e parceria dentro e fora da Universidade e ao Professor Bramante, um exemplo de pesquisador, profissionalismo, obstinação, alegria e amizade... Minha admiração e meu agradecimento eterno por colaborarem com seus importantes saberes.

Aos professores Douglas Andrade, Juliana Rodrigues, Edmur Stoppa, Paulo Guerra, por terem compartilhado seus saberes com tanto entusiasmo!!!.

Professora Gisele Schwartz, gratidão pelo incentivo inicial... foi determinante!

Ana Paula Guizarde, gratidão por me ouvir, compartilhar e ser parceira em todos os momentos, mesmo à distância!

Gratidão à minha família entusiasta: Vaninha, Tia Vanda, Nani, Neno, Fatinha, Vó Rita, João, Sonia, Anna Beatriz, Paulo, Maria Paula, Gustavo e minha irmã parceira de sempre Rosani. Por terem compreendido a minha ausência, Deus os abençoe infinitamente! Michel e Laura, meus tradutores oficiais, atentos e incríveis!

Com meu coração repleto de emoção, minha gratidão e meu amor aos meus filhos Gabriel, Matheus e Clara, e ao meu marido Sidnei, pela cooperação, compreensão, preocupação e terem trilhado comigo cada passo de mais um projeto. Sem vocês não conseguiria conciliar o SER mãe, mulher, profissional, estudante e pesquisadora... Espero ser um exemplo pra vocês!!!!

“Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que aprendemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significação.”

(FREIRE, 1997, p. 50)

RESUMO

RODRIGUES, Rosangela Martins de Araujo. **Atividade física de lazer nos parques urbanos públicos na cidade de São Paulo**. 2019. 220.f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Versão corrigida.

O presente estudo, de natureza qualitativa, teve por objetivo identificar os fatores motivacionais de adultos para a aderência à prática de atividade física no tempo de lazer em parques urbanos públicos da cidade de São Paulo. Pesquisas acadêmicas e movimentos sociais apresentam a relevância que os parques públicos urbanos têm para que as pessoas usufruam do seu direito à cidade. Estes espaços são cenários para ações e práticas voluntárias de atividade física, bem como para outras práticas de lazer que contribuem para a qualidade de vida da população. É ponto de concordância entre os autores que tratam da gestão do lazer que, conhecer o perfil de público e criar estratégias de aproximação com a população num processo participativo, é primeira condição para o planejamento efetivo e competente de estruturas e espaços de lazer na cidade, especialmente na política pública. Desta forma, este estudo se justificou por sistematizar e fundamentar uma prática de lazer que tem impactos significativos na oferta de atividades físicas à população no âmbito público. Também é relevante por contribuir com a tomada de decisão dos diversos agentes públicos e atores sociais na formulação de políticas públicas e projetos, principalmente para as áreas da saúde, educação, esportes, lazer e cultura. A pesquisa teve finalidade exploratória, com pesquisa bibliográfica onde foram investigadas produções acerca do lazer, da atividade física e dos parques urbanos, bem como temas correlatos, para melhor elucidar o diálogo entre estas áreas. O enfoque documental teve como objeto a documentação oficial da gestão pública, especificamente a legislação da Secretaria do Verde e do Meio do Ambiente – SVMA, sua estrutura gestora, com atenção aos parques públicos urbanos e aos projetos intersetoriais. A pesquisa de campo compreendeu entrevista não estruturada com Gestores/administradores de quatro parques públicos, sendo um parque urbano em cada macrorregião da cidade de São Paulo definidas pela SVMA, com principal enfoque na gestão participativa da animação sociocultural. Incluiu também a aplicação de questionários, acerca das motivações para a prática de atividades físicas e de lazer aos frequentadores dos parques públicos urbanos e a observação participante nos mesmos equipamentos. Desta forma, produziu

parâmetros conceituais que orientam o planejamento de atividades físicas e de promoção do lazer nos parques públicos por meio da animação sociocultural. A gestão participativa dos Conselhos Gestores foi considerada importante estratégia para o desenvolvimento de programação permanente, coerente com o perfil, com os valores e com as expectativas da população. Tanto os parâmetros conceituais quanto a gestão participativa foram considerados prerrogativas para a efetividade de projetos e políticas públicas para a consolidação do direito ao lazer, representado principalmente pelo uso público de parques urbanos da cidade de São Paulo.

Palavras-chave: Atividades de lazer. Atividade física. Parques urbanos.

ABSTRACT

RODRIGUES, Rosangela Martins Araujo. **Physical leisure activity in public urban parks in the city of São Paulo**. 2019. 220 p. Dissertation (Master in Sciences) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2019. Corrected version.

The purpose of this qualitative study was to identify adult motivational factors for adhesion to physical activity during leisure time in public urban parks in the city of São Paulo. Academic researches and social movements present the relevance that urban public parks have for people on the enjoyment their city rights. These spaces are scenarios for actions and voluntary practices of physical activity, as well as for other leisure practices that contribute to population life quality. It is a point of agreement among the authors who deal with leisure management, that knowing the profile of the public and creating strategies of approximation with the community in a participatory process, is the first condition for effective and competent planning of structures and leisure areas in the city, especially in public policy. Thus, this study was justified by systematizing and substantiating a leisure practice that has significant impacts on the offer of physical activities to the population in the public sphere. It is also relevant because it contributes to the decision-making of several public agents and social actors on the formulation of public policies and projects, especially in the areas of health, education, sports, leisure and culture. The research had an exploratory purpose, with a bibliographical survey in which were investigated productions concerning leisure, physical activity and urban parks, as well as related themes, to better elucidate the dialogue between these areas. The documentary focus had as its aim the official documentation of public management, specifically the legislation of the *Secretaria do Verde e do Meio Ambiente* (SVMA), its management structure, with attention to urban public parks and intersectoral projects. The field research consisted of an unstructured interview with managers / administrators of four public parks, being one urban park in each macro-region of the city of São Paulo defined by SVMA, with a main focus on participatory management of socio-cultural animation. It also included the application of questionnaires, about the motivations for the practice of physical and leisure activities to the public of the urban public parks and the participant observation in the same equipments. In this way, it produced conceptual parameters that guide the planning of physical activities and the

promotion of leisure in public parks through socio-cultural animation. The participative management of the *Conselhos Gestores* was considered an important strategy for the development of permanent programming, consistent with the profile, values and expectations of the population. Both, conceptual parameters and participatory management were considered prerogatives for the effectiveness of projects and public policies for the consolidation of the right of leisure, mainly represented by the public use of urban parks in the city of São Paulo.

Keywords: Leisure activities. Physical activity. Urban parks.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma SVMA.....	79
Figura 2 – Organograma ampliado SVMA.....	81
Figura 3 - Observações de frequentadores sobre parques públicos urbanos da cidade de	97
Figura 4 - Gangorras parque B.	99
Figura 5 - Criança brincando com adulto em aparelho de ginástica	99
Figura 6 - Instalação lúdica parque C.....	100
Figura 7 - Triciclos no parque D.	101
Figura 8 - Bikes no parque D.	102
Figura 9 – Frequentadores apreciando paisagem do parque D.....	103
Figura 10 - Bebedouro inativo parque B.....	104
Figura 11 - Quadra esportiva do parque A.	104
Figura 12 – Umidificador parque D.....	105
Figura 13 - Playground do parque B.	106
Figura 14 - Playground parque D.	108
Figura 15 - Ciclovia e comunicação parque B.	110
Figura 16 - Uso do gramado para atividades de lazer.....	111
Figura 17 - Uso de quadras.....	112
Figura 18 - Uso do parque como praia.....	112
Figura 19 - Redário no parque.	113
Figura 20 - Ciclofaixa de lazer.....	114
Figura 21 - Teatro ao ar livre no parque.	115
Figura 22 - Espaços para atividade física pouco utilizados.	115
Figura 23 - Contemplação no parque D.	119
Figura 24 - Instalações do Projeto Saúde no Esporte no parque D.....	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gêneros respondentes à pesquisa.	96
Gráfico 2 - Tempo de frequência aos parques públicos urbanos.....	109
Gráfico 3 - Principal incentivo para adesão ao parque A.	116
Gráfico 4 - Principal incentivo para adesão ao parque B.	117
Gráfico 5 - Principal incentivo para adesão ao parque C.....	117
Gráfico 6 - Principal incentivo para adesão ao parque D.....	118
Gráfico 7 - Adesão dos munícipes ao parque A.	119
Gráfico 8 - Adesão dos munícipes ao parque B.	121
Gráfico 9 - Adesão dos munícipes ao parque C.	121
Gráfico 10 - Adesão dos munícipes ao parque D.	122
Gráfico 11 - Distância entre moradias e parques.	123
Gráfico 12 - Principais atividades realizadas no parque A.....	124
Gráfico 13 - Principais atividades realizadas no parque B.....	124
Gráfico 14 - Principais atividades realizadas no parque C.	126
Gráfico 15 - Principais atividades realizadas no parque D.	126
Gráfico 16 - Periodicidade de atividade física de lazer de usuários em parques públicos.....	127
Gráfico 17 - Gestão das atividades realizadas pelos usuários de parques urbanos públicos.....	129
Gráfico 18 - Comunicação de programação de parques públicos urbanos.....	129
Gráfico 19 - Participação de usuários na programação de parques públicos urbanos.	130
Gráfico 20 - Adequação dos parques para as atividades físicas de lazer.....	131
Gráfico 21 - Parque público como principal local para atividade física de lazer.....	132
Gráfico 22 - Conhecimento dos usuários de parques sobre Conselho Gestor.	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Parques públicos urbanos na cidade de São Paulo - 1825 - 2018.	60
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Benfeitores de Interlagos
AICE	Associação Internacional de Cidades Educadoras
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo
CONPRESP	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
DEPAVE	Departamento de Parques e Áreas Verdes
ENAREL	Encontro Nacional de Recreação e Lazer
FEMA	Fundo especial para o Meio Ambiente
FUNDURB	Fundo de Desenvolvimento Urbano
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
OUCAE	Operação Urbana Consorciada Água Espraiada
PDE	Plano Diretor Estratégico
PMSP	Prefeitura do Município de São Paulo
SABESP	Companhia de Saneamento Básico de São Paulo
SEME	Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação
SESC	Serviço Social do Comércio
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SMSP	Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras
SVMA	Secretaria do Verde e do Meio Ambiente
TAC	Termo de Compromisso Ambiental

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	Justificativa	23
1.2	Problema.....	24
1.3	Objetivos.....	24
1.3.1	<i>Objetivos específicos</i>	<i>24</i>
1.4	Método	25
1.4.1	<i>Finalidade</i>	<i>25</i>
1.4.2	<i>Procedimentos</i>	<i>25</i>
1.4.3	<i>Amostra</i>	<i>29</i>
2	ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS DA ATIVIDADE FÍSICA E DO LAZER	30
2.1	A cidade, os parques e o lazer: relações históricas e de direito	36
2.2	Influências e motivações para a atividade física e lazer: contribuições interdisciplinares	48
3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DE GESTÃO PARQUES PÚBLICOS URBANOS DA CIDADE DE SÃO PAULO	57
3.1	Os parques na cidade de São Paulo	58
3.2	Organização e gestão dos parques públicos urbanos	78
4	GESTÃO PARTICIPATIVA, ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL E PROMOÇÃO DE ATIVIDADES FÍSICAS DE LAZER NOS PARQUES PÚBLICOS	84
4.1	Gestão participativa e os Conselhos Gestores de parques públicos.	85
4.2	Animação sociocultural e o corpo como elemento central.....	89
5	PANORAMA DA ATIVIDADE FÍSICA DE LAZER DOS PARQUES PÚBLICOS URBANOS DA CIDADE DE SÃO PAULO	96
5.1	Estruturas e usos públicos para atividade física de lazer.....	106
5.2	Influências motivacionais de frequentadores de parques urbanos	116
5.3	Gestores Públicos de Parques Urbanos e a gestão participativa.....	133
5.3.1	<i>Unidades e Recortes temáticos.....</i>	<i>134</i>
5.3.1.1	<i>Unidades temáticas (UT) do Gestor 1</i>	<i>134</i>
5.3.1.1.1	<i>Dinâmica local do Conselho Gestor para G1</i>	<i>134</i>
5.3.1.1.2	<i>Participação dos cidadãos na Gestão do parque para G1</i>	<i>135</i>
5.3.1.1.3	<i>Estrutura administrativa e atribuições de G1.....</i>	<i>135</i>
5.3.1.1.4	<i>Programação e projetos de G1</i>	<i>135</i>
5.3.1.1.5	<i>Perfil e frequência de público para G1</i>	<i>136</i>

5.3.1.1.6 Comunicação e divulgação aos munícipes de G1	136
5.3.1.2 Unidades temáticas do Gestor 2.....	137
5.3.1.2.1 Estrutura administrativa e atribuições de G2.....	137
5.3.1.2.2 Dinâmica local do Conselho Gestor para G2	137
5.3.1.2.3 Comunicação com o munícipe para G2	138
5.3.1.2.4 Uso público para G2	138
5.3.1.2.5 Perfil e frequência de público para G2	138
5.3.1.2.6 Programação e projetos de G2.....	139
5.3.1.2.7 Concessão de parques para G2	140
5.3.1.3 Unidades temáticas do Gestor 3.....	140
5.3.1.3.1 Atribuições da gestão de G3.....	140
5.3.1.3.2 Dinâmica local do Conselho Gestor para G3	140
5.3.1.3.3 Perfil e frequência de público para G3.....	141
5.3.1.3.4 Programação e projetos de G3.....	141
5.3.1.3.5 Estrutura administrativa e atribuições de G3.....	141
5.3.1.3.6 Comunicação com o munícipe de G3	141
5.3.1.3.7 Concessão de parques. Composta da linha 47 à 50.....	141
5.3.1.4 Unidades temáticas do Gestor 4.....	142
5.3.1.4.1 Atribuições da gestão de G4.....	142
5.3.1.4.2 Estrutura administrativa e atribuições de G4.....	142
5.3.1.4.3 Dinâmica local do Conselho Gestor para G4	143
5.3.1.4.4 Comunicação com o munícipe para G4	144
5.3.1.4.5 Uso público para G4	144
5.3.1.4.6 Perfil e frequência de público G4	145
5.3.1.4.7 Programação e projetos de G4	146
5.3.1.4.8 Concessão de parques para G4	148
5.3.2 <i>Análise dos discursos com enfoque nos Conselhos Gestores</i>	148
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS	156
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	164
APÊNDICE B - QUADRO DE NORMAS DE TRANSCRIÇÃO.	166
APÊNDICE C - TRANSCRIÇÕES DE ENTREVISTAS COM GESTORES.....	167
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA USUÁRIOS DE PARQUES URBANOS PÚBLICOS	203

ANEXO A – LEI Nº 15.910 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2013. DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CONSELHOS GESTORES DOS PARQUES MUNICIPAIS.....	207
ANEXO B – NÚCLEOS DE GESTÃO DA SVMA	213
ANEXO C – TERMO DE RESPONSABILIDADE SVMA	215
ANEXO D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	217

1 INTRODUÇÃO

Um dos movimentos mais significativos que se pode observar nos espaços urbanos das cidades nos últimos tempos é a presença de corpos em movimento em busca de vidas mais ativas e saudáveis. São práticas corporais diversas, possivelmente incentivadas pelo espírito de saúde e bem-estar, que ocupam as ruas, como as corridas organizadas, muitas vezes autogeridas, que impulsionaram a criação de pistas de caminhada, o uso de parques, praças e espaços urbanos para esportes radicais, a instalação maciça de academias pela cidade e a criação de assessorias de atividades físicas em empresas, entidades e instituições.

Especialmente na cidade de São Paulo, caracterizada pelo crescimento imobiliário vertiginoso, a presença de pessoas usufruindo dos parques da cidade com a prática de atividades físicas, individual ou coletivamente, pode ser o retrato da descoberta de um corpo que há anos esteve sob o controle da moral e da religião, mas também pode ser o resultado de um processo de aprendizagens, de incentivos e de experiências que motivaram a vida de uma geração, que hoje demanda por ações gestoras, que considerem a expressão das identidades vinda da cultura corporal e das motivações como elemento central para as decisões de políticas, programas e projetos nos parques urbanos.

A partir dos anos 1990 houve uma verdadeira expansão nos programas, serviços e empreendimentos para ginásticas, danças e inúmeras inovações em atividades físicas. Porém, com o decorrer dos anos, percebe-se que os conceitos e as motivações que levam à adesão destas práticas foram se modificando e exigindo novas propostas para sua fidelização. Assim também ocorreu com as diversas instituições, tanto específicas quanto não específicas da área, que procuram ofertar atividades físicas fundamentadas nos conceitos e motivações trazidos pela própria sociedade, que ora envolvem elementos de culto ao corpo, ora a busca pelo bem-estar ou ainda de modismos.

Desta forma, vão surgindo oportunidades com o objetivo de que a atividade física de lazer se torne efetiva na vida das pessoas. Algumas iniciativas, no entanto, se aprofundam no significado das práticas de atividades físicas e as promovem de forma que facilitem às pessoas o seu acesso e despertem na sociedade uma nova forma de promoção de saúde, bem-estar e lazer. Um exemplo, ao que se pode

observar, é que na cidade de São Paulo, a Secretaria da Saúde mantém a área de Medicina Tradicional, Homeopatia e Práticas Integrativas em Saúde que oferece, dentre inúmeras possibilidades, a caminhada, as práticas corporais da medicina tradicional e diversificadas atividades físicas. Estas ações integram o Plano Municipal de Saúde 2014-2017 e atendem ao disposto na Portaria nº 2488 de 21 de outubro de 2011 da Política Nacional de Atenção Básica 2011 (SÃO PAULO, 2014; BRASIL, 2011). Este fato revela os indícios da transversalidade que segue a atividade física na cidade.

Outro aspecto de significativa relevância é a forma pela qual os parques urbanos estão se preparando para receber as pessoas para as práticas de atividade física. Os administradores ampliam seus horários, instalam equipamentos, melhoram a segurança e a manutenção, entre outros aspectos que são relatados em estudos sobre a importância da adequação de parques como determinante à realização de atividade física e do lazer (SZEREMETA; ZANNIN, 2013). Os parques e as áreas verdes têm representado a aproximação à natureza e a percepção de liberdade, peculiar do usufruto de atividades de lazer.

Para Dumazedier (1999, p. 169) “[...] o espaço de lazer é determinado pelas características da população que o utiliza, pelo modo de vida dos diferentes meios sociais que o frequentam” e deve respeitar, promover a diversidade cultural dos indivíduos para escapar à uniformização, à padronização, ao tédio social. Além disso, sugere que deve ser um espaço temporal, sincronizado com demais esferas, climas, circulação urbana, pois tais ritmos são impostos à concepção do espaço de lazer, considerando que este depende do tempo, é relativo e dinâmico.

Na cidade de São Paulo, se observa uma frequente adesão aos parques urbanos, principalmente nos finais de semana, para as mais diferentes práticas de atividades físicas e lazer. Cerca de 70% dos usuários declaram realizar atividade física,

como caminhadas (46%), correr e fazer *cooper* (14%), malhar, fazer ginástica, musculação, aeróbica e/ou alongamento (13%), outros 9% costumam jogar bola, 3% andam de bicicleta e/ou skate e 2% jogam vôlei, basquete, tênis ou ping-pong (WHATELY, 2008, p. 71).

Segundo o Guia dos Parques Municipais de São Paulo (SÃO PAULO, 2014), são 103 parques públicos municipais, onde há pistas de *cooper*, de skates, quadras poliesportivas, apresentação de shows, cursos diversos, além de lagos e vasto verde. Na gestão, conta com o apoio dos Conselhos Gestores, eleitos por usuários das unidades, para definirem as diretrizes para a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente administrar e gerir recursos necessários para a manutenção e para melhorias dos parques.

Diferentes estudos no âmbito de atividades de lazer e atividade físicas nos parques urbanos têm apresentado os valores e os significados que estes espaços têm para determinar a melhor qualidade de vida da população, porém, percebe-se que a adesão às práticas está distante de revelar uma sociedade saudável, que usufrua de tais direitos de forma efetiva, ou em longo prazo, e que apresente mudanças de estilo de vida significativas. É necessário estabelecer coerência entre o que se oferece enquanto espaço e as motivações, desejos e emoções das pessoas que nele estão situadas (SZEREMETA; ZANNIN, 2013; CASTELNOU, 2006).

Algumas indagações surgem ao observar o atual cenário em que significativa parcela da população pratica alguma atividade física para a promoção do lazer nos parques públicos urbanos. A primeira, sobre a coerência da oferta de atividades físicas frente às motivações dos indivíduos, aspecto fundamental para a gestão de políticas públicas no setor. E, sobre a experiência da atividade física para os indivíduos ao longo da vida, que tenha efetivamente motivado para uma prática duradoura. Acredita-se que estes questionamentos devem anteceder o planejamento de espaços, bem como a oferta de serviços de atividades físicas e lazer, principalmente no âmbito público.

Dumazedier (1999, p. 167) coloca a questão de gestão como uma ação intersetorial, multiprofissional, pois, a eficácia de uma política pública cultural para equilibrar os valores de diversão, descanso e desenvolvimento se dá por uma “tomada de consciência coletiva, de uma liberação de todos os organismos interessados e de uma busca do *optimum* por uma Comissão local ou regional do desenvolvimento cultural”. Ainda, indica a necessidade de pesquisas globais acerca do desenvolvimento econômico a fim de determinar as melhores estratégias,

enumerar e classificar seus agentes públicos e privados e incluir reformas legislativas, dos equipamentos e dos homens, para o desenvolvimento cultural das coletividades urbanas. Segundo o autor, as condições de livre acesso do maior número de pessoas aos níveis mais elevados de cultura do corpo e do espírito devem ser problematizadas por uma tomada de consciência coletiva.

Neste contexto os parques, pelos elementos atrativos que os compõem e por se constituírem num espaço de lazer urbano, são espaços privilegiados para a prática de atividades físicas para promoção do lazer das coletividades. Ao se relacionar as questões teóricas que fundamentam as ações urbanas, incluindo prioritariamente os parques, a pesquisa sobre o perfil de usuários se faz inerente e necessária para se estabelecer critério de animação sociocultural e gestão.

A animação cultural no campo das atividades físicas é um caminho fundamental para a participação dos indivíduos adultos nos parques e se constitui na educação para o lazer, na medida em que possibilita e amplia a utilização do espaço urbano. Contudo, é importante que o lazer integre a política de desenvolvimento cultural que se estenda ao ciclo extraescolar. Dumazedier (1999 p. 166) propõe que,

[...] a aprendizagem das atividades físicas na escola poderia prolongar-se para os adultos por certo estilo de lazer que o urbanista favoreceria prevendo ruas sem carros para o passeio, praças livres, espaços verdes, parques, terrenos de jogos, terrenos de esportes repartidos entre o centro da cidade, a periferia e os arredores.

A revisão preliminar de literatura aponta que há fatores de infância, como estímulos familiares, práticas escolares que influenciam na escolha e aderência de uma vida ativa. Portanto, as oportunidades apresentadas por meio de projetos, programas e infinitas ofertas para a prática de atividade física, tanto pagas quanto não pagas, os incentivos pelos inúmeros atores sociais e mídia e as informações sobre os benefícios da prática de atividades físicas ainda não determinam a sua aderência voluntária nos parques urbanos. Agrega-se aqui a importância de uma educação para o lazer, que contribua para a percepção do direito de uso do espaço urbano desde a tenra idade. Assim, se torna fundamental que as políticas de gestão para uso dos parques urbanos incluam ações com crianças e jovens, fases em que os incentivos podem promover mudanças de comportamento mais duradouras,

adultos mais ativos e que ampliem o usufruto do tempo de lazer nos parques da cidade.

Desta forma, um encaminhamento significativo para o presente trabalho é ampliar o conhecimento sobre perfis de público, considerando que é a base primordial para planejamento de ações no campo da atividade física para o lazer. Além disso, reconhecer as possibilidades de participação como critério para promover a percepção de direitos e de senso de pertencimento dos parques urbanos para a prática da atividade física para a promoção do lazer.

O primeiro capítulo deste estudo contextualiza a atividade física para a promoção do lazer e se concentra principalmente nas motivações que ocorrem durante a vida das pessoas para que na vida adulta utilizem os parques públicos urbanos, como percepção deste direito. Sendo o lazer uma área essencialmente interdisciplinar, serão apresentadas contribuições de áreas, como por exemplo, a psicologia social para compreensão da construção da motivação nas pessoas e a educação e seu papel na percepção no direito ao lazer. Também serão apresentados conceitos, reflexões e pesquisas contemporâneas acerca das experiências de atividade física e lazer e recentes pesquisas sobre o uso do tempo livre. O capítulo também aponta como têm atuado os diversos atores institucionalizados ou não para a construção dos valores para a prática de atividade física de lazer e os conceitos acerca dos incentivos que levem à construção de tais valores no campo da educação não-formal.

Recorrente entre os autores que analisam o surgimento de parques na cidade de São Paulo é a ideia de que estes espaços são propícios para o tempo de lazer. Na maioria dos estudos a estrutura dos parques e seus atributos são considerados elementos favoráveis ao uso público. Assim, o segundo capítulo apresenta a estrutura organizacional e de gestão dos parques públicos da cidade de São Paulo.

No terceiro capítulo a animação sociocultural cultural é compreendida como o contexto em que se desenvolve a atividade física para promoção do lazer. Desta forma, trata da participação das comunidades na gestão dos parques, haja vista a importância da gestão participativa para estabelecer uma relação de pertencimento com o espaço urbano, e na definição da programação de animação sociocultural que tenha o corpo como elemento central nos parques públicos da cidade de São Paulo.

O panorama da atividade física, desde a aderência à sua gestão nos parques públicos urbanos da cidade de São Paulo, é apresentado no quarto capítulo, com reflexões sobre os relatos de munícipes acerca de suas motivações e formas de uso dos parques em diálogo com o discurso de gestores, com enfoque principal na dinâmica dos conselhos gestores. As análises são permeadas e mediadas pelas observações realizadas em todos os contextos da pesquisa de campo, cujo registro se deu por fotos e diário de campo, que retrataram a dinâmica, bem como a reação dos usuários ao lançarem olhos mais atentos às condições gerais dos parques, à oferta de atividades e à gestão pública de tais instalações. Este capítulo mostra o quanto se tem a fazer para que de fato a gestão de parques possam oferecer possibilidades de desenvolvimento das pessoas e o usufruto do direito ao lazer na cidade, de forma a minimizar a descontinuidade de programas e projetos neste setor.

1.1 Justificativa

Esta pesquisa se justifica por sistematizar e fundamentar uma prática de lazer que tem impactos significativos com a oferta de atividades físicas à população no âmbito público. Há consideráveis registros de participação de indivíduos em atividades físicas nos parques da cidade de São Paulo, e que, de acordo com o objetivo expresso na Política Nacional de Promoção da Saúde, se apresenta como um dos determinantes e condicionantes para a promoção da qualidade de vida e redução de riscos à saúde (BRASIL, 2010).

Também se justifica por preencher uma lacuna na pesquisa científica, que possa contribuir com a tomada de decisão dos diversos agentes públicos e atores sociais na formulação de políticas públicas e projetos, principalmente para as áreas da saúde, educação, esportes, lazer e cultura, atendendo assim ao disposto nas estratégias de implementação da Política Nacional de Promoção da Saúde (BRASIL, 2010). Numa investigação preliminar na base de dados dos periódicos da Capes foram encontrados dez artigos que fazem correlações diretas e indiretas entre atividade física, parques urbanos e lazer. Em geral, os artigos abordam a percepção de usuários sobre os atributos de áreas verdes para a prática de atividade física e a

importância destes espaços para a qualidade de vida. Destes artigos, três foram descartados por mencionarem apenas uma vez um dos termos de busca. Somente dois artigos tratam dos três termos, de forma que um deles analisa a mudança de comportamentos frente às práticas de atividades físicas e o outro as influências sociais e ambientais atuais para a prática de atividades físicas na vida adulta. Somente um dos artigos é considerado relevante para o presente estudo, pois avalia a associação entre a prática de atividades físicas sistematizadas na adolescência e o nível de atividade física no lazer na idade adulta. Desta forma, foi incluso como referencial bibliográfico. E, quatro artigos ressaltam a importância e a percepção dos espaços urbanos ou áreas verdes para a prática de atividades físicas.

Outra relevância deste estudo é que poderá estabelecer parâmetros para promoção de mudanças de comportamento, tanto para a adoção de um estilo de vida diversificado e saudável, onde a atividade física é elemento fundamental, quanto para a ampliação do uso dos parques urbanos como espaços onde se legitima o direito ao lazer e onde se estabelecem novas relações de pertencimento e de criatividade com a cidade.

1.2 Problema

Quais fatores influenciam a participação de indivíduos adultos à prática de atividade física para a promoção do lazer nos parques públicos urbanos da cidade de São Paulo?

1.3 Objetivos

Identificar os fatores motivacionais de adultos para a aderência à prática de atividade física no tempo de lazer em parques urbanos públicos da cidade de São Paulo.

1.3.1 Objetivos específicos

Analisar o perfil de público e a oferta de atividades físicas para o lazer no âmbito de parques urbanos públicos;

Conhecer o contexto de parques urbanos públicos para a prática de atividades físicas no tempo de lazer;

Identificar estratégias de gestão para implementar atividades físicas para o lazer nos espaços públicos da cidade.

1.4 Método

Trata-se de pesquisa de natureza qualitativa, pois permite descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, assim como compreender e classificar processos dinâmicos vivenciados por grupos sociais e o significado de suas experiências (RICHARDSON, 1999; THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012).

1.4.1 Finalidade

A pesquisa tem finalidade exploratória, pois têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. Pode-se afirmar que a maioria das pesquisas realizadas com propósitos acadêmicos, pelo menos num primeiro momento, assume o caráter de pesquisa exploratória, pois neste momento é pouco provável que o pesquisador tenha uma definição clara do que irá investigar (GIL, 2010).

1.4.2 Procedimentos

Na pesquisa bibliográfica foram investigadas categorias teóricas de análise centradas nas palavras-chave Atividades de lazer, Atividade física e Parques urbanos Também abordou temas correlatos para melhor elucidar o diálogo entre estas áreas, bem como o contexto no qual se inserem. A bibliografia apresentada no Programa de Pós-graduação Ciências da Atividade Física foi relevante presença nesta construção. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Vergara (1998, p. 46) “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros,

revistas, jornais, redes eletrônicas, (...)”. Para Gil (2010, p.29) ela é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet. Desta forma, a pesquisa bibliográfica foi crucial para fundamentação dos temas apresentados nos capítulos que compõem este estudo e das abordagens de campo, especialmente no momento de discussão.

A pesquisa documental teve como objeto a documentação oficial da gestão pública, especificamente da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), para análise da oferta de atividades físicas e de lazer nos parques públicos urbanos da cidade de São Paulo, bem como de possíveis projetos intersetoriais. Vergara (1998) descreve que investigação documental é a “realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros, anais, regulamentos, [...] diários, cartas pessoais e outros” (p.46).

A pesquisa de campo foi desenvolvida por entrevista não estruturada, ou seja, partir de uma pauta, seguida de sequência de perguntas complementares, realizadas na medida em que o tema se desenrolou. Para transcrição pesquisadores adotam normas e critérios. Marcuschi (1986) apresenta uma compilação de quatorze sinais mais frequentes. Alguns destes sinais foram utilizados no presente trabalho e, como sugere o autor, estão resumidos no Apêndice B.

Após transcrição integral das entrevistas, foi aplicada a análise de discurso. (INDURSKY, 1989; MINAYO, 2004), que teve por objeto a fala discursiva de gestores de parques urbanos públicos da cidade de São Paulo, com enfoque na atuação, nas possibilidades de uma gestão participativa, bem como no contexto em que ela ocorre. O discurso foi o resultado de entrevistas não estruturadas, partindo de uma pauta seguida de sequência de perguntas complementares, realizadas na medida em que o tema se desenrolava. Foram realizadas com quatro gestores, sendo que com dois, G1 e G2, em salas de aproximadamente três metros quadrados, em frente às suas mesas de trabalho, sem interromper a rotina do parque e, para tanto, demais profissionais da administração absorviam as demandas

e ligações telefônicas. Com os gestores G3 e G4 as entrevistas, por acordo, foram realizadas utilizando o aplicativo whatsapp, por onde foi possível enviar as perguntas mobilizadoras e respostas, bem como os consequentes esclarecimentos e desdobramentos, quando necessários, conforme conceito de entrevista não estruturada. Como parte da pesquisa de campo, as entrevistas foram autorizadas mediante Termo de responsabilidade SEI 6027.2018/0004928-9 (Anexo C), e agendadas com cada gestor por contato telefônico, *email* e *whatsapp* corporativo. Para gravação da entrevista foi utilizado o aplicativo Gravador de Voz Fácil, versão 2.5.5 da Digipom, instalado em um dispositivo Moto G6 android 8.0.0, onde foram produzidos arquivos de voz com os tempos de 38m44s para o Gestor 1, 29m35s para o Gestor 2, 23m53s para o Gestor 3 e 45m51s para o Gestor 4. A transcrição foi realizada com pequenos ajustes de grafia, que não prejudicassem na análise.

Os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), emitido em duas vias, e suas identidades foram mantidas em sigilo cujas transcrições presentes no Apêndice C, desta forma, para sua identificação e das pessoas mencionadas no discurso foram utilizados números e letras: G para Gestor de Parque, P para Parque, além de números para distinguir os gestores (G1, G2, G3, G4), letras para distinguir parques (Pa, Pb, Pc e Pd), bem como regiões (Ra, Rb, Rc e Rd) e bairros (Ba, Bb, Bc e Bd), de acordo com o parque de jurisdição. Para mais de um bairro relativo à mesma jurisdição utilizou-se sequência numérica (Ba1, Ba2, Ba3...). Os discursos contribuíram para compreender os espaços e formas de participação dos sujeitos, pois as motivações para uso dos parques urbanos públicos da cidade de São Paulo, são hipoteticamente o resultado de experiências no decorrer da vida, como, por exemplo, o sentimento de pertencimento, que pode ser desenvolvido por meio de um processo em que a gestão participativa tem significativa contribuição.

A análise considerou o conjunto de conceitos da teoria semântica da enunciação (INDURSKY, 1989), onde a análise de textos e a linguística devem ser combinadas para que uma contribua para a compreensão da outra. Para o autor, o sentido da argumentação tem uma ordem puramente linguística e assim, a argumentação não é agregada de sentido, mas constitui o sentido. Também a análise apropriou-se da teoria de polifonia (DUCROT, 1980), em que se distingue

locutor de enunciador, onde locutor é quem emite o discurso e é responsável pelas palavras no momento da enunciação. Ao incorporar na sua fala a fala de outros autores, dá origem ao Enunciador, responsável pelos atos ilocutórios que são veiculados pelo enunciado do Locutor. Assim, foi subdividida em dois recortes, de Unidades Temáticas e Recortes Enunciativos, apresentados para que se procedesse ao terceiro momento, que se refere ao olhar crítico para o texto, para compreender o quê e em qual contexto está dito, intitulado Exercício de Análise, sem repetir o que autores já falam no discurso.

Os questionários (Apêndice D), com perguntas abertas e fechadas, foram formulados acerca das motivações para a prática de atividades físicas e de lazer dos frequentadores de parques. A permanência para aplicação em cada parque foi no horário entre 10h00 e 15h00. A pesquisadora abordava as pessoas na proximidade das saídas, pois garantiu que as atividades dos sujeitos nos parques não fossem interrompidas, solicitava às pessoas a concordância em responder ao questionário de uma pesquisa da USP sobre o tema atividade física de lazer. Após a concordância verbal, mais alguns detalhes foram apresentados, principalmente o Termo de Consentimento, Livre e Esclarecido (Apêndice A), que foi assinado em duas vias, uma para integrar os documentos da pesquisa, outro para o respondente. Foram aplicadas 17 questões, sendo três estruturadas, uma aberta não estruturada e 13 fechadas de múltipla escolha.

Os questionários foram tratados, utilizando o software SPSS versão 23, cujos resultados foram organizados em gráficos no programa *Excel*, com exceção à pergunta aberta, cuja apresentação se dá em forma de nuvem de palavras.

Realizada a observação participante, com gravação de relatos da pesquisadora, anteriormente às entrevistas, com transcrição posterior. Esta técnica permite analisar a realidade social, captar os conflitos e tensões existentes, além de identificar grupos sociais e interpretá-los. Na observação participante o pesquisador está mais seguro, uma vez que não é, necessariamente, restrito a um instrumento rígido de coleta de dados à distância (MINAYO, 2004). A observação teve enfoque no uso público, bem como na infraestrutura nos referidos parques, tanto antes da aplicação dos questionários com usuários dos parques, quanto antes das entrevistas com os gestores, no intuito de criar um diário de campo. Tais observações foram

gravadas, pois, registrar e anotar as ocorrências físicas e sociais antes e durante as entrevistas podem enriquecer a transcrição (MANZINI, 2008).

Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade de São Paulo, CAAE: 87787817.8.0000.5390, sob o parecer nº 3.067.711, por estar de acordo com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde – MS.

1.4.3 Amostra

Para entrevista, a amostra foi formada por Gestores/administradores de quatro parques públicos, selecionados intencionalmente, segundo o critério de maior parque público urbano de cada região da cidade de São Paulo, que atendeu à divisão de regiões praticada pela SVMA. A referência para seleção dos gestores públicos foi o Guia de Parque, publicado em terceira edição pela SVMA. Portanto, foram selecionados os parques: Parque Anhanguera na região norte, Parque Ibirapuera na região Sul, Parque do Carmo na região leste e, para a região Centro-Oeste o parque da jurisdição é o Cemucam, porém, se localiza fora do Município de São Paulo. Desta forma, o estudo passou a considerar o segundo maior parque da região o Parque Raposo Tavares. Foi o total de quatro Gestores públicos de parque públicos urbanos.

Para os questionários, a amostra foi formada por dez frequentadores adultos em cada um dos quatro parques urbanos selecionados, aleatoriamente abordados. Considerando os objetivos da pesquisa, foi necessária a realização de uma amostra, compreendendo o intervalo de segunda à sexta-feira, sendo um dia para cada parque. O total da amostra foi de quarenta frequentadores de parques públicos urbanos da cidade de São Paulo e quatro gestores dos mesmos equipamentos.

Para a análise documental, foi considerado o universo de projetos secretarias, intersecretariais e da programação, desenvolvidos e registrados em documentos internos ou disponibilizados no site da SVMA, acerca de 77 parques públicos urbanos da cidade de São Paulo.

2 ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS DA ATIVIDADE FÍSICA E DO LAZER

O cotidiano das cidades é tomado por possibilidades de interação, onde emergem as práticas de educação, considerando que elas podem ocorrer em todos os lugares, nas concepções não formal e informal, que coexistem para além do espaço escolar e situadas historicamente. Assim, “cada corpo expressa a história acumulada de uma sociedade, que nele marca seus valores, suas leis, suas crenças e seus sentimentos” (SILVA; HÚNGARO; SOLAZZI, 2008, p. 144).

Cada pessoa carrega especificidades culturais, por onde a sociedade se expressa. Num processo de incorporação o corpo assimila e se apropria de regras, normas e valores de uma sociedade. Portanto, em cada momento histórico há uma compreensão peculiar de corpo e seus significados, pois é fruto da interação natureza e cultura (SILVA; HÚNGARO; SOLAZZI, 2008).

Em todos os tempos a educação física cumpriu papel significativo como área que imprime as questões sociais e políticas no fomento da atividade física, especialmente no âmbito escolar e, assim, é um caminho para conhecer as concepções contemporâneas da corporeidade, bem como do lazer físico-esportivo, quando a atividade física é considerada um conteúdo cultural do lazer¹.

Observa-se uma significativa relação da educação física, tanto como área de estudos quanto uma área de possibilidades corporais, e o lazer. Marcelino (2008) aponta que ainda é mínima a produção acadêmica relativa aos interesses físico-esportivos e esclarece que,

[...] no ramo pedagógico da educação física, a educação motora, ou a educação física escolar, veremos as ligações com o duplo aspecto educativo do lazer: educação para o lazer e pelo lazer – 1) como objeto (educação pelo lazer), na perspectiva de chamar a atenção para a importância do lazer na nossa sociedade (tendo em vista a sua pouca ressonância social) e dando iniciação ao conteúdo cultural específico (físico-esportivo), mostrando a relação com os demais; 2) como veículo (educação pelo lazer), trabalhando os conteúdos vivenciados pelo lazer, a partir deles, buscando a superação do conformismo, pela crítica e pela criatividade; e 3) como conteúdo e forma, no desenvolvimento das aulas, buscando incorporar, o máximo possível, o componente lúdico da cultura (p. 48-49).

¹ Trata-se de classificação criada por Dumazedier (1980) baseada no princípio do interesse cultural central de cada atividade de lazer. São os interesses físico-esportivo, intelectual, manual, artístico e social, que formam o que intitulou Conteúdo Cultural do Lazer. Para o autor essa ferramenta pedagógica se modificaria em cada contexto de sociedade. Sendo assim, Camargo (1986) acrescenta o interesse cultural turístico.

O autor ainda sugere que outras relações sejam estabelecidas com o esporte de participação, ou de lazer. Quanto ao esporte de rendimento esta relação pode ter dupla perspectiva:

- (1) como conteúdo e forma, no desenvolvimento dos treinamentos, buscando incorporar, o máximo possível, o componente lúdico da cultura, e
- (2) como espetáculo, quando, para o espectador, o esporte passa a ser lazer, no gênero da assistência ao espetáculo esportivo, embora continue sendo trabalho para o atleta (p. 49).

A aderência ao lazer físico-esportivo no período pós-escolar parece acompanhar o ritmo das produções, apesar desta coerente abordagem do conteúdo do lazer físico-esportivo no âmbito da educação física. A falta de atividades físicas entre crianças, jovens e adultos tem outros desdobramentos, como anunciado no Fórum Mundial de Pedagogia da Educação Física 2010, realizado em Grundy Center, Iowa, EUA, que teve como tema "*Revitalizing Health and Physical Education Through Technology*." O evento discutiu os cinco elementos que resultam na epidemia de obesidade e excesso de peso, fato que se tornou preocupação em nível mundial (EDGINTON *et al.*, 2011). Dentre eles estão a falta de atividade física, o aumento do tempo frente à TV e ao computador, a aprendizagem motora precária e a falta de programas de educação física para estudantes. Com a representação de 25 países e instituições como escolas, empresas, universidades e setores governamentais, o Fórum encaminhou uma Carta de Consenso, a fim de mobilizar todos os agentes e atores sociais a contribuírem para melhoria da saúde e do bem-estar dos indivíduos por meio de uma Pedagogia em Educação física e da Formação dos Professores na área. Vale destacar os encaminhamentos para cada uma destas frentes, que se relacionam mais diretamente ao universo do lazer físico-esportivo. Quanto à pedagogia da educação física:

- (1) Concentrar-se nos conteúdos e metodologias para o desenvolvimento saudável do estilo de vida ativo para crianças e jovens. Isso requer a integração do desenvolvimento de habilidades, condicionamento físico, saúde, nutrição e planejamento para o lazer; (2) [...] Reconstruir o currículo de educação física na promoção ativa centrada no aluno, a aprendizagem e o empoderamento das pessoas para desenvolver habilidades que levem à participação por toda a vida, autogerida em atividade física; (3) Enfatizando a importância da cooperação dos interessados na comunidade [...] em defender, promover, educar e desenvolver pessoas para incorporar atividades físicas em seu cotidiano por meio da educação formal e informal;

[...] (4) Garantir que profissionais qualificados ensinem educação física e saúde, atividades físicas, esportivas e de lazer. (EDGINTON, 2011, p. 6-7, tradução e grifo nossos).

Destaca-se nesta orientação, implementar a educação física na direção de um estilo de vida que ultrapasse a vida escolar, que amplie as possibilidades do lazer físico-esportivo no decorrer da vida. E, a partir dos encaminhamentos apresentados no presente estudo, na valorização da educação que se dá no contexto de cidade, a educação não formal e informal.

Quanto à formação de professores de educação física a carta de consenso orienta:

(1) Enfatizar a aquisição de técnicas e estratégias de ensino para ajudar as pessoas no desenvolvimento de um estilo de vida saudável e ativo, que reconheça a importância da integração da saúde e da educação física; (2) Defender políticas e um amplo continuum de programas que incluam alimentação saudável, controle de peso, atividade física e planejamento de lazer; (3) Promover o desenvolvimento de parcerias com pais, escolas e organizações comunitárias para integrar e fornecer elementos programáticos que melhorem contextualmente a preparação de professores de Educação Física. (EDGINTON, 2011, p. 7-8, grifo e tradução nossos).

Em estudo anterior Marcelino (2008) fala da relevante diferença percentual existente entre as pessoas que gostariam de realizar alguma prática de atividade esportiva no seu lazer e as que realmente fazem. Para compreensão desta realidade apresenta dados de situação, como a preferência pela assistência esportiva, a elitização do esporte com grau de seletividade exacerbado, a pouca ou não diversificação das modalidades, inexistência ou fragilidade de políticas públicas na área e a escassez de espaços específicos para a prática, bem como espaços urbanos vazios. E o autor também fala da necessidade do redimensionamento da forma como o lazer e os conteúdos físico-esportivos são tratados pela produção acadêmica, que fundamenta as concepções da educação física escolar nacional.

Outros fatores influenciam e determinam a prática do lazer físico-esportivo, quando analisado no contexto dos estudos do lazer. Estudo recente intitulado “The Brazilian’s Leisure” identifica amplamente como os brasileiros usam seu tempo de lazer, condicionados à educação, à renda e à classe social. Tais variáveis foram escolhidas pela influência que têm sobre a forma como os brasileiros usufruem o

tempo de lazer e, neste contexto, contribuem para a desigualdade (UVINHA *et al.*, 2017).

Para os autores a Constituição Federal Brasileira de 1988 “não define princípios, diretrizes, objetivos ou institui regras teóricas que devem orientar a implementação do lazer na vida da população brasileira, [que] existem problemas como a prevalência da política de priorização de necessidades, as precárias difusão e sistematização da pesquisa e a escassez de recursos (UVINHA *et al.*, 2017, p. 1-2, tradução nossa²). Além disso, assinalam que o campo do lazer não possui ações efetivas que abranjam as esferas municipal, estadual e federal. Da pesquisa original, de abrangência nacional brasileira, o estudo mencionado se refere somente à escolaridade, renda e classes sociais, pela representatividade como principais barreiras para o lazer e qualidade de vida, pela influência histórica no desenvolvimento do lazer no país e porque são indicadores que fundamentam política pública neste campo.

A pesquisa referenciada, além de outros conceitos e reflexões presentes na produção acadêmica, toma por parâmetro o conteúdo cultural do lazer, já apresentado no presente estudo, e a concepção do lazer proposta por Marcellino (1990) como “cultura, compreendida no seu sentido mais amplo, vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível” (p. 31). Nesta concepção o lazer não é compreendido em si, mas historicamente situado na vida humana, ou seja, ocorre com significados diferentes em cada tempo da história humana, o que corrobora com argumentação sobre a influência histórica no desenvolvimento do lazer no país.

Os autores observaram que, as variáveis utilizadas, frente aos dados coletados, mostram a influência decisiva no uso do tempo de lazer pelos brasileiros e, portanto, a necessidade de intervenções específicas para promoção de lazer e garantir maior engajamento. Na busca de melhor retratar a contemporaneidade, são pontualmente relatados aqui alguns resultados obtidos no estudo mencionado, com foco em cada variável. Primeiramente, no que se refere à educação, a associação que 77,9% da população fez da palavra de lazer com diversão e outros 20,5% com descanso e entre outras opções. Somente 0,3% consideraram o termo do ponto de vista de desenvolvimento pessoal. Este resultado mostra que a minoria da

² [...] the Federal Constitution does not define principles, guidelines, objectives and institutional Rules that's would guide the implementation of leisure in the life of the Brazilian population.

população associa o lazer desenvolvimento pessoal e social. Sugere-se que o resultado pode estar relacionado à compreensão limitada do termo lazer e/ou ócio e o seu significado na vida diária. Além disso, acrescenta-se a limitação dos programas oferecidos por iniciativas públicas e privadas, pois não permitem que as pessoas escolham entre diferentes atividades. A participação no lazer é um momento crucial para experimentar valores que contribuem para a ordem moral e cultural na sociedade. No que concerne à educação, baixos níveis de escolaridade podem influenciar na formação de uma consciência crítica, pois, os brasileiros que relataram uma experiência de lazer mais diversificada são os que apresentam maior nível de escolaridade.

Sobre a variável “rendimento”, principalmente considerando a importância das atividades turísticas no tempo de lazer da população, ao serem perguntadas por que não se envolveram em atividades turísticas, as pessoas com níveis educacionais mais baixos relatavam não terem recursos financeiros para tal e as pessoas com níveis de ensino superior mencionaram a falta de tempo. Este resultado foi relacionado à influência do rendimento no tempo disponível dos indivíduos, que são forçados a priorizarem a subsistência, sendo que o lazer é tratado como privilégio. Além disso, os entrevistados com rendimentos mais baixos usam suas férias para ociosidade e aqueles com maior renda usam para o turismo. Isso demonstra o quanto as pessoas se apropriam do tempo livre de diferentes maneiras, condicionadas ao status de serem pobres ou ricas. Um dado que reforça que há diferenças significativas entre as coisas que as pessoas querem fazer e as coisas que as pessoas realmente conseguem, está na diferença entre o que realmente fazem durante as férias e o que elas gostariam de fazer neste tempo, pois relatam que gostariam de passar menos tempo na ociosidade. Nos dados das pessoas com menor renda se encontra uma relação semelhante, com a diferença mais crítica, entre querer e realmente se envolver em atividades turísticas (UVINHA *et al.*, 2017).

Quanto ao terceiro indicador, classe social no lazer, ele se torna evidente quando apresenta as limitações e discrepâncias de opções, sustentando a desigualdade de consumo e de oportunidades no lazer. Desta maneira, é importante ressaltar a necessidade de superar este cenário de desigualdades, propiciando o acesso da população a atividades de lazer de qualidade.

Com este estudo Uvinha *et al.* (2017) reafirmam a influência das variáveis educação, renda e classe social no lazer do brasileiro, bem como a necessidade de intervenções específicas que levem em consideração:

(1) políticas governamentais e como as atividades de lazer foram historicamente desenvolvidas em diferentes áreas do nosso país, ao mesmo tempo em que expandiram as oportunidades de **lazer para as pessoas em suas vidas diárias**; (2) o desafio que enfrentam as diferentes políticas de lazer é o desenvolvimento de ações destinadas a aumentar a participação das pessoas - crítica e criativa - e buscar a formação de novos valores que possam colaborar na melhoria da participação cultural [que] permitirá que os **direitos dos cidadãos** sem um ambiente social floresçam; (3) os desequilíbrios que existem entre as representações e realizações do lazer brasileiro deve ser o objetivo de ações específicas na área [...]. Políticas que se relacionam com a construção e **administração de espaços de lazer**, bem como acesso a esses espaços, precisam ser melhoradas para **facilitar o desenvolvimento sociocultural**; (4) [...] políticas [de lazer] podem ser **vinculadas** [parceiras] ao setor social, como as políticas de transporte, saúde, habitação e educação, a fim de reduzir as desigualdades - um fator que poderia contribuir para reduzir a disparidade da distribuição de renda no país, minimizando a diferença entre as diferentes classes sociais. (p.10, destaque e tradução nossos)

Tais reflexões, acerca da influência das variáveis, educação, renda e classe social, concordam com Dumazedier (2000, p. 264), que diz que “a busca de um estilo de vida é inseparável de uma tomada de consciência dos problemas da vida social, isto é, dos condicionamentos a serem dominados”. O autor acrescenta que, não se trata de uma resposta mecânica ao condicionamento e que utilizará os recursos do meio, em função das necessidades e aspirações da personalidade. Que os indivíduos passarão a hierarquizar suas escolhas entre as atividades de recuperação, recreação e desenvolvimento. Além disso, irão fortalecer sua autonomia e a sua personalidade, ao mesmo tempo a participação consciente e voluntária na sociedade. Sobre as aspirações da personalidade o presente estudo buscará contribuições interdisciplinares, ao tratar da questão de valores como fundamento das motivações.

O conjunto das atitudes ativas no lazer contribui para formar um estilo de vida, pois, por meio de tais atividades as pessoas terão oportunidade de desenvolver o estilo de sua própria vida, até mesmo em relação ao trabalho. Ao lazer se confere o mais alto significado quando contribui para a realização de um estilo de vida. Para Dumazedier (2000) atitude ativa pode ser entendida como “um conjunto de

disposições físicas e mentais suscetíveis de assegurar o desabrochar ‘optimum’ da personalidade, dentro de uma participação ‘optima’ da vida cultural e social” (p. 258). O mesmo autor diz que numa sociedade marcada pelo lazer, a cultura vivida pelas massas pode ser constituída de uma mudança que ocorrerá a partir das relações com a cultura do corpo e a do espírito, o compromisso e o desinteresse, a seriedade e a atividade lúdica. Diz o autor ainda que,

“Seguir o caminho dessa nova cultura - mais corporificada do que uma cultura clássica, mais desinteressada do que uma cultura ‘politécnica’, mais complexa do que uma cultura limitante – isto é, de uma cultura ligada diretamente às atitudes ativas do Homem do lazer, nas suas relações com os problemas do turismo, do esporte, da televisão, das leituras recreativas e dos grupos sociais voluntários, parece-nos constituir um dos mais importantes objetivos, tanto para os humanistas quanto para os sociólogos de nossa cultura contemporânea” (p. 266).

2.1 A cidade, os parques e o lazer: relações históricas e de direito

A configuração dos espaços conta a história da urbanidade! A arquitetura das cidades é testemunha e ao mesmo tempo resultado da forma como as sociedades se relacionavam nos espaços, das pessoas entre si e com o meio. As mudanças ocorridas nos espaços urbanos são frutos de importantes marcos históricos.

Caldeira (1997) diz que a história influencia as formas pelas quais se inscreve a segregação social no espaço, como nas décadas de 40 e 80 em que a cidade de São Paulo era organizada entre centro e periferia. No centro as classes média e alta usufruíam de infraestruturas bem instaladas ao passo que havia precariedade na periferia dos pobres. As desigualdades, as distribuições de atividades econômicas e de grupos sociais pela cidade são resultado de processos que ocorrem ao longo da história, até os dias atuais. O fato é que, nos anos 1990 as distâncias foram minimizadas, mas havia uma obviedade, haja vista que as formas de separação eram mais explícitas, diretamente relacionadas com a arquitetura da cidade.

Nas décadas entre 1980 e 1990 a segregação urbana foi marcada por quatro processos de mudança, sendo que um deles se relaciona mais diretamente à segregação residencial, que se intitula “enclaves fortificados”. A chamada década perdida de 80, marcando o primeiro processo, culminou no aumento significativo da pobreza, com impactos na distribuição de renda. Assim, a alocação dos pobres no

espaço se deu na periferia e nas áreas distantes, expandindo a cidade, onde eles conseguiam empreender e construir suas casas. Na ocorrência desta expansão surge a crise econômica que inviabilizou este processo dando origem à instalação dos pobres na área central da cidade, em favelas e cortiços.

O segundo processo foi por ocorrência da abertura e da consolidação democrática e, assim, a pressão de movimentos sociais conquistou maior investimento de infraestrutura nas periferias. Entretanto, as anistias a empreendedores ilegais e a inserção de regularização de lotes do mercado imobiliário formal, deu origem ao seu encarecimento e consequente inviabilidade à população pobre, que se instala em favelas e cortiços novamente.

As atividades econômicas na década de 1980 passam por reestruturação colocando a cidade em estado de terceirização, dando origem ao terceiro processo de segregação social. Assim, a exemplo de cidades globais, a cidade se torna um centro financeiro, comercial, que coordena atividades produtivas e serviços especializados e, desta forma, perde a posição de maior polo industrial do país para outras cidades e para própria região metropolitana. Neste momento as áreas industriais antigas passam por um processo de deteriorização e gentrificação³, sendo que algumas foram transformadas em cortiços. Ao mesmo tempo surgem avenidas e a linha de metrô da região leste, que também provoca a explosão imobiliária no seu entorno, além do deslocamento do comércio de serviços para a periferia das regiões (CALDEIRA, 1997).

Devido ao aumento da violência e os sentimentos de insegurança e medo, especialmente a partir dos anos 1990, surge o quarto processo de segregação urbana. O medo do crime modifica todos os tipos de interação pública no espaço urbano. Na cidade se ergueram muros, barreiras e foi instalado todo o aparato possível para segurança, interferindo e influenciando toda a sua arquitetura, o que muda o caráter da vida cotidiana. Surgem os enclaves fortificados, que são

³Trata-se do fenômeno que afeta uma região ou bairro pela alteração das dinâmicas da composição do local, tal como novos pontos comerciais ou construção de novos edifícios, valorizando a região e afetando a população de baixa renda local. Uma definição mais próxima do contexto do presente trabalho é de Arantes (2012) para quem a gentrificação pode ser um dos desdobramentos do planejamento urbano estratégico, que muda a figuração das cidades no contexto de megaeventos esportivos, como Olimpíadas, Copas do Mundo e Jogos Panamericanos.

propriedades privadas para uso coletivo; são fisicamente isolados, seja por muros, espaços vazios ou outros recursos arquitetônicos; **estão voltados para dentro e não para a rua**; são controlados por guarda armados e sistema de segurança privada que põem em praticas **regras de inclusão e exclusão**.(CALDEIRA, 1997 p. 159, grifo nosso)

Este último processo se constitui para as classes média e alta numa nova alternativa para a vida na cidade, bem como uma posição de status privilegiado. Também intensifica o distanciamento, as desigualdades e as diferenças sociais. O mundo à parte foi retratado nos anúncios imobiliários que

[...] apresentam imagem de ilhas às quais se pode retornar ao fim do dia para encontrar um mundo exclusivo de prazer entre pares, onde uma 'convivência sem inconveniência' seria possível. A imagem dos enclaves opõe-se à cidade, representa como um mundo deteriorado, permeado não apenas por poluição e barulho, mas principalmente por confusão e mistura, ou seja, heterogeneidade social e encontros indesejáveis (CALDEIRA, 1997, p. 160).

Nesta perspectiva os enclaves são oferecidos como possibilidade alternativa de ter uma vida de qualidade, como alternativa ao que o espaço público oferece. Apresentados sob o argumento de maior aproximação à natureza, os condomínios fechados promovem o isolamento e o distanciamento da cidade, o que pode conotar melhor estilo de vida.

Parece um paradoxo falar do direito à cidade, especialmente de parques urbanos como possibilidade de desenvolvimento de atividade física para promoção do lazer. Mas, diante deste quadro que se arrasta até os dias atuais, é necessário reestabelecer a relação com os espaços, especialmente o sentimento de pertença.

Para compreender as relações que se estabeleceram com precedentes na cidade de São Paulo, são destacados quatro pontos: a) literal separação física com barreiras e espaços vazios; b) aparato de segurança como condição para isolamento e homogeneização; c) arquiteturas voltadas para dentro, sem projeção gestual para a rua; d) estabeleceu relação de evitação com o restante da cidade e vida pública. E Caldeira (1997) constata que os enclaves fortificados passam a negar os elementos que compõem a experiência moderna da vida pública:

A primazia das ruas e sua abertura; a circulação livre de multidões e veículos; os encontros impessoais e anônimos entre pedestres; o lazer e os encontros públicos em ruas e praças; e, sobretudo, a presença de pessoas de diferentes origens sociais circulando e observando os que passam,

olhando as vitrines, fazendo compras, frequentando cafés ou bares, tomando parte em manifestações políticas ou usando espaços que foram, durante muito tempo, desenhados especialmente **para o entretenimento das massas**; passeios públicos, parques, estádios, pavilhões de exposições. (p.164, grifo nosso).

Aspectos da experiência pública contradizem a imagem de abertura, de escolhas e possibilidades de incorporação nas quais a modernidade se constitui. Tais experiências fazem parte das gerações que, embora criem inúmeras e flexíveis formas de significarem esta relação, com a influência de vários fatores no uso dos espaços, as cidades continuam sendo espaços materiais, com razoável estabilidade, rigidez, restrições de trajetos e influenciam os encontros entre as pessoas. O cenário da vida pública inclui os muros, que independem da forma como as pessoas se apropriam, com diferentes significados e formas de resistências (CALDEIRA, 1997).

A esfera pública contemporânea é constituída por tipos de experiências que podem tanto minimizar fronteiras e estabelecer relações de igualdade, que permitem as apropriações de espaços por todos, quanto intensificar as diferenças sociais, o distanciamento e a separação presentes nos ambientes onde prevalecem o medo e a violência. É previsível que os enclaves fortificados promovam a lógica da desigualdade, mas também é defensável que pessoas reestabeleçam as noções de direito, de pertencimento e atuação cidadã para usufruto da cidade e para uma vida cultural e social ativa e saudável.

Sobre as concepções de relacionamento com os espaços urbanos, especialmente com a natureza na cidade de São Paulo, Torrão Filho (2007) destaca que a relação de preservação de maneira global só ocorre “após o advento da história natural do século XVIII e, sobretudo, da ecologia do século XIX, que pôde pensar a natureza de forma homogênea, na qual todos os elementos mantêm relação de dependência uns com os outros” (p. 48). Mas destaca que, se pode pensar nesta relação somente do ponto de vista da destruição, o que reforça a ideia de oposição e de distanciamento entre sociedade e natureza. Ter uma visão de destruição, que o homem sempre pode ser ameaça à natureza e que a ocupação do homem traz apenas malefícios pode ser considerada uma visão antiurbana. O fato é que destruição ambiental é uma das marcas das sociedades urbanizadas e industrializadas.

Da história natural da Europa do século XVIII é que vem a instituição de jardins na cidade de São Paulo. O Jardim da Luz, um jardim botânico do bairro da luz, aprovado pela carta régia do Senado da Câmara de 28 de setembro de 1799, criado para aclimatar plantas exóticas para fins econômicos. Seu tombamento⁴ ocorreu em 1981 e foi incorporado aos fundos da pinacoteca do Estado. É neste contexto que surgem registros de atividades físicas e lazer nos parques. Nos anos 1901 este espaço, além de lugar de passagem, passa a ser “ponto de encontro e lazer, beneficiado pela vizinhança a uma área tão nobre da cidade” (PRESTES, 2007, p. 146). Há registros ainda de viajante francês que descreve o local como

[...] vida sadia e limpa, em que se via ‘esse povo energético, bem trajado, entregar-se aos prazeres da ginástica e da patinação, por entre o emaranhando das mais belas árvores tropicais, diante dos quiosques onde as mulheres em sua elegância saboreavam sorvetes, bebem refresco (PRESTES, 2007, p. 146).

Neste mesmo contexto, em meio às mudanças ocorridas nas cidades a partir do século XIX, os parques urbanos podem ser entendidos como refúgio da industrialização e numa configuração dualista se estabelecem no imaginário da sociedade. Pois, de uma maneira conflitante, “ao mesmo tempo em que o imaginário do homem urbano necessitava de ambientes naturais ele não queria mais a vida atrasada do campo” (PACHECO; RAIMUNDO, 2014 p. 46). Pensamento este utilizado pelas elites como veículo de dominação e controle social e que impactará no modelo higienista, desenvolvido pela medicina, bem como na concepção de parques destes tempos. Um modelo fortalecido pelo

[...] exército de pessoas mal pagas pelas indústrias e que se aglomeravam em casa e bairros sem quaisquer condições de salubridade. [...] particularmente em Londres, a revolução industrial ao mesmo tempo em que permitia às elites uma acumulação de riquezas sem precedentes, também gerava nas cidades graves problemas ambientais e demográficos (PACHECO; RAIMUNDO, 2014 p. 47).

Esta situação insalubre se estabeleceu em outras cidades industriais, como resultado de uma ocupação intensa e rápida. Nestas condições, ocorre a especulação imobiliária, cuja justificativa eram as segregações socioespaciais e a criação de parques urbanos em áreas mais abastadas. A ocupação das cidades

⁴Cf. COONDEPHAAT, 1981.

salubres pelas elites teria o verde como papel de destaque, e assim, também ocorreu no Brasil. Onde o modelo higienista era absorvido pelas elites da república velha, com o intuito de “romper com as marcas da colônia e do império, representadas pela letargia e inoperância, que deixavam as cidades naquelas condições, daí as necessidades tecnocráticas de saneá-las” (PACHECO; RAIMUNDO, 2014 p. 48). Tal higienização dá origem aos bairros destinados às elites, incluindo os parques urbanos, que tinham como principal elemento o controle social.

Na cidade de São Paulo, inspirados no modelo saneador de ocupação, marcado pela paisagem vegetal, arborizada, a exemplo das cidades-jardins de Letchworth e Welwyn da Inglaterra, Champigny-sur-Marne da França e Radburn e Greenbelt dos EUA, surgem os empreendimentos da Companhia City de São Paulo (*City of São Paulo improvements and Free hold Co.*). Assim, a cidade foi palco da radicalização da segregação social, com afastamento das populações pobres para a periferia. E neste contexto os parques passam por objetos de controle político, para dar funcionalidade à dinâmica de produção e apropriação dos espaços, além de uma função estética. Mas é no pós-segunda guerra mundial, quando da Declaração dos Direitos Humanos de 1948 e a crise ecológica de 1960, que surgem novos ideais e especificamente para o lazer, entre 1930 e 1965, surge o “recreation facility”, caracterizado por assegurar a recreação a todos. Este movimento deflagra a implantação de espaços para jogos e esportes, bem como grandes piscinas, quadras, arquibancada e estádios. Assim, o espaço urbano passa a ser valorizado como espaço para recreação, conceito este refletido nos parques urbanos (PACHECO; RAIMUNDO, 2014).

Na cidade de São Paulo, maiores avanços são observados a partir da década de 80, quando surge todo um mobiliário urbano e a modificação de ruas, com a ampliação de espaços para o pedestre e a instalação de calçadas. Para Pacheco e Raimundo (2014), tais mudanças na cidade de São Paulo têm sincronia com as novas ideias de estruturação urbana, pensadas para grandes cidades na época. Tomam por referência o modelo mundial de Barcelona, na Espanha, que se tornou um paradigma para o mundo, principalmente das estratégias que projetavam as iniciativas do poder público, que imprimiam na cidade uma imagem inclusiva e de

protagonismo. Plano que pretendia ser um resgate da cidade democrática contemporânea, para o qual “as atividades de lazer têm um papel fundamental para elevar os cidadãos numa perspectiva crítica, criativa, libertadora nesses e desses espaços públicos da cidade” (p. 51).

No âmbito das reflexões sobre a cidade como ponto de partida para vivências criativas, vale acrescentar os estudos de Reis (2010) intitulado *Creative City Perspectives* (Perspectivas sobre Cidade Criativas), a partir do que conclui que “cidades criativas encontram-se em constante transformação, o que as incita a lançar novos olhares sobre problemas e aproveitar oportunidades que de outra forma passariam despercebidas” (2010, p. 23). Para a autora seria reducionista afirmar que a cidade criativa é aquela onde prevalece a economia criativa. Pois a cidade deve ser compreendida em suas dinâmicas, estrutura e relações, onde a criatividade pode ser a “alavanca” de benefícios culturais, sociais e econômicos. Neste contexto as cidades criativas apresentam traços⁵ necessários que se complementam. Um deles é a inovação, compreendida “como a criatividade posta em prática, de maneira original e com vistas a algum benefício” (REIS, 2010, p. 23). Para além de descobertas científicas, a inovação se refere, por exemplo, desde a criação de sistemas colaborativos até estratégias de engajamento social. É um processo pelo qual a cidade vive constante processo de reinvenção. Outra característica é a o emprego de conexões, que integra:

- (a) **Áreas da cidade**, expandindo a mobilidade no espaço urbano, possibilitando às pessoas percorrer novos caminhos, ampliar os mapas mentais e afetivos que têm de sua própria cidade, enfim, apropriar-se dela. [...]
- (b) **Os setores público, privado e sociedade civil**, reconhecendo que têm objetivos e papéis complementares [não opostos]. [...] uma cidade criativa exige modelos de governança articulados e arranjos institucionais e participativos, mas com liderança clara.
- (c) **Local, regional e global**, situando a cidade em contexto e inserindo-a em um fluxo de acesso e produção de informações e conhecimento. [...]
- (d) **Classes sociais**, tendo em vista que espaços de convívio outrora existentes na cidade [...] passaram a ser crescentemente segmentados pelo poder aquisitivo dos usuários. A existência de espaços e equipamentos públicos frequentados sem distinção de renda ou origem e a organização de atividades de participação social (de onde a importância de esquemas de voluntariado) são fulcrais em uma cidade criativa.
- (e) **Conexões**, ainda, entre passado (a própria identidade urbana) presente e futuro (o que requer visão estratégica

⁵Reis (2010) analisa sob a perspectivas destes traços as cidades que foram cenário de projetos, processos de transformação de visibilidade internacional a partir de projetos culturais e esportivos, especificamente Olimpíadas, Copa e museus icônicos, com Barcelona, Londres, Bilbao, Bogotá, Medellín, Johannesburg e Cidade do Cabo.

e capacidade de planejamento e consecução), de modo a entender as singularidades e o processo de transformação urbana. (REIS, 2010, p. 23-24, grifo nosso)

A terceira característica de uma cidade criativa se refere à cultura. Pois, uma cidade criativa “pulsa, cria, transforma e consome cultura, [...] reconhecer sua bem-vinda contribuição para a economia, à qualidade de vida, à autoestima e à participação de quem compõe a cidade” (p. 24). Enfim, deve ser um ambiente onde é possível suscitar soluções alternativas.

Movimento que traz para este estudo contribuições significativas, para refletir acerca das possibilidades contemporâneas da cidade é o das Cidades Educadoras. Um dos mais bem organizados dentre os movimentos que dão qualificativos às cidades (inteligentes, sustentáveis saudáveis rebeldes, justas) e que dialoga, sobretudo sobre os meios de educação no ambiente urbano, compreendidos como educação não-formal e informal. O conceito de Cidades Educadoras visa Integrar a oferta de atividades sociais e culturais para potencializar a capacidade educativa da cidade formal e informalmente (REDE..., 2011).

Em 1990 foi realizado primeiro Congresso Internacional de Cidades Educadoras, em Barcelona. Contudo sabe-se que a expressão “cidade educativa” ou “cidade educadora” foi alcunhada por alguns estudiosos, educadores e pesquisadores anteriores ao evento. Referindo-se a um processo de “‘compenetração íntima’ entre educação e ‘vida cívica’[o termo] aparece no relatório Edgar Faure, em 1972, com o título ‘Apprendre à Être’, [defendendo] que a centralidade do espaço educacional é a cidade como um todo” (COELHO, 2010).

Mas foi no mencionado Congresso que o movimento/conceito começa a se consolidar, com a publicação da Carta das Cidades Educadoras, que para se adaptar aos novos desafios sociais, foi reeditada em 1994 e em 2004, na ocasião dos Congressos Internacionais, respectivamente de Bolonha e Génova. Com o objetivo de trabalhar coletivamente, para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, a partir da aplicação ativa dos princípios da Carta das Cidades Educadoras, a Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE) reúne mais de quatrocentas cidades de 35 países, num movimento colaborativo de acesso a informações, programas, iniciativas e recursos de organismos internacionais como a UNESCO, a União Europeia e outras redes de cidades. A carta baseia-se na Declaração Universal dos Direitos do Homem - 1948, no Pacto Internacional dos

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - 1966, na Declaração Mundial da Educação para Todos - 1990, na Convenção nascida da Cimeira Mundial para a Infância - 1990 e na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural - 2001 (ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS, 2004).

A cidade de São Paulo compõe a Rede Brasileira de Cidades Educadoras, com mais 13 cidades, e sediou em 2008 o Congresso Internacional de Cidades Educadoras⁶, com o tema “Construção de Cidadania em Cidades Multiculturais”. Desta forma, entende-se que, a cidade de São Paulo, para além da formalização, possui um compromisso com os princípios de cidade educadora e que, “liderada pelos seus representantes democráticos, estimula e oferece vias de realização à capacidade educadora em sentido amplo que têm sempre todos os membros da cidade, tanto individual como coletivamente” (POZO, 2013, p. 25). Em 1997, a primeira experiência brasileira de “Cidade Educadora”, foi em São Paulo no Bairro de Vila Madalena. Projeto intitulado Cidade Aprendiz mobilizou adolescentes para um mapeamento virtual de espaços da comunidade que mereciam uma intervenção, que deu origem ao portal Cidade Aprendiz. Todos os setores do bairro foram articulados para a construção de estratégias de educação comunitária para preservação e restauração dos espaços, processo este denominado “bairro-escola”, com a mobilização de padarias, bares, clubes, fábricas, lojas diversas, supermercados, empresas, universidades e órgãos públicos. Os espaços transformados se tornavam extensão da escola: “praça-escola”, “beco-escola”, “café aprendiz” (COELHO, 2010, p. 2). Esse modelo foi referencial para demais cidades paulistas e se tornou política na cidade de Nova Iguaçu (RJ), sob o nome “Programa Bairro escola”, de repercussão nacional.

Tais inserções demonstram as possibilidades e abrangência de uma experiência criativa no ambiente urbano, relacionada com a educação integral e permanente, onde a vivência cultural do lazer pode fazer parte. Como já anunciava Gelpi (1983) “o indivíduo que vive situações criativas está motivado a buscar os conteúdos e os instrumentos para aprender e para expressar todo o potencial criativo que lhe dá a possibilidade de sentir, de ver e de ouvir” (p. 25). O autor diz

⁶O XV Congresso Internacional de Cidades Educadoras terá lugar em Cascais (Portugal) de 13 a 16 de novembro de 2018 e abordará sobre o tema “A cidade pertence às pessoas” (tradução nossa) (cf).

sua compreensão de educação permanente como o “conjunto de políticas educativas relativas à infância, à adolescência e aos adultos, quando [...] visam ao desenvolvimento global do homem e se aplica a uma educação que não termina com os diferentes períodos escolares previstos” (GELPI, 1983, p. 30). Ressalta que o ato educativo deve ser entendido nas variadas formas: individual, coletivo, institucional e não institucional. E que constituem a educação permanente: “a educação formal (conjunto de atividades promovidas por instituições educativas) e a educação não-formal (engloba atividades educativas empreendidas por instituições, para as quais a educação não constitui a principal finalidade)” (p. 30). O autor ainda contribui para reflexão acerca da influência da educação sobre o lazer, e diz que uma maior relação entre as áreas deve ser pensada, pois poderá servir como instrumento fundamental de desenvolvimento cultural em todos os setores sociais (GELPI, 1983).

No campo da educação não-formal Garcia (2009) também argumenta sobre as possibilidades de transformação por meio da vivência criativa e reflexiva e ressalta o compromisso que este campo de educação tem ao “favorecer e oferecer diferentes possibilidades de exercício e vivência de diálogos na perspectiva de criação de pensamentos divergentes, opostos, contraditórios, diferentes, criativos, ousados etc.” (p. 35). Alerta para que educadores dos espaços da educação não-formal compreendam e vivam esta prática, para que deem abertura e possibilitem tais atitudes às pessoas com quem se atua.

Considerando a percepção de direitos e deveres como prerrogativas para viver a cidade e seus atributos educativos, é necessário retomar sobre os princípios da Carta de Cidades Educadoras (sua versão mais recente) que corrobora com a questão de direitos na cidade, no uso e desenvolvimento do/no espaço urbano. Analisados por Pozo (2013)

O primeiro princípio **Direito à cidade educadora** – [a cidade] como dotadora de oportunidades de qualidade de vida pessoal e democrática, do melhoramento do espaço público para poderem desenvolver em plenitude a sua cidadania; [...] neste sentido, o ideal da cidade educadora passa a ser o de uma proposta voluntariosa e, desde logo, bem-intencionada que, como direito, possa ser reclamada por qualquer pessoa na sua cidade. Os segundo e terceiro **“Compromisso da cidade”** [...] e **“Ao serviço integral das pessoas”** [...] sua conotação de exigência ético-política [...] com a ideia de compromisso reclama-se uma posição pró-activa de reconhecimento do

direito dos cidadãos [...] como 'valor acrescentado' à educação escolar e ao fomento prático e efectivo desse valor. Contudo seria uma interpretação redutora e não conforme ao espírito da Carta, se considerássemos os administradores municipais, como únicos sujeitos desse compromisso; [se fala de compromisso] da cidade; [...] o dever do compromisso é para toda a cidade. Dessa forma, o direito à cidade educadora converte-se num verdadeiro direito-dever para todos: os representantes, sem dúvida, mas também os cidadãos e as cidadãs. [...] este compromisso é **“ao serviço integral das pessoas”**, como reza o terceiro título que, de propósito, no seu sentido gramatical está ligado ao segundo. Com efeito, pretende-se que cada pessoa que vive na cidade se sinta realmente ponto de atenção do conjunto da cidade e, principalmente, dos seus representantes democráticos; que se sinta sujeito de direitos de cidadania como pessoa com possibilidade real de desenvolver, a todo o momento e em pleno, as suas capacidades- objectivo clássico e principal da educação- e de alcançar melhor qualidade de vida, objectivo genérico e básico de toda a governação democrática, única possível numa cidade educadora (p.31).

Direito à cidade, ao lazer e todas as demais esferas de direitos previstos nos instrumentos oficiais têm sido analisados por diferentes autores, que trazem interpretação muito similar no que se refere à sua garantia e à sua efetividade. Sobre o direito ao lazer, diz Magnani (2015) “significa também que para ser reconhecido como tal, deve [sic] ser asseguradas as condições para sua expressão e exercício”. Ressalta que, a própria cidade, “para além das opções de entretenimento que possa abrigar e oferecer a seus moradores, é em si mesma um grande equipamento de lazer e, não obstante seus problemas e desigualdades, é objeto de disputas, controvérsias” (p. 17). Portanto, na sua diversidade a cidade é um equipamento de lazer.

No mesmo viés, Rechia (2015) fala que é histórico e em construção o processo de direito à cidade e ao lazer, e, portanto, para compreender a conexão entre cidade, lazer e cidadania é necessário compreender também que este é um direito a ser conquistado. A autora considera que

Oportunizar experiências culturais e esportivas em lugares destinados à vivência do ócio, em diferentes ambientes urbanos, é garantir educação integral e ampliada e, consequentemente, assegurar a preservação de um patrimônio cidadão, no qual o direito a ter direito ao lazer está incluído. (RECHIA, 2015, p. 50)

Rechia (2015) diz que o direito dos cidadãos na apropriação dos espaços urbanos quase sempre é esquecido nos projetos de modernização de cidades, onde se incorpora os valores de ética e estética do lazer. Acrescenta que, as políticas

públicas devem respeitar e potencializar iniciativas e experiências já existentes, organizadas pelas comunidades, nos diversos espaços das cidades.

Outra ressalva da autora sobre as barreiras para uso dos espaços e a fruição do lazer é a fragilidade que possuem os espaços e equipamentos das cidades brasileiras, especialmente quanto à precariedade de manutenção, revitalização e conservação, demonstrando abandono das áreas, que também se tornam cenário para violência.

Na cidade de São Paulo é possível encontrar situações como as destacadas. Em artigo intitulado “Famílias dividem espaço com lixo no Parque do Carmo, na zona leste de SP” a jornalista Amanda Gomes registra que há seis meses o parque está sem contrato de limpeza, além da manutenção precária, observada pelos frequentadores. O problema é amenizando pela iniciativa de ambulantes do parque que removem o lixo, ao menos no lugar onde trabalham. A SVMA busca parcerias como paliativo durante o período que tramita a renovação e contratação de empresas para tais serviços.

Pesquisas revelam outros fatores que influenciam as experiências lúdicas nos espaços da cidade, como a infraestrutura e instalações para crianças, o uso de drogas, a violência, a falta de ações e políticas públicas em todos os âmbitos, a gestão, a organização, bem como a acessibilidade (RECHIA, 2015).

Para ilustrar o impasse de lutas pelos espaços de lazer, especificamente dos parques, a população de São Paulo vive atualmente um impasse sobre a decisão de troca da área verde denominada Parque Augusta por um terreno numa área estratégica da cidade. Em artigo⁷ recentemente veiculado em jornal de grande circulação na cidade, são apresentados valores supostamente vantajosos aos “gigantes do mercado imobiliário”, uma parceria que talvez seja interessante para dar fim a este impasse que se arrasta há alguns anos. A priori as duas áreas têm potencial de construção. Ocorre que, a área verde da região central de São Paulo é alvo de ação judicial que minou planos das empreiteiras de construir torres ali. No mesmo artigo se pode conhecer a trajetória de decisões e lutas pelo espaço que,

⁷ BERGAMIM JUNIOR, Giba. Acordo de Doria para construir parque Augusta trará lucro a construtoras. Folha de São Paulo. São Paulo, 30 jul. 2017. Cotidiano, p. 1-5. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1905574-acordo-de-doria-para-construir-parque-augusta-trara-lucro-a-construtoras.shtml>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

após ter a construção do Palacete Uchoa (1902) e ter abrigado o tradicional colégio feminino Des Oiseaux (1907 a 1967), em 1970 a Prefeitura decreta o espaço como utilidade pública para fazer um jardim. A partir de então, são várias iniciativas entre setor público e privado para dar destino à área, até que em 2011 a Câmara aprova em 1ª votação a criação de parque. Nos últimos cinco anos o cenário é de disputa judiciária e luta de ativistas para que o Parque Augusta ⁸seja estabelecido de fato.

Conforme contribuições dos autores aqui trazidos sobre a composição de cidade e das possibilidades de interação, de corporeidade e de vivência cultural no tempo de lazer, só será possível quando a sociedade perceber, apropriar-se e ter a clara noção de que o uso do espaço urbano, especialmente dos parques urbanos, é um direito previsto, mas será garantido mediante ações políticas e o exercício da cidadania num processo de educação permanente. Para tanto, a política pública e demais instituições e atores sociais devem compreender as motivações humanas para usufruto da cidade, que é um equipamento de lazer, e trabalhar para a construção do lazer como valor a ser conquistado. Assim, dar sequência no movimento que se iniciou nos anos 1990 em pensar os parques urbanos como ponto de encontro, “onde a interculturalidade possa se expressar [...] e como um dos principais instrumentos das ‘novas’ políticas de reivindicação de direitos coletivos” (PACHECO; RAIMUNDO, 2014, p. 52), ainda que existam fragilidades físicas e de gestão.

O panorama de conceitos e fatos aqui apresentados coloca para questão do lazer e da atividade física nos parques uma orientação de que os parques urbanos são privilegiados à sua promoção, compreendidos aqui como o lazer físico-esportivo.

2.2 Influências e motivações para a atividade física e lazer: contribuições interdisciplinares

Algumas questões surgem ao refletir sobre a aderência dos sujeitos aos espaços urbanos de lazer. Quais os desejos e aspirações dos que usam os espaços

⁸ Durante o ano de 2018 aconteceram várias audiências e tratativas entre poder e privado, acompanhados por ativistas, para enfim no dia 21 de setembro do mesmo ano 2018 o acordo que viabiliza o Parque Augusta sem Prédios ser homologado pela Justiça de São Paulo. A Prefeitura previu iniciar as obras em 2019 e a entrega para meados de 2020.

de lazer da cidade? De onde vêm os incentivos/estímulos? Será de um processo de aprendizagem permanente? Quais os elementos que movem os sujeitos para um comportamento proativo em busca do lazer nos espaços da cidade? Para o espaço que já se apresenta atraente é necessário que haja uma motivação? De onde vem esta motivação? Segundo os estudos a respeito da gestão do lazer, estas questões são básicas para o planejamento. Conhecer a demanda deve ir para além das questões socioculturais e econômicas.

As próximas reflexões não pretendem responder a todas as questões, muito pelo contrário, devem suscitar outras e abrir um espaço de diálogo interdisciplinar que contribua com os diversos estudos e ações de planejamento do lazer, especialmente das políticas públicas.

No campo de estudos do lazer já é amplamente conhecido o seu caráter interdisciplinar. Desde as primeiras produções neste campo se recorre a áreas do conhecimento como a antropologia, sociologia, biologia, administração, psicologia. É deste último que virão as contribuições que se seguem, dialogadas com os estudos do lazer, a fim de melhor abarcar a dimensão humana. Tal diálogo é relevante no presente estudo principalmente por orientar a investigação com frequentadores de parques públicos urbanos da cidade de São Paulo, acerca das motivações que os levam a praticar atividade física e lazer nos parques da cidade. A aproximação será com a psicologia social, que por si também é uma área interdisciplinar quando é fruto das produções da psicologia e sociologia.

Iso-Ahola (1980 e 1987) apresenta importante contribuição da psicologia social do lazer, ao considerar a influência mútua de sentimentos, pensamentos e comportamentos entre as pessoas. E, que da mesma forma, ocorre com a criação de hábitos e atitudes no lazer. O autor ressalta a subjetividade do lazer ao considerá-lo uma experiência única, que reside na individualidade, para a qual é indispensável incluir dois elementos-chave: um componente individual e um componente de influência social, pois, “seu foco situa-se na interação individual e na dinâmica com outros indivíduos, grupos ou culturas durante a experiência de lazer” (ISO-AHOLA, 1987, p.18). Acrescenta que o indivíduo é a causa e consequência do ambiente social e, portanto, ambos estão sempre em mudança. E, se a questão é também a centralidade da cultura, o autor afirma que o processo de socialização

implica na “aprendizagem de normas de comportamento e valores em um grupo, comunidade e sociedade a qual o indivíduo pertence” (1980, p. 30).

Os estudos psicológicos que adotam por objeto o “comportamento como resposta” estão mudando para a adoção do “comportamento como forma de realização de um objetivo ou meta”. Esta mudança é recente e corresponde à extrema importância que tem a compreensão do comportamento individual e da atuação social. Mas, avanços foram alcançados no interior da psicologia social que desenvolveu durante os anos 1980 e 1990 importantes pesquisas para análise dos **valores**, que explicam a interação entre os níveis cultural, grupal e individual (ROS, 2006).

No campo do lazer alguns pesquisadores brasileiros se dedicaram a conceituar o lazer, com a intenção de traduzir este elemento da cultura que já se fazia presente desde o século XIX no Brasil. Contudo os debates sobre os conceitos “ocorreram a partir dos primeiros projetos de intervenção realizados no país, nas décadas de 1920 e 1930, nas cidades de Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo” (MELO, 2006), a partir do que se formou o campo de estudos do lazer. Para refletir sobre as questões relativas à motivação segue o conceito apresentado por Bramante (1998):

O lazer se traduz por uma dimensão privilegiada da expressão humana dentro de um tempo **conquistado**, materializada através de uma **experiência pessoal criativa, de prazer** e que não se repete no **tempo/espço**, cujo eixo principal é a ludicidade. Ela é enriquecida pelo seu potencial socializador e determinada, predominantemente, por uma grande motivação intrínseca e realizada dentro de um contexto marcado pela percepção de liberdade. É feita por amor, pode transcender a existência e, muitas vezes, chega a aproximar-se a um ato de fé. Sua vivência está relacionada diretamente às oportunidades de acesso aos bens culturais, os quais são determinados, via de regra, por fatores sócio-político-econômico e influenciados por fatores ambientais." (p. 9 grifo nosso).

O próprio autor comenta o conceito, que traduz uma série de escolhas epistemológicas. Sobre o "conquistar", diz que o tempo da não obrigação vem se impondo de forma que se torna um desafio para quem deseja exercitar a face humana da vida plena. Ao usar o termo “experiência”, no lugar de atividade, avalia que a primeira tem um componente de qualidade que a caracteriza. Mostra a contribuição da psicologia com a incorporação do binômio tempo/atividade, o que ressalta o caráter atitudinal do indivíduo que vive o lazer. Disso decorre que esta

experiência passa a ser um fenômeno pessoal onde destaca principalmente a criatividade e o prazer.

Para Bramante (1998) as relações sociais entre o indivíduo e ele mesmo, ele com o próximo e ele com o meio ambiente tomam outras orientações na era “pós moderna” e ganham significativa subjetividade, que é peculiar do ser humano. Desta forma, considerando que “o que pode ser lazer para um, pode não ser para outras pessoas, [...] por mais que se recrie o ambiente de uma experiência de lazer bem sucedida, ela é temporal/espacial, [...] nunca como aquela vivida naquele tempo [e] espaço” (p. 12). A ludicidade, não é unânime nos conceitos de outras autorias, mas diz respeito à pura essência antropológica do homem que brinca e joga.

O autor fala da motivação intrínseca, assunto cujo teor está tratado aqui pela psicologia social, percepção de liberdade e o ambiente, que se referem “às forças sociais e culturais do macroambiente, as quais afetam tanto os agentes socializadores do lazer [...] quanto o repertório individual de experiências pessoais nesse campo” (p. 12). Disso decorre a intensidade com que as pessoas se envolvem no lazer. E, acrescenta que,

se a experiência de lazer é pessoal, não se pode, portanto, negar seu potencial socializador, capaz de reunir pessoas em uma atmosfera favorável de alegria onde pessoas comungam de desejos e necessidades intrínseca e a extrínseca e o grau de percepção da liberdade entre o controle pessoal e de outro(s). Quanto mais “gratuita”, sem finalidades rigidamente estabelecidas, voltadas para a plena satisfação interna e sob o controle pessoal, maior e melhor a qualidade da experiência de lazer (BRAMANTE, 1998, p. 12).

Aparecem também em seu conceito o amor, a transcendência e a fé, considerando o modo desinteressado com que as pessoas se dedicam ao lazer, e superando a experiência, tanto em quantidade quanto em qualidade, transcendem à existência acreditando que aquela experiência é a mais significativa de suas vidas. Como exemplo, o autor menciona o efeito dos esportes radicais, do contato com natureza ou outra ocupação onde as pessoas se dedicam integralmente.

Por fim, o conceito traz praticamente um encaminhamento para os que atuam no campo do lazer e aborda como principal desafio o acesso aos bens culturais que contribui com a ampliação de repertórios e a diversificação dos conteúdos culturais do lazer. E conclui com menção aos indicadores sócio-político-econômicos e a

influência que exercem na adesão à experiência de lazer, como já relatado na pesquisa “The Brazilian’s Leisure” apresentada neste trabalho.

Bramante (2011), ao revisitar este conceito, em uma análise crítica apresenta novos contextos em que o lazer se insere. Observa-se que, apesar do autor ressaltar que o lazer “se traduz por uma dimensão conflitiva da existência humana” (p.26), ele mantém a concepção de influências do macroambiente no comportamento das pessoas, o que reforça a necessidade de contextos mais desafiadores, do ponto de vista cultural, social e educacional, que colaborem com comportamentos mais humanos, criativos, lúdicos e sustentáveis. Assim, acrescenta que “essa ação pessoal (a atividade de lazer), é empobrecida pelo seu potencial alienante, determinada, predominantemente, por duas variáveis: as pressões externas de ser igual aos demais e a angústia interna de desejar ser diferente”. (p.26). O autor propõe que se busque o equilíbrio no entendimento desta dimensão humana, contrastando conceitos, para encontrar uma visão superadora dos extremos que ele mesmo apresenta em dois momentos situados historicamente. O que para o presente estudo significa o desafio de ofertas baseadas em uma educação permanente, onde as pessoas protagonizem atitudes saudáveis e ativas no tempo de lazer.

Na perspectiva de abordar as questões da motivação, atitude e valores, cujos efeitos são sobre as atitudes das pessoas, segue-se nas contribuições da psicologia social, com Thomas e Znaniecki (1920), para quem a atitude é

[...] processo de consciência individual que determina a atividade real ou possível do indivíduo no mundo social. Portanto, [...] o sentimento e ideias do poeta expressadas em um poema e a simpatia e admiração do leitor; as necessidades que a instituição procura satisfazer e a resposta que provoca; o medo e a devoção que se manifestam no culto à divindade; o interesse pela criação, compreensão ou aplicação de uma teoria científica e as formas de pensar que estão implícitas – tudo isso são atitudes (p. 21-22)

Os autores conectam as atitudes com estrutura social por meio de valores, que entendem como “qualquer dado que tenha conteúdo empírico acessível aos membros de um grupo social e significado a respeito do qual se seja ou se possa ser objeto de atitude” (THOMAS e ZNANIECKI, 1920). Aqui os valores ainda são concebidos em relação a atividades. Num estudo mais avançado os valores serão relacionados a metas. Assim, se os valores estiverem ligados a atividades ou metas,

significa que existirá motivação. Explicitam cinco motivações subjacentes aos valores: reconhecimento social, segurança, resposta, domínio ou competência e novas experiências. O desejo de relacionar-se com os outros é o fundamento da motivação subjacente nos valores, a motivação é relativa, assim como a definição da situação.

Tal conceito, já visitado por Requixa (1980), ao falar da função educativa do lazer, diz que as atividades de lazer

[...] facilitam uma participação social mais ampla, pela oportunidade que lhe é dada de tomar parte em atividades associativas, de integra-se na vida de grupos culturais, recreativos e de convívio social. Nos grupos, vê-se motivado a desenvolver, acima da formação prática e técnica, uma cultura desinteressada do corpo, da sensibilidade, da razão (p. 53)

Acrescenta que, existem conteúdos psicológico e social na utilização do lazer e que o conteúdo psicológico é marcante, pois

[...] consubstancia-se na satisfação da necessidade humana de contatos sociais primários. [...] A própria vivência em grupos primários, além de fomentar as relações interpessoais, oferecem ao homem a possibilidade de expressão individual, de satisfação em realizar algo, que ele visualize como uma complementação bem feita e dela se orgulhe (p. 54).

Neste sentido, diz que é possível o lazer complementar, atualizar e aperfeiçoar comportamentos ou conhecimentos desenvolvidos no âmbito da escola e da família. Pode oferecer os meios pelos quais as pessoas exercitem o poder de criar ideias, realizar escolhas, e aprimorar sua percepção das emergências sociais e se sintam motivadas a cooperar com a comunidade voluntariamente.

Requixa (1980) ainda ressalta que “nada mais produtivo, portanto, que as atividades de lazer motivando o indivíduo para mais estudo, para mais conhecimento, e da mesma forma atualizando-se em face das rápidas transformações da sociedade moderna” (p. 55)

Um conceito que tem maior aproximação com o que se quer refletir é de Rokeach (1973), para quem os valores são crenças transituacionais hierarquicamente organizadas. Significa primeiro que são crenças que dizem o que é adequado ou não realizar, ou seja, prescritivas. Segundo o autor, são organizadas de acordo com a importância.

A maioria dos valores, os que são estáveis, nos orienta em nossas decisões por dois motivos: porque foram interiorizados num processo de socialização pela **convergência** das instituições sociais, como a família, a educação ou o grupo de iguais, e porque alguns, os mais importantes para a pessoa, constituem o **núcleo de sua personalidade** e são, portanto, a base de seu autoconceito (ROKEACH, p. 30).

Nesta direção, Simões (2009) fala sobre as influências e as interações entre crianças e seus contextos sociais esportivos e traz o conceito de relações estabelecidas. “Consiste em um modelo de interconexões que mobilizam as habilidades atléticas visando o desempenho e que podem afetar o crescimento psicossocial” (p. 96). Neste contexto, aponta o significado e a influência dos vínculos estabelecidos entre lideranças adultas e a participação de crianças nos esportes, bem como a valorização da formação e do desenvolvimento educacional e esportivo dos indivíduos.

Os valores são guias das atitudes, aspectos menos estáveis e centrais da personalidade, pois são centrais na definição da autoestima e do autoconceito na medida em que constituem o núcleo fundamental da personalidade. No que se refere ao plano individual “as teorias sobre valores, servem para caracterizar as prioridades que orientam as pessoas, as bases motivacionais nas quais os valores se apoiam e que são usados para explicar a diferença entre os indivíduos” (ROS, 2006).

Os valores são usados para caracterizar as sociedades como um todo, representam os critérios comuns que se tornam úteis na hora de solucionar os problemas da coletividade. Costumam se expressar nas políticas que são votadas, na forma como são distribuídas as prioridades orçamentárias, nas iniciativas que se apoiam ou se opõem e nos critérios compartilhados por seus cidadãos. Normalmente são os representantes das instituições que exercem o papel de atualizá-los e transmití-los.

Produções mais recentes sobre os estudos dos valores apontam duas grandes linhas, uma que considera os valores o resultado da influência de variáveis sociais, políticas ou econômicas, que mostra em que medida tais variáveis são responsáveis pela consolidação cultural de um perfil de valores. A segunda, diz que o individualismo se relaciona diretamente com o desenvolvimento econômico e o individualismo, como autonomia intelectual e afetiva, se relaciona com o índice de

desenvolvimento humano. (ROS, 2006). Tais perspectivas oferecem referência para pensar as questões de envolvimento cidadão na consolidação/proteção dos direitos de uso da cidade, especialmente espaços de lazer.

A relação entre valores, atitudes e comportamento é estudada longamente por cientistas sociais, porque suscita que tanto os valores pessoais quanto os culturais parecem estar vinculados direta e indiretamente ao comportamento humano, por exemplo, no intergrupar a orientação política, a cooperação, na solução de conflitos, no comportamento pró-ambiental, entre outros. Os valores orientam a conduta, mas as pessoas não são conscientes deles. Portanto, é possível confrontá-las com os valores relevantes para que possam comportar-se de acordo com eles ou ainda modificarem a prioridade de tais valores. (ROS, 2006).

Schwartz (2006) desenvolveu uma tipologia de conteúdos dos valores humanos com base na meta motivacional que expressam. Afirma que

[...] os valores representam, na forma de **metas conscientes**, as respostas que todos os indivíduos e sociedades devem dar a três requisitos universais: as necessidades dos indivíduos na sua qualidade de organismos biológicos, os requisitos de interação social coordenada e os requisitos para o correto funcionamento e sobrevivência dos grupos (SCHWARTZ, p. 58).

Os tipos motivacionais que estruturam os valores humanos têm uma relação de compatibilidade e conflito que se reflete de um lado numa dimensão de autopromoção *versus* autotranscendência – agrupa os valores de realização e desejo de comportamentos de promoção pessoal diante de universalismo e benevolência (transcender interesses pessoais em favor dos outros) e de outro lado a abertura à mudança *versus* conservação – agrupa valores de estimulação e autodeterminação (metas de mudança) que se opõem a valores de segurança, tradição e conformidade, (dividem a meta da manutenção do *status quo*. São tipos motivacionais: universalismo – meta motivacional de atender ao bem estar dos outros e meio ambiente; benevolência – preserva e reforça bem-estar das pessoas próximas, de contato pessoal frequente no mesmo grupo social; conformidade – meta de limitar as ações que prejudicam os demais ou violam expectativas ou normas estabelecidas socialmente; segurança – harmonia e estabilidade social, nas relações interpessoais e na pessoa; poder – meta de obter prestígio e posição social, o controle e domínio dos outros e dos recursos; hedonismo – desejo de obter

prazer e gratificação sensorial, como desfrutar a vida; estimulação – valores do novo e de mudança de vida; e autodeterminação – representa a independência de pensamento nas decisões, na criação e exploração (liberdade e criatividade).

Na medida em que se caminha na esteira da psicologia social e na temática trazida, se ampliam as diferentes conexões entre os campos de conhecimento. Porém, o apresentado já está nos limites do que se quer estudar na presente produção. A pesquisa acerca dos valores, motivações e atitudes é extensa e complexa, devendo ter um olhar especializado para ampliá-la. Além de fundamentar minimamente a abordagem deste estudo, abre um espaço para um aprofundamento e maior diálogo interdisciplinar.

Pelo exposto, compreender que os valores desenvolvidos e confrontados pelas diversas instituições, como família, organizações, escola, contexto de cidade e diversos projetos, são a base das motivações, de alguma forma orienta as atuações e as intenções destes atores sociais no fomento das atitudes dos sujeitos na construção do tempo de lazer e suas atividades físicas. Além disso, os valores empoderam à busca de uma participação voluntária para conquistar espaços para usufruto de experiências críticas e criativas do lazer. E, por fim, subsidiam a investigação aqui proposta.

3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DE GESTÃO PARQUES PÚBLICOS URBANOS DA CIDADE DE SÃO PAULO

O presente capítulo apresenta a estrutura organizacional e de gestão dos parques públicos da cidade de São Paulo, pois são equipamentos que recebem representativa indicação de autores, como espaços propícios para o tempo de lazer e os seus atributos como favoráveis ao uso público. Como já apresentado, historicamente o parque público foi concebido com funções relativas à higiene urbana, à estética, à recreação pública e lazer. Porém, no decorrer dos tempos, novas funções e usos foram absorvidos por estes equipamentos, principalmente no âmbito do lazer e da cultura, ao menos nos novos debates conceituais. O fato é que na Constituição de 1988, artigo 225 e parágrafos, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é previsto como direito social, bem como nos artigos 182 e 183 cujo teor se refere à Política Urbana, com foco na função social da cidade, em benefício do cidadão, com a previsão de mecanismos de promoção e aproveitamento de solo urbano. A partir disso, e atrelado a outros movimentos técnicos e políticos, nacionais e internacionais na área ambiental, a Constituição oferece autonomia às cidades em definirem uma agenda das políticas públicas urbanas, onde se inserem os parques urbanos. A partir dos anos 1990, o parque urbano, considerado como equipamento urbano-ambiental, passa a incorporar demandas de preservação, recuperação e preservação, atreladas ao desenvolvimento sustentável. As implantações foram determinadas pelas diretrizes e perfil de planejamento urbano que prevaleceu nos diferentes contextos, assim como ocorre nos dias de hoje (MACARRÃO, 2009).

Embora as questões da reforma urbana, lei de zoneamento, parcelamento de solo, destinação de terras sejam preponderantes na definição de áreas verdes na cidade, fogem dos limites definidos para a presente pesquisa e, portanto, serão apenas retomados temas atinentes à configuração e representação dos parques.

O espaço urbano é o espaço de lazer nas cidades e os parques representam o lugar privilegiado para se usufruir deste direito, embora, segundo a literatura, a percepção do direito ainda não representa ou promove o uso público democrático destes espaços. Pois, é necessário que o conceito de cidadania esteja presente na concepção das políticas públicas para que a cidade seja de fato um espaço do

encontro, do lazer, de cultura, de esporte, do trabalho cooperativo e da solidariedade, por meio de serviços de qualidade e democráticos (RECHIA, 2015). Acredita-se, portanto, que o sistema de processos de gestão proposto nestas infraestruturas impacta diretamente na forma de participação e uso pela população.

Neste sentido, é necessário conhecer o modelo organizacional, de funcionamento e gestão dos parques urbanos públicos da cidade de São Paulo como uma das demandas de pesquisa no contexto brasileiro e como contribuição para assegurar o direito ao lazer da população, na medida em que também se pensa em uma gestão participativa e na animação sociocultural.

3.1 Os parques na cidade de São Paulo

A cidade de São Paulo, com população estimada em doze milhões de habitantes aproximadamente, (IBGE, 2018), possui 106 parques públicos geridos pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, integrantes do Sistema de Áreas Verdes, que a partir do Plano Diretor Estratégico (PDE) 2002⁹ passa do seu caráter urbanístico para o de preservação e recuperação. Constituem este Sistema, de acordo com o artigo 131 do PDE 2002, “os espaços significativos ajardinados e arborizados, de propriedade pública ou privada, necessários para a qualidade ambiental da cidade, com o objetivo de preservar, proteger, recuperar e ampliar tais espaços”. As áreas verdes públicas e privadas recebem a denominação de “urbanas” e, de acordo com os artigos 132 e 133 do PDE 2002 “é denominado parque quando associado à ‘Área Verde Pública de Proteção Integral’ e como ‘parque urbano’ quando ‘Áreas Verdes Públicas ou Privadas de Uso Sustentável’”.

Esta pesquisa refere-se às atividades físicas de lazer que ocorrem exclusivamente nos parques públicos urbanos, porém, as demais denominações serão esclarecidas ao longo deste capítulo.

Por definição atual o parque municipal é

⁹ Art, 2º “instrumento global e estratégico da Política de Desenvolvimento Urbano e como parte do processo de planejamento, suas diretrizes e prioridades devem ser incorporadas ao Plano plurianual, nas Despesas Orçamentárias e no Orçamento Municipal”.

[...] patrimônio da cidade e uma ferramenta para a preservação da biodiversidade. O parque também é um espaço de educação ambiental, oferecendo cursos e oficinas. Há outras opções para seus visitantes, como atividades de lazer, prática de esporte e apresentações culturais, mas sua vocação é ofertar espaços contemplativos, trilhas, lagos e paisagens naturais (SÃO PAULO, 2018, s/n).

Ainda que este conceito considere as atividades físicas de lazer e ressalte a vocação dos parques em oferecer a contemplação, devido a existência de lagos, trilhas e a paisagem natural, observa-se que em alguns períodos a implantação de parques na cidade teve a sua prioridade para a qualidade de vida das pessoas, com indicação para as práticas de lazer, em outros eram restritas e com expansão limitada, com pouca ou nenhuma dotação orçamentária para novas implantações. Isso impacta inclusive na distribuição equitativa de novos parques, haja vista a relevância que estes equipamentos têm no cotidiano da cidade. No Quadro 1 é possível observar a dinâmica e a orientação para provisão de parques públicos até o ano de 2018:

Quadro 1 - Parques públicos urbanos na cidade de São Paulo - 1825 - 2018.

Período	Entrega	Parques	Contexto
Séc. XIX	1825	Da Luz CENTRO- OESTE	Reprodução de jardins europeus. Atividades culturais e encontro da sociedade.
	1892	Tenente Siqueira Campos Trianon CENTRO- OESTE	Aquisição do terreno pela prefeitura em 1911. Implantado pela iniciativa privada com o loteamento alto Caaguaçu. Valorização imobiliária. Desapropriação.
Séc. XX até década 1970	1911	Anhangabaú e Parque Dom Pedro CENTRO- OESTE -	Plano de melhoramentos, como o de Bouvard ¹⁰ . Foram descaracterizados em função do padrão de urbanização.
	1939	Aclimação CENTRO- OESTE	Décadas iniciais do séc. XX a política de investimentos urbanos do município, bem como os diretos da Prefeitura, privilegiam os loteamentos instalados na direção sudoeste da cidade, em detrimentos de bairros operários, como Brás e Moóca. Contam com os parques privados: Jabaquara, Granja Julieta e Jardim da Aclimação, que após processos de loteamento, o Aclimação é desapropriado pela Prefeitura em 1939, na gestão de Prestes Maia.

¹⁰ Contratado no início do século XX pela Diretoria de Obras Municipais, Joseph-Antoine Bouvard, desenvolveu, no âmbito público, o chamado Plano Bouvard para São Paulo e, no âmbito privado, esteve à frente da criação da City of San Paulo Improvements and Freehold Land Co. Ltd (DELBOUX, 2015)

Continua

Período	Entrega	Parques	Contexto
	1954	Ibirapuera SUL	Obra coordenada por Oscar Niemeyer em resposta do governo aos anseios da elite cultural, que propôs que a cidade deve-se assumir uma feição mais moderna em contrapartida ao modelo europeu, que destoava dinâmica da cidade à época. Da década de 1930, desde a posse pela Prefeitura, foram muitos embates judiciais entre prefeitura, grileiros e governo estadual para determinar os limites e impedir a utilização para outros fins desta área.
	1968	CEMUCAM ¹¹ Centro Municipal de Campismo CENTRO-OESTE	A ampliação não acompanhou o desenvolvimento da Cidade. Gerido pela Prefeitura, mas instalado fora do município de São Paulo.
Década 1970	1971	Alfredo Volpi CENTRO-OESTE	Loteamento. Visando a preservação de uma área remanescente de Mata Atlântica do Planalto Paulista, o projeto paisagístico do parque teve por base, em 1966, uma proposta realizada pela paisagista Rosa Grena Kliass, com colaboração do arquiteto Carlos Welker e do botânico Helmut Shlik, responsável pelo levantamento florístico da área. O projeto aproveitou as clareiras naturais do local para implantação das áreas de recreação infantil.
	1974	Barragem do Guarapiranga SUL	Desapropriação. Implantado em parceria com a Prefeitura Regional.
	1976	do Carmo LESTE	Áreas remanescentes, de antigas chácaras e fazendas envoltas pela cidade. Desapropriação.

¹¹ Está localizado em Cotia, a oeste do município de São Paulo e pertence à Região Metropolitana de São Paulo. A área de 500.000m² é resultado de permuta, em 1968, entre a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB e a Prefeitura de São Paulo. Criado para promover o campismo e atividades recreativas e educacionais (Centro de Documentação Técnica – CDT/SVMA).

Continua

Período	Entrega	Parques	Contexto
	1978	do Piqueri LESTE	
	1979	Vila dos Remédios CENTRO- OESTE	Áreas remanescentes, de antigas chácaras e fazendas envoltas pela cidade. Desapropriação.
	1979	Anhanguera NORTE	Terras da União transferidas para o Patrimônio Municipal. ¹²
	1979	da Previdência CENTRO- OESTE	Loteamento
Década 1980	1980	Nabuco SUL	Áreas remanescentes, de antigas chácaras e fazendas envoltas pela Cidade. Desapropriação.
	1980	São Domingos NORTE	Loteamento
	1980	Lina e Paulo Raia SUL	Desapropriação

¹² São 950ha adquiridos pelo Ministério da Fazenda como liquidação de dívida com a União. A transferência ocorre de uma transação 'pró forma' autorizada por lei (BARTALINI, 1999 apud MACARRÃO, 2009).

Continua

Período	Entrega	Parques	Contexto
	1981	Raposo Tavares CENTRO- OESTE	Desapropriação
	1982	Rodrigo de Gásperi NORTE	Loteamento. Conhecido como “Parque da Lagoa” porque havia anteriormente no local uma lagoa e um córrego, usado pelas pessoas para pescar e nadar. Após o aterramento da lagoa e a canalização do córrego, o local passou a ser usado por circos e parques de diversão. A prefeitura construiu um campo de futebol e um vestiário na parte mais larga do terreno, cedendo-os para uso dos clubes locais. Os moradores do bairro reivindicaram a abertura de um parque com aproveitamento de todo o terreno. Inaugurado em 1982 com o nome de Parque Pirituba, mas em 1992 o parque recebeu o nome de Rodrigo de Gásperi em homenagem a um jovem torcedor de futebol de 13 anos, morador do bairro, que faleceu vítima da violência nos estádios de futebol.
	1986	Santos Dias SUL	Loteamento
	1987	Lions Clube Tucuruvi NORTE	Loteamento
	1987	Buenos Aires CENTRO- OESTE	Originado da Praça Buenos Aires de 1917, inspirada nos Jardins Franceses, em loteamento que atendia exigências burguesas.
	1988	Vila Guilherme NORTE	Desapropriação

Continua

Período	Entrega	Parques	Contexto
	1989	Ecológico Chico Mendes LESTE	<p>Constam no “Plano de Emergência para a cidade de São Paulo”, no início da gestão de Luíza Erundina (1989 – 1992), como diretrizes para os serviços e obras: estabelecer um programa para construção, reforma e manutenção de parques e áreas verdes, com colaboração do setor privado e entidades da sociedade civil. O relatório de prestação¹³ de contas aponta que a gestão anterior restringiu as atividades dos parques, bem como o acesso e a prática de esportes cerceados e os serviços de manutenção terceirizados. Relata ainda que na nova gestão foram facilitados, com a liberação de bicicletas e skates. O Departamento de Parques e Áreas Verdes (Depave) promove novas dinâmicas de gestão, com a participação dos usuários para redefinir o uso dos parques e com a manutenção de quatro parques realizada por funcionários públicos. Na sequência o Plano de Governo prevê: melhorar, recuperar e equipar as áreas verdes existentes e implantar novas, oferecendo mais espaços livres para o público.</p>
	1989	Raul Seixas LESTE	
	1989	Independência SUL	
	1989	Severo Gomes SUL	
Década de 1990	1990	Jardim Felicidade NORTE	
	1990	Luís Carlos Prestes CENTRO-OESTE	
	1991	Cidade Toronto NORTE	
	1992	Santa Amélia LESTE	

¹³ Relatório de Prestação de Contas em Cumprimento ao Plano de Emergência para a cidade de São Paulo, 10 de abril de 1989, Prefeita Luiza Erundina de Sousa. PMSP, 1899 (MACARRÃO2009).

Continua

Período	Entrega	Parques	Contexto
	1995	Dos Eucaliptos SUL	<p>A gestão de Paulo Maluf – 1993-1996, quando criada a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, apresenta “A questão ambiental Urbana: cidade de São Paulo” publicação que subsidia a política e gestão ambiental, cujos capítulos destacam, entre outras reflexões: ações pedagógicas podem proporcionar plena consciência dos indivíduos sobre suas atitudes e, assim, melhorar a qualidade de vida; o enfrentamento de todos os problemas da cidade tem o objetivo a melhoria da qualidade de vida e a sua democratização; e que a política para as áreas verdes devem romper com a tradição de criá-las exclusivamente associadas à questão do lazer, indicando para uma abordagem mais ampla, para um equacionamento mínimo da questão ambiental, legislação de uso e ocupação do solo, preservação da vegetação e utilização de instrumentos tributários e urbanísticos na ampliação das áreas verdes. Dentre as políticas específicas, o documento orienta para o gerenciamento de parques. Não há registros ou relatórios de efetividade desta publicação. O parque Eucaliptos é fruto do termo de cooperação entre Prefeitura e Construtora Sobloco e do parque Burle Marx de uma doação compulsória do loteamento Panamby do Morumbi, cujo decreto de criação deste último veda a entrada de pessoas com animais, a realização de piqueniques e churrascos, a prática de atividades esportivas, exceto <i>jogging</i>, e concebe a ideia da valorização dos empreendimentos vizinhos, de alto padrão, pelo fato de contarem com um parque de uso restrito à sua porta.</p>
	1995	Burle Marx SUL	

Continua

Período	Entrega	Parques	Contexto
Década 2000	2002	Chácara das Flores LESTE	<p>Gestão entre 2001 e 2004 Marta Suplicy, balizada pelos documentos “180 dias de reconstrução” e “1000 dias de governo”, aponta para parcerias, como medida de implantação de parques, tendo efetivado um Termo de Cooperação com a Todaba Participações Ltda, para recuperação da biodiversidade em mil hectares da cidade e o primeiro projeto Parque Vila do Rodeio, e o protocolo de intenções com a editora Abril, para criação e manutenção de parque em Pinheiros. Outro projeto definido no tocante à parques é o “Adote um parque” com a proposta de parcerias para manutenção e revitalização de 31 parques. Também prevê “2 milhões em m² de parques”. Destaque se dá à elaboração e aprovação do PDE 2002, que provisiona a implantação de treze parques públicos até 2006 e oito até 2012. Inicia-se nessa gestão a prática administrativa de implantar parques por decreto, seguindo assim na gestão sucessora. De onze parques criados, sete não inaugurados no último mês da gestão, considerados em implantação, pois faltavam serviços complementares para finalização. Exceto dois, os parques em implantação eram previstos no PDE-2002.</p>

Continua

Período	Entrega	Parques	Contexto
	2007	Colina de São Francisco CENTRO-OESTE	O programa de governo “São Paulo – 2005/ 2008 – Programa Serra Prefeito” da gestão José Serra/ Gilberto Kassab propõe que São Paulo se torne uma cidade mundial e, sendo assim, necessita de estratégia de desenvolvimento que atenuie os problemas e reforce os atrativos, para que a cidade fique mais próxima dos centros de decisão de grandes empresas e produtores de cultura. Quanto às áreas verdes, identifica o déficit que a cidade tem e propõe, especificamente ao que se refere a parques: criar novas áreas, como praças, bosques e parques públicos e ampliar as parcerias com iniciativa privada e com organização não-governamentais para manutenção, implantação de serviços e oferta de atrativos nos parques urbanos.
	2007	Profª Lydia Natalizio Diogo Vila Prudente LESTE	
	2007	Do Trote NORTE	

Continua

Período	Entrega	Parques	Contexto
	2007	do Cordeiro - Martin Luther King SUL	Duas publicações se destacam, atinentes aos parques públicos, o “Mapa Verde”, com indicação dos parques e áreas de proteção estaduais, a localização e principais atributos da fauna, da flora e de lazer dos 32 Parques Municipais, e o “Guia dos Parques municipais de São Paulo”, com informações sobre estes equipamentos. No final desta gestão é anunciado o programa “100 Parques para São Paulo”, com a proposta de contabilizar para a cidade, até 2008, os parques já implantados, os em implantação, os em projetos e as áreas com potencial de implantação, além dos lineares implantados e previstos.
	2008	Ermelino Matarazzo LESTE	
	2008	Vila do Rodeio LESTE	
	2008	Shangrilá SUL	
	2008	Jacintho Alberto NORTE	
	2008	do Povo Mario Pimenta Camargo CENTRO- OESTE	

Continua

Período	Entrega	Parques	Contexto
	2007/2008 (<i>fechado para o público</i>)	Jacques Cousteau ZONA SUL	Em implantação 2008. Na área funcionava ao antigo Viveiro da Subprefeitura de Capela do Socorro. Em 2007 foi transformado em Parque Municipal, porém, por manifestação contrária à Associação Benfeitores de Interlagos (ABI) entrou com recurso para invalidar o decreto de criação do parque, alegando impactos ambientais. O recurso foi deferido. Porém, existem, dentro da cidade de São Paulo, outras áreas de preservação ambiental protegidos contra a exploração e ainda sim oferecem acesso ao público.
	2009	Casa Modernista SUL	Considerada a primeira obra de arquitetura moderna implantada no Brasil, projeto do arquiteto Gregori Warchavchik para a sua família É tombada pelo CONDEPHAAT ¹⁴ , IPHAN ¹⁵ e CONPRESP ¹⁶ , a Casa Modernista foi construída em 1928. A adaptação da Casa Modernista e seu terreno a um parque busca dar acesso às áreas externas da casa preservando a sua história. O projeto de ajardinamento paisagístico buscou, através de registros fotográficos, resgatar o jardim histórico à luz do projeto original de Mina Klabin.
	2009	Ten. Brigadeiro Roberto Faria Lima NORTE	Gestão 2009 – 2012 – Gilberto Kassab, deu continuidade ao “Programa 100 Parques”. O projeto do parque transformou a área, preservando a vegetação significativa e integrando-a com atividades de recreação para a população.

¹⁴ Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo.

¹⁵ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e posteriormente foi também tombada pelo Conpresp.

¹⁶ Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo.

Continua

Período	Entrega	Parques	Contexto
	2009	Jardim Herculano SUL	Loteamento, em implantação 2008. Inserido em área de preservação de mananciais e conta com grande número de nascentes fazendo parte do Sistema de Abastecimento da Represa Guarapiranga. Destinado ao lazer contemplativo, o projeto do parque tira partido da presença de mata remanescente e veios d'água para criar estares integrados, respeitando as áreas de proteção permanente, com equipamentos de lazer e atividades de educação ambiental.
	2009	Praia São Paulo SUL	Implantado em parceria com a Prefeitura Regional, o primeiro trecho deste parque é a chamada Praia do Sol, localizada na Avenida José Marques do Nascimento, altura do nº 3.540 da Av. Atlântica. O parque é voltado para a prática de esportes, lazer e contemplação, com uma pequena área destinada a banhistas.
	2009	Pinheirinho D'Água NORTE	Solicitado em 2001 pela comunidade com a finalidade de preservar e assegurar a área devido à sua dimensão e características paisagísticas, o parque foi implantado com recuperação de taludes e córrego e enriquecimento arbóreo com espécies nativas.
	2009	Zilda Natel CENTRO-OESTE	Estruturado à prática de skate e conta com nove painéis grafitados nos muros. A área havia sido usada como canteiro de obras para a construção da Estação Sumaré da Linha Verde do Metrô. Em 2008, deu-se início às obras de reforma do local, por meio da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras - SMSP. O projeto das pistas contou com a participação de membros da Confederação Brasileira de Skate.
Década 2010	2010	Izaura Pereira de Souza Franzolin Lajeado LESTE	Desapropriação, em implantação 2008. A área do parque está inserida na antiga Chácara Santa Rosa, distrito de Lajeado. Toda a mata nativa da área foi preservada e a comunidade teve a visibilidade da mata liberada com substituição do muro por gradil.

Continua

Período	Entrega	Parques	Contexto
	2010	Ecológico de Campo Cerrado Dr. Alfred Usteri CENTRO-OESTE	Primeiro parque municipal criado para a conservação da vegetação campestre, que no passado cobria grande parte da cidade de São Paulo.
	2010	Prefeito Mário Covas CENTRO-OESTE	Na área localizava-se originalmente o Jardim da antiga residência Vila Fortunato, de propriedade da família Thiollier, demolida em 1972. Em 1991 o CONPRESP iniciou processo de tombamento do imóvel e estabeleceu diretrizes para sua ocupação. O parque preserva uma das áreas verdes da região da Avenida Paulista e sua implantação foi realizada em parceria com a Subprefeitura.
	2011	Ciência LESTE	Loteamento Cohab, em implantação 2008. É o 77º do Programa 100 parques.
	2011	Vila Sílvia LESTE	Loteamento da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), em implantação 2008. Implantado em área verde prevista na implantação de conjunto habitacional. Três fases de implantação. Em 2011 recebe Academia ao ar livre, que marca o início de atividades, após muita reivindicações.

Continua

Período	Entrega	Parques	Contexto
	2011	Águas ZONA LESTE	Meta prevista no Plano Regional Estratégico da Subprefeitura 2006. Formado por áreas remanescentes de três loteamentos e criado para preservar as nascentes do Córrego Três Pontes, afluente do Rio Tietê. Tem este nome por possuir nascentes e brejos preservados
	2011	Benemérito José Braz CENTRO- OESTE	Praça em Metrô, em implantação 2008. Implantado por solicitação da comunidade, onde havia uma praça, na saída da estação Brás do Metrô. Ali a população já praticava exercícios físicos e esportes, como futebol, além de atividades com crianças.
	2011	Guanhembu ZONA SUL	Loteamento, em implantação 2008. Formado por dois loteamentos realizados na região na década de 70, o parque foi implantado em uma região carente de áreas verdes e de lazer. Localizado em região de mananciais, o projeto conjuga preservação da área permeável e atendimento social com equipamentos esportivos e de lazer. O projeto Clube Escola da Secretaria Municipal de Esportes utiliza os campos do parque.
	2011	M'Boi Mirim ZONA SUL	Doação, em implantação 2008. Localizado em área de preservação de mananciais, vegetação composta por eucaliptal com sub-bosque, remanescente de Mata Atlântica em estágio inicial de sucessão, campo antrópico, brejo, além de vegetação aquática. Com restrições a skates e bicicletas.
	2012	Jardim Primavera LESTE	Aterro sanitário, em 2008 constava em implantação. A Lei 13.308, de 31 de janeiro de 2002, criou o Parque, na área ocupada pelo Aterro Sanitário do Jacuí, situado no entorno do Córrego do Limoeiro com Córrego do Jacuí, no bairro de Ermelino Matarazzo. O Aterro foi desativado em 1989 e a primeira fase de implantação do parque foi concluída em 2012.

Continua

Período	Entrega	Parques	Contexto
	2012	Ecológico Central do Itaim LESTE	Uma das últimas chácaras existentes no Itaim Paulista. Reivindicado pela população, o parque foi solicitado pelo Fórum Ambiental do Itaim Paulista em 2006, para preservar a vegetação de Mata Atlântica existente no local, pois havia possibilidade de que o terreno desse lugar a um loteamento urbano. A área foi desapropriada pela prefeitura, passou por reformas e readequações para se tornar parque.
	2012	Aterro Sapopemba LESTE	Encerrou suas atividades em 1986 a partir de protestos da comunidade do entorno. Desde 2001 havia registros que os drenos de gases estavam inativos, a população do entorno próximo passou a utilizar a área do aterro desativado para práticas esportivas, com atividades de caminhada, Cooper e futebol. No Plano Diretor Estratégico da cidade foi identificada como área para a implantação de parque esportivo.
	2012 sem atividades	Área de Preservação Savoy LESTE	Constituído por uma área de preservação cercada. Em sua área há uma nascente formadora do córrego Mandy, que desagua no córrego Guaiaúna - um afluente do Rio Aricanduva.
	2012	Altos da Baronesa SUL	O Parque abriga uma Área de Preservação (AP) com dois lagos, vegetação de Mata Atlântica e relevo acentuado. Está localizado dentro da Área dos Mananciais da Represa Guarapiranga, na zona sul da capital paulista, num terreno remanescente do loteamento do condomínio Alto da Baronesa. Foi criado pelo DECRETO Nº 53.228, de 20 de junho de 2012.
	2012	Sena NORTE	Loteamento, em implantação 2008. Criado dentro de um novo conceito de conservação e educação ambiental na região de Cantareira.

Continua

Período	Entrega	Parques	Contexto
	2013	Jardim da Conquista LESTE	Implantado na gestão Fernando Haddad 2013 – 2016, em área livre localizada em meio a um grande adensamento urbano, de caráter residencial, e fortemente antropizado (quando as atividades do homem exercem influência sobre o meio ambiente).
	2013	Guabirobeira LESTE	Localiza-se em meio a aglomerado urbano de caráter principalmente residencial.
	2013	Jardim das Perdizes CENTRO-OESTE	Implantado na antiga gleba da companhia telefônica, na região da Barra Funda, sendo doado à Prefeitura em função do empreendimento urbano realizado ao seu redor. A tecnologia adotada em sua edificação contempla soluções sustentáveis. Destacam-se no equipamento obras da artista plástica Tomie Ohtake (1913-2015).
	2013	Juliana de Carvalho Torres – COHAB Raposo Tavares CENTRO-OESTE	Projeto que propõe a qualificação das áreas verdes remanescentes do conjunto habitacional (COHAB) Raposo Tavares, consiste na recuperação da encosta, preservando os taludes naturais e a vegetação nativa. É aberto, sem cercamento, possibilitando o uso noturno.
	2013	Morumbi CENTRO-OESTE	Área de preservação com mata fechada em topografia bastante acentuada, foi cercada para proteção, a ser utilizada pelo Parque Alfredo Volpi para atividades de educação ambiental, como visitas agendadas e trilhas monitoradas.

Continua

Período	Entrega	Parques	Contexto
	2013	Sete Campos SUL	A região era composta por um braço da Represa Billings. Com o tempo, a área foi sendo aterrada devido à construção da estrada do Alvarenga, ocasionando invasão da área. O projeto do parque, elaborado em parceria com a Prefeitura Regional, prevê obras de melhoria no córrego e equipamentos de lazer e esportes.
	2013	Senhor do Vale NORTE	O nome “Senhor do Vale” foi escolhido por plebiscito pela comunidade do entorno do parque por ser a tradução do nome do distrito “Jaraguá” na língua tupi-guarani, homenageando o Pico do Jaraguá que está localizado próximo à área.
	2014	Quississana LESTE	Criado para preservar fragmento de mata nativa em estágio de regeneração. A área foi cercada e será utilizada para atividades de educação ambiental como trilhas e visitas monitoradas.
	2014	Prainha SUL	Projeto tem como objeto a preservação dos mananciais, com área de contemplação da Represa, equipamentos de lazer e esporte. Foi implantado em parceria com a Prefeitura Regional. Revitalizado em 2014 por mobilização de moradores

Conclusão

Período	Entrega	Parques	Contexto
	2016	Chácara do Jockey CENTRO-OESTE	Em outubro de 2014, a Prefeitura de São Paulo tomou posse da Chácara do Jockey, atendendo uma reivindicação de mais de 30 anos dos moradores da região pela criação de um parque. Com mais de 143 mil metros quadrados (o equivalente a 20 campos de futebol), a área foi declarada de utilidade pública e sua desapropriação envolveu um processo de negociação com o Jockey Club – onde a indenização pelo imóvel foi compensada pela dívida de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) acumulada ao longo dos anos pelo proprietário com a administração municipal.
	2017	Chuvisco SUL	Implantado pela SP-Obras por fazer parte das obrigações de Licença Ambiental previa da Operação Urbana da Água Espraiada. A implantação da via Jornalista Roberto Marinho foi feita pela Operação Urbana Consorciada Água Espraiada (OUCAE), dando origem a um Termo de Compromisso Ambiental (TAC). Esse TAC foi cumprido sob a forma de adequação e obras do Clube Chuvisco, usado pelos funcionários da extinta Varig.
	2018 Reabertura	Leopoldina – Orlando Villas-Bôas CENTRO-OESTE	Resultado de uma parceria entre a Prefeitura e o Governo do Estado, teve a primeira parte entregue em janeiro de 2010. Fechado desde março de 2015 por determinação da Justiça, pois há suspeita de contaminação no local porque lá funcionou a sede de uma unidade de tratamento de esgoto da Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp), que também exigiu o ressarcimento do IPTU de 2014 e 2015.

Fonte: Adaptado de MACANHÃO (2009) e SÃO PAULO (2018).

Entre 1997 e 2000, a publicação “100 dias de gestão – projeto visão” (MACARRÃO, 2009) menciona na área de desenvolvimento social a prioridade em ampliar as áreas verdes e é apresentado o Programa Plurianual de Novos Parques Municipais, com o objetivo de dotar cada Administração regional com ao menos 1m² de parque por habitante. Porém, nenhum parque público foi implantado no período.

Importante ressaltar que em 2008 a SVMA tem o aumento de recursos disponibilizados pelo Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb) e Fundo especial para o Meio Ambiente (FEMA), o que pode ter sido um estímulo à criação do programa “100 Parques para São Paulo” (MACARRÃO, 2009).

Outro fator importante de se observar é a distribuição desproporcional de parques nas regiões, embora os parques lineares, que não constam no quadro apresentado, desempenhem importante papel para além da finalidade para a qual foram criados, muitos, com a mínima infraestrutura física e administrativa, mantêm atendimentos e programação de atividades físicas de lazer para as pessoas, principalmente nas áreas mais periféricas. Regiões, como a zona norte da Cidade, possui 50% dos parques, comparada às demais regiões. E todas estas questões se relacionam com a priorização de uma política equitativa na área de parques, cujo fundamento está nos documentos apresentados no início de cada gestão, como se observa nos contextos explicitador no Quadro 1.

Diante da diversidade que o conjunto de parques públicos apresenta, bem como a finalidade e metodologias com as quais devem ser geridos, a SVMA apresenta conceitos que os caracteriza (SÃO PAULO, 2018, s/p):

Parques Urbanos - estão situados dentro da cidade e se caracterizam por proteger trechos de mata dentro do perímetro urbano. Possuem um sistema próprio de administração, portaria, zeladoria e proteção física ao seu redor (ex.: gradis) e um Conselho Gestor, que é consultivo. Seu foco é a proteção da biodiversidade, mas é possível usar suas dependências para o lazer.

Parques Lineares - os parques lineares [previsto no Plano Diretor estratégico] possuem uma função específica, que é proteger as margens de rios e córregos, e podem oferecer alguns recursos de lazer, de acordo com o espaço disponível. Outra característica é ser geralmente aberto (sem gradis) e com pouca ou nenhuma infraestrutura administrativa.

Parques Naturais - esses parques naturais são Unidades de Conservação (UCs), com o objetivo de proteger e preservar a flora e a fauna silvestre. As UCs podem ser classificadas como Áreas de Proteção Integral (elas ficam 100% fechadas para qualquer tipo de atividade) e as Áreas de Uso Sustentável (que permitem o convívio humano, desde que o manejo seja responsável) (grifos do autor).

O município de São Paulo possui 77 Parques Urbanos, 23 Parques Lineares e 06 Parques Naturais, cuja classificação segue os critérios de tamanho, atributos, que podem ser considerados a vocação ou demanda e especificidades, como a função no meio urbano.

Além dos instrumentos e recursos utilizados pela gestão pública para viabilizar esta rede, como parcerias público-privadas, compensação ambientais por obras públicas que necessitam de manejo arbóreo, venda de créditos de carbono, parceria com governo do Estado e subprefeituras, entre outros, foi criado o Fundo Municipal de Parques, que atua complementar e articuladamente ao FEMA. Este Fundo tem o objetivo de garantir a aquisição de áreas para implantação dos parques a partir das parcerias, da contribuição de cidadãos, bem como da iniciativa privada. Os recursos deste Fundo devem se destinar exclusivamente a aquisição de áreas particulares para implantação dos parques que constam no quadro de Parques Municipais Existentes e Propostos do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Os recursos para o Fundo Municipal de Parques são provenientes de dotações, créditos adicionais suplementares destinados ao próprio Fundo, alienação de áreas públicas municipais, doações de pessoas físicas ou jurídicas e de entidades internacionais, acordos, contratos, convênios e consórcios e convênios, rendimentos sobre aplicação de seu próprio patrimônio, incentivos fiscais, entre outras receitas.

3.2 Organização e gestão dos parques públicos urbanos

A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente - SVMA da Prefeitura Municipal de São Paulo foi criada em 1993 pela Lei nº 11.426/93 e tem por

responsabilidade gerir questões ambientais da Cidade. As atribuições desta secretaria consistem em

Planejar, ordenar e coordenar as atividades de defesa do meio ambiente no Município de São Paulo, definindo critérios para conter a degradação e a poluição ambiental; Manter relações e contatos visando à cooperação técnico-científica com órgãos e entidades ligadas ao meio ambiente, do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios brasileiros, bem como com órgãos e entidades internacionais; Estabelecer, com os órgãos federal e estadual do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), critérios visando à otimização da ação de defesa do meio ambiente no Município de São Paulo. (SÃO PAULO, 2014a, s/n).

Dentre os departamentos responsáveis pela consecução de seus objetivos há o DEPAVE (FIGURA 1), que existia anteriormente à secretaria, na época subordinado à Secretaria de Obras.

Figura 1 - Organograma SVMA

Fonte: São Paulo (2014)

Depave tem por responsabilidade gerir e administrar os parques municipais na SVMA, portanto, suas atribuições em síntese são projetar,

promover, orientar, produzir e estimular projetos setoriais e intersetoriais, definir diretrizes para pesquisas e divulgação de e para atividades atinentes, executar obras, arborização, ajardinamentos, estabelecer padrões e critérios para preservação, manejo e conservação da fauna e flora das áreas subordinadas, entre outras demandas referentes à execução da Política do Sistema de Áreas verdes. O Departamento é organizado em Divisões Técnicas, tratadas no dia-a-dia da Secretaria por Depaves, e consistem em estratégia de gestão para desenvolver atribuições em cada uma das áreas de: Projetos e Obras, Produção e Arborização, Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre, Proteção e Avaliação Ambiental, Gestão dos Parques, Administração do Parque Ibirapuera, Administração do Parque do Carmo, Unidades de Conservação e Proteção da Biodiversidade e Herbário.(FIGURA 2).

Os demais departamentos da Secretaria, com respectivas divisões, realizam atividades complementares ou de apoio aos parques, como por exemplo, o Departamento de Gestão Descentralizada, que na última reformulação, em 2009, criou os Núcleos de Gestão (Anexo B) que têm como uma das frentes de ação nos Parques o “Programa 100 parques” e por sua vez, possui Divisões de Núcleos em cada região da cidade de São Paulo, também subdivididas. A mencionada reformulação da SVMA ocorreu 2009, pela Lei n. 14887/09, e, considerando a complexidade e especificidade de dois parques em especial, Parque Ibirapuera, na zona sul, e Parque do Carmo, localizado na zona leste da Cidade, foram criadas duas Divisões Técnicas, cuja sigla também é “DEPAVE”, específicas para tratarem de peculiaridades e da complexidade de cada um desses parques, que aparecem na mesma FIGURA 2 como Depaves 6 e 7, respectivamente. Todos os demais parques são atribuídos ao Depave 5. Existe também o agrupamento de parques que, além de relacionar com a proximidade entre eles e a disposição na cidade, se relaciona com a administração dos contratos de manutenção, limpeza e segurança, que é realizada de forma conjunta. Durante a finalização do presente estudo foi possível registrar relatos dos servidores sobre uma nova estruturação da Secretaria, cuja publicação está prevista para ano de 2019.

Figura 2 – Organograma ampliado SVMA

Fonte: São Paulo (2008).

No âmbito dos parques o Administrador é responsável por gerir contratos e serviços de manutenção e vigilância, que incluem a limpeza e manutenção de todas as áreas, podas, vigilância, além de estagiários de áreas técnicas, este último se pode considerar atividade finalística, contratação esta priorizada para os que têm formação na área de educação ou gestão ambiental. Em outubro de 2008, a SVMA publicou um documento intitulado “Parques Municipais Urbanos de São Paulo: Subsídios para gestão”, resultado de extenso trabalho com os administradores dos parques em 2005, o que resgata um pouco a ação significativa de tais atores na política pública na área de parques, pois são interlocutores entre o uso público e a gestão da SVMA. Além das atribuições previstas para os administradores, foram identificadas outras atribuições num amplo escopo de atividades para além da administração de contratos de serviços de segurança e manutenção, que envolve a gestão do uso público como a intermediação de todo o tipo de conflitos de usos nos parques, acontecimentos cotidianos e também inusitados que ocorrem nos parques, as parcerias locais, a compatibilização de agendas, a liderança do Conselho Gestor, toda a forma de divulgação local e relacionamento com os munícipes (WHATELY, 2008). Tais atribuições refletem o que de fato ocorre no dia-a-dia dos parques, inclusive relatadas pelos próprios administradores, o que reforça a sua representatividade na gestão de parques na cidade de São Paulo. Além disso, demanda pensar os critérios para definição de perfil e designação do cargo, uma vez que, neste mesmo estudo de ampliação e gestão dos parques a SVMA definiu novas formas de contratação de administradores, requerendo que apresentassem qualificação baseada em curso superior com formação e conhecimento técnico na área ambiental. Importante destacar a formação oferecida a estes profissionais, com temas que posteriormente foram traduzidos em propostas de gestão para os parques, a partir de 2005:

comunicação de forma ampla, “gestão administrativa”; inserção da gestão dos parques no âmbito de um sistema de áreas verdes; integração do trabalho dos vários Depaves; zoneamentos dos

parques, considerando o histórico do parque, infra-estrutura (*sic*), educação ambiental, fauna e flora; ação integrada e coordenada com as diferentes secretarias municipais que exercem atividades nesses espaços; terceirização do manejo para substituir as espécies exóticas por nativa. (WHATELY, p. 23).

Com isto, o processo participativo com os gestores de parques culminou num mapeamento de atribuições em que o lazer aparece como uma demanda a ser gerida, como “cuidar de todo disciplinamento de uso dos espaços e equipamentos destinados aos esportes e lazer e também os usos indevidos destes mesmos equipamentos, previstos e não previstos.” (WHATELY, 2008, p. 85). Desta forma, no dizer de Pacheco e Raimundo (2014), vislumbrando a oferta de atividades que promovam a inclusão social e o direito ao lazer, inclusive a conservação ambiental, é necessário que os administradores “aproximem-se do campo de conhecimento e intervenção profissional, relativos às políticas públicas de cultura e lazer” (p.61), juntamente com todas as questões de “funcionamento, limpeza, conservação, pessoal qualificado, segurança, planejamento do uso e programação, relação com a comunidade e conselhos gestores” (p.61), que também são relevantes para pensar os que atuam e estudam o campo do lazer.

Outro fator de relevância para a gestão, que implica também no desenvolvimento do lazer, é individualizar as demandas de cada parque, porém as diretrizes devem ser as mesmas e acompanhar uma coerência e sincronicidade, como por exemplo, os serviços de lazer com as ações intersetoriais e com a qualidade dos demais serviços meio e fim atinentes ao equipamento.

Os elementos para gestão aqui mencionados devem ser ampliados em estudos específicos, haja vista sua complexidade e importância. Considerando que o presente estudo se limita às atividades físicas de lazer no interior de parques públicos urbanos, elas serão como objeto da animação sociocultural e como resultado de uma gestão participativa no próximo capítulo.

4 GESTÃO PARTICIPATIVA, ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL E PROMOÇÃO DE ATIVIDADES FÍSICAS DE LAZER NOS PARQUES PÚBLICOS

Presente nos estudos que abordam as políticas públicas de lazer é a importância de se imprimir coerência entre a gestão e a oferta de atividades, bem como a seriedade com que o portfolio de projetos deve ser criado e administrado. Para Casey (2011) é necessário melhorar a forma de promoção do lazer àqueles que decidem e elaboram as políticas públicas. É necessário “associar, de forma mais clara, a promoção do lazer a estratégias locais e nacionais [...] os políticos não têm compreendido seu papel em todas as várias áreas do desenvolvimento estratégico por que têm responsabilidade” (p. 90). Para o autor é importante que o lazer seja referenciado nas áreas estratégicas, como acontece com as áreas de educação, saúde, meio ambiente, entre outras, de forma que tenha uma abordagem integrada e não periférica. Considerando as atividades físicas como uma das possibilidades de animação nos parques, é notório o quanto já estão reconhecidas pela sua contribuição nas agendas da saúde e, portanto, na melhoria na qualidade de vida dos sujeitos. Tal reconhecimento tem impacto na concepção de cidade, haja vista os diversos qualificativos que recebe: saudável, criativa, educadora, entre outros, onde é reconhecida como uma prática de lazer. É necessário também ampliar a concepção de atividades físicas de lazer como formas de manifestação e expressão corporal que vão além de expressão de saúde, a expressão do ser social e cultural.

Como já observado, nos parques encontram-se desde atividades autogeridas até as ministradas por voluntários, assessorias, iniciativas privadas, entre outros. Constatase que nem sempre a oferta de animação destes espaços tem origem no planejamento da gestão pública ou que haja programação sistemática, ainda que seja desenvolvida por voluntários, lideranças comunitárias, contratação de terceiros ou organizações por meio de editais. Sendo os parques urbanos uma das possibilidades de oferta de animação sociocultural no espaço urbano, é relevante que se investigue como

esta iniciativa contempla a participação popular, o que a faria consonante ao documento que orienta o PDE da Cidade (SÃO PAULO, 2014).

Este capítulo se dedica à concepção da animação sociocultural, como caminho que viabilize e sustente a participação social e como possibilidade de usufruto e organização de experiências mais duradouras de atividades físicas de lazer no parque público urbano. Para tanto, aborda o Conselho Gestor dos parques como elemento disparador para tais reflexões acerca da participação e a concepção de corpo como elemento da animação sociocultural.

4.1 Gestão participativa e os Conselhos Gestores de parques públicos.

Os Conselhos Gestores dos Parques Municipais são organizações que preveem a participação de munícipes, servidores e entidades com intuito de garantir a participação popular na gestão dos parques públicos. Foram criados pela lei nº 13.539, de 20 de março de 2003, revogada em 2013 pela lei nº 15.910, que dispõe sobre a criação e organização de conselhos gestores dos parques municipais e define no artigo 10 competências, entre as quais

[...] acompanhar, fiscalizar e propor medidas visando à organização dos parques municipais, à melhoria do sistema de atendimento aos frequentadores e à consolidação de seu papel como centro de cultura, lazer e recreação e como unidade de conservação e educação ambiental (SÃO PAULO, 2013, s/n).

A Lei 10.050, que aprova o PDE do Município de São Paulo, ainda define dentre as diretrizes para do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres: "aprimorar a gestão participativa das Unidades de Conservação e dos Parques Urbanos e Lineares". (São Paulo, 2014b, s/n)

É possível dizer que a criação dos conselhos é um passo importante, quando o objetivo é envolver a comunidade na discussão das políticas públicas com enfoque nas iniciativas socioculturais e ambientais. Mas será que tal estrutura propicia de fato a participação das pessoas? O mecanismo de criação de Conselhos já garante o interesse da participação na gestão? Tais questões sugerem uma análise mais detalhada, precedida do que se entende por planejamento ou gestão participativa para o campo do lazer.

Para Requixa (1980) seja relacionado aos problemas da urbanização que afetaram as pessoas ou ao problema social da falta de participação dos sujeitos na vida da cidade,

[...] a prática de atividades de lazer revela aspectos que podem significar a amenização ou, algumas vezes, a própria superação do problema [e], sob o aspecto social, [...] todo trabalho comunitário que busque encorajar a população a identificar problemas locais e encaminhar soluções, encontra no lazer excelente veículo de atração para o trabalho social voluntário, em benefício da própria comunidade (p.72).

No sentido da qualidade de vida, o lazer é compreendido pelo autor como uma forma de desenvolver relações afetivas entre a cidade e as pessoas e, sendo assim, sugere estimular a participação no desenvolvimento urbano e na animação sociocultural da própria cidade.

O Fórum de Gestores de Lazer, realizado durante o 20º Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL), em 2008, dialogou sobre os limites de acesso, as oportunidades de superação de limites e encaminhou propostas no campo da gestão que contribuíssem para o pleno desenvolvimento do lazer. Pinto *et al.* (2011, p. 40) destacam especificamente para o campo da gestão que,

Lazer precisa ser considerado como fenômeno social que envolve para além da prática de atividades no tempo disponível das pessoas. A efetivação das políticas públicas de lazer precisa ser precedida de uma análise de possibilidades de implementação de programas e projetos em cada região e de um investimento na articulação com as comunidades, estimulando a organização e a participação de diversos grupos. (p.40)

Ressaltam os autores, a responsabilidade dos gestores em gerenciar papéis significativos para a consolidação de uma gestão participativa eficaz, ou seja, estimular ações que valorizem a participação das pessoas na ocupação dos diferentes espaços de lazer, consonante com atitudes de cooperação e ludicidade.

Quanto à ludicidade nas relações sociais, contribui Oliveira (2001) dizendo sobre como o universo lúdico se torna interessante “no sentido de ensinar às pessoas um estreitamento de solidariedade, de camaradagem, de participação na vida do outro, de responsabilidade social pelo projeto coletivo

de suas nossas vidas” (p. 16). Afinal, aqui se fala do compartilhar mútuo de um ambiente e de decisões, de planos e projetos para a coletividade, de interações sociais de base comum, onde pode emergir uma cultura solidária, onde o lúdico ganha sentido amplo e profundo e, desta forma, “o universo de coisas lúdicas deixa de ser acessório ilusoriamente empregado para recompor aquilo que outras formas de trabalho e de interação social desfiguravam” (p.16). O autor propõe “um exercício interdisciplinar, discutindo a simultaneidade de constituição de uma economia e de uma cultura solidária, e dentro deste quadro, refletir sobre a contribuição das práticas lúdicas” (p.18). E, compreendendo assim, como um movimento que é significativo “pois liberta a cultura da dimensão cumulativa (e classista) de coisas a adquirir e restitui a todos a possibilidade não apenas de desfrutar da cultura, mas de produzi-la.” Trata-se, pois, de uma cultura que se adquire fazendo, conjugada à reflexão e solidária, ou seja, não é formulada individualmente, que, com adesão coletiva promova interações sociais solidárias (OLIVEIRA, 2001, p.21).

Frequentemente estudiosos ressaltam a importância de abordar a dinâmica da cidade para compreender as formas como o lazer é promovido e vivenciado. É preciso pensar numa nova práxis, como proposto por Lefèbvre (2001), que compreende a vida urbana constituída de mediações originais entre campo, cidade e natureza. É necessário “pensar na direção de um novo humanismo [...] na direção de [...] um homem da sociedade urbana.” (p. 73). Na compreensão de Bahia e Figueiredo (2017) a cidade é o alicerce das relações socioambientais e dos modos de viver “com níveis e sistemas de valores diferenciados da vida social e cultural que se vivia no campo, influenciando-o com essa nova dinâmica [e neste tecido urbano] a reprodução das relações capitalistas acontece, subordinando e transformando o espaço, o lazer e a cultura em mercadorias, em valor de troca” (p.137). Contudo, ressaltam os autores que, este sentido se inverte quando surgem urbano-industriais, em que planejadores urbanísticos buscam democratizar espaços e amenizar as segregações causadas pelo capitalismo e acrescentam que,

A busca pela melhoria da vida nesses centros urbanos, por meio de uma racionalidade ligada à sua eficiência, cria a necessidade de que os cidadãos busquem a natureza, criando na própria cidade a natureza perdida e/ou afastada dos grandes centros (p. 138)

Ocorre que a cidade é marcada com subutilização dos ricos recursos, que aos poucos são deteriorados e desperdiçados, provocando também a degradação socioambiental e o deslocamento das moradias às periferias, onde há escassez de recursos (e serviços) para suprir necessidades básicas, caracterizando a segregação urbana. Lefèbvre (2008) diz que a cidade se configura como um local de manifestação das contradições, sendo uma delas a que existe,

[...] entre o poder político e os diversos grupos sobre os quais esse poder se estabelece. A cidade é resultado de vários tipos de processos socioespaciais, gerados pela complexa interação entre agentes modeladores do espaço, interesses diversos, significações e fatores estruturais (BAHIA e FIGUEIREDO, 2017, p. 139).

Portanto, os problemas da cidade envolvem tensões, entre grupos que representam os diferentes interesses, relacionadas à segregação socioespacial na sociedade capitalista. Cinco elementos são apontados por Souza (2000) para o agravamento dos problemas urbanos:

a) o tráfico de drogas e a criminalidade violenta; b) os problemas socioespaciais e a degradação ambiental dos centros urbanos; c) a crise dos movimentos sociais urbanos; d) a fragmentação do tecido sócio-político-espacial; e) a situação de falta de governabilidade urbana. (BAHIA e FIGUEIREDO, 2017, p.141)

Lefèbvre (1999) salienta que para haja qualidade do espaço urbano é necessário que tenha uma essência, um centro, a centralidade da cidade, que seja comercial, simbólico, ou de informações e decisões, pois

Não existem lugares de lazer, de festa, de saber, de transmissão oral ou escrita, de invenção de criação, sem centralidade. Mas na medida em que algumas relações de produção e propriedade não sejam transformadas, a centralidade sucumbirá ao golpe dos que utilizam tais relações em seu proveito. (LEFÈBVRE, 1999, p. 91)

Para o que se propõe este capítulo, e no sentido de refletir sobre as questões acerca da efetiva participação das pessoas no Conselho Gestor e

consequentemente na Gestão Participativa dos parques públicos, vale a pena ressaltar a importância de compreender a problemática urbana e principalmente sua fragmentação e a inversão do valor de uso em valor de troca. Nessa problemática, Bahia e Figueiredo (2017) alertam para existência de duas realidades paradoxais:

[...] a “cidade legal”, ordenada e garantida apenas nos aparatos legais – Constituição Federal, Estatutos das Cidades, Plano Diretor – e a “cidade real”, com deficiências, falta de cumprimento dos preceitos legais instituídos, falta de participação popular nas decisões, sobre o planejamento e as necessidades socioespaciais dos diversos grupos. Há um processo de “enclausuramento” e de estabelecimento de fronteiras entre grupos sociais, fragmentando ainda mais as cidades (p. 141).

A participação na gestão de parques está prevista e “legalizada”, até mesmo relacionada, nos aparatos legais, ao desenvolvimento do lazer como finalidade destes equipamentos. É necessário analisar ou criar mecanismos que garantam a efetividade e a priorização desta participação e até mesmo de dialogar sobre os espaços e o seu valor de uso, ou de estabelecer ainda uma política pública de lazer, para que a democratização dos parques se estabeleça em todos os âmbitos, no seu uso, na sua gestão, na sua ampliação, na sua distribuição e localização. Formas democráticas de uso, podem se relacionar com uma política de animação sociocultural, que será tratada na sequência.

4.2 Animação sociocultural e o corpo como elemento central

Requixa (1980) conceitua animação sociocultural como “o esforço de indivíduos, de diferentes grupos sociais e do Estado, para organizar uma vida social e cultural, cuja ação se deve desenvolver, particularmente, no tempo livre” (p. 84). Acrescenta o autor, que ela pode ter como função a adaptação e a integração social, com a finalidade de superar os conflitos e desequilíbrios, advindos das transformações culturais, sociais, tecnológicas e, principalmente do desenvolvimento cultural, compreendido na perspectiva da “democratização da cultura e da melhoria da qualidade de vida para todos os estratos sociais, categorias de idade, de sexo, etc” (p.84).

A democratização dos espaços de lazer não é garantida apenas por existirem, oferta ou sua distribuição na cidade, mas também pela existência de ações que mobilizem, no sentido de incentivar, informar e oportunizar, o desejo das pessoas em viverem interativamente a cidade e para que elas construam formas diferentes de bem-estar. A prática democrática e cotidiana de atividades físicas está relacionada ao planejamento de animação sociocultural centrada no corpo, na sua manifestação, na sua relação com o ambiente e com os outros, na sua relação com a saúde, com as expressões e com a cultura. Portanto, não está associada somente à disponibilidade de equipamentos, mas muito mais por uma intencionalidade representada por uma ação programática, repleta de possibilidades de aprendizagem e de valores culturais.

Para Lopes (2017) animação sociocultural é “qualquer ação com dimensão sociocultural e educativa que tenha por objetivo dinamizar programas junto das populações” (p.1). Para o autor é uma forma de intervenção que consiste numa aprendizagem para a vida, é uma forma de compartilhar saberes, aprendizagens e experiências. Também de transformar algumas atitudes mais contemplativas, como ver, ouvir escutar em outras que envolvam diálogo, interação, convívio, de forma protagonizada e não submissa a modelos impostos. Numa perspectiva contemporânea compreende que consiste numa noção de participação comprometida com o processo de transformação da sociedade, que tem implicações nos aspectos económico, político, cultural e educativo.

Quanto aos âmbitos da animação sociocultural Lopes (2017) propõe pensar em três perspectivas estratégicas de intervenção: a dimensão etária, o espaço de intervenção e as pluralidades de áreas temáticas. Desta forma, com a composição destes âmbitos surgem os termos que definem as formas concretas de atuação, contextualizadas numa dinâmica social e que promovem “relações interpessoais, comunicativas, humanas, solidárias, educativas e comprometidas com o desenvolvimento e a autonomia” (p. 5).

Lopes (2017) salienta que, não é possível pensar em âmbitos de intervenção estáticos e nem autônomos uns em relação aos outros, tampouco

uma animação que abranja todas as necessidades e resolvam todos os problemas. Acredita sim que

[...] a animação sociocultural, através dos diferentes âmbitos e com a realização de programas que respondam a diagnósticos previamente elaborados e participados, constitui um método para levar as pessoas a autodesenvolverem-se e, conseqüentemente, reforçarem os laços grupais e comunitários (p.6)

Vale lembrar a similar contribuição de Pacheco e Raimundo (2014) que propõem para intervenções nos parques urbanos a aproximação de dois campos de estudo e de intervenção social: a animação sociocultural e a educação ambiental, considerando que nascem e se desenvolvem de maneira separada, são distintos de intervenção e de produção de conhecimento, mas podem ser ambos usados para pensar as possibilidades de interação humana nos parques urbanos.

A ideia é a de que esta interação se dê por meio dos princípios da animação sociocultural (diversidade cultural, participação social, educação não formal) e com conteúdos que explorem na medida do possível as relações com o meio ambiente, de forma ampla e criativa, sendo o meio ambiente considerado como um todo integrado pelas ações da natureza (forças abióticas e bióticas) em interação com a sociedade (p. 59).

A aproximação dos princípios e práticas da animação sociocultural com os conteúdos e técnicas da educação e interpretação ambiental resulta numa animação socioambiental (PACHECO e RAIMUNDO, 2014), como termo que define a intervenção nos parques urbanos nas perspectivas do espaço e do tema.

Sobre educação Lopes (2017), aponta sua relação com animação sociocultural, por questões conceituais ou por se tratar da própria essência, considerando vital para as intervenções. Apoia-se na tríade educacional, educação não-formal, formal e informal, para refletir o sentido da animação sociocultural em cada campo. O autor afirma que, ora como um meio para articular saberes e potencializar aprendizagens relativas à educação formal, ora como intervenção que se realiza fora da escola, que caracteriza a educação permanente atinente com o ciclo de vida das pessoas, relativa à

educação não formal, ora quanto aprendizagem fruto do relacionamento com a família e comunidade, que caracteriza o campo da educação informal.

Outros autores se debruçam na conceituação desta tríade educacional e, neste sentido, vale lembrar a contribuição de Afonso (2001), para quem os três campos devem ser pensados de forma coexistencial, ou seja, pensar a educação não-escolar, que compreende os campos não-formal e informal (conceito dado pelo autor), com sinergias, complementaridades e intersecções diversas com o campo formal, conceitualmente localizado na escola. Portanto, não se trata de opor educação não-formal à escola, “nem servir a quaisquer estratégia de destruição dos sistemas públicos de ensino, como parecem pretender alguns dos arautos da ideologia neoliberal” (AFONSO, 2001, p. 31). O autor chama a atenção para que educadores e pesquisadores, socialmente comprometidos, “(tenham) uma vigilância epistemológica redobrada, para que aqueles que a esse campo referenciam as suas práticas e reflexões, possam ajudar a constituí-lo e a consolidá-lo como lugar de referência de uma educação crítica e emancipatória” (p.31).

Diante destas contribuições é possível refletir sobre o conteúdo da animação sociocultural que tome por perspectivas estratégicas de intervenção na cidade de São Paulo (LOPES, 2017) da seguinte forma: os parques públicos, como espaços da intervenção, a diversidade de pessoas que praticam atividades e participam da gestão, como dimensão etária, e a definição de temas centrada na cultura do corpo. Pois, como também concorda Ventosa (2016) a animação sociocultural nasce como meio de alcançar os objetivos da democracia cultural, ou seja, uma política cultural alicerçada nos princípios da democracia aplicados no âmbito cultural e,

[...] ensina a viver em comunidade, compartilhando projetos socioculturais liberando as capacidades de seus membros. [...] É uma didática de participação social cujo propósito consiste em ensinar a participar, engajando pessoas em projetos socioculturais de seus interesses para liberar e empregar suas capacidades (VENTOSA, 2016, p. 31, tradução nossa).

Os conceitos apresentados da animação sociocultural convergem com a ideia de democratização de parques e de atividades físicas para a população

da cidade, bem como pode ser um caminho de desenvolvimento de várias formas de participação na gestão. Para uma animação sociocultural onde o corpo é o elemento central, deve-se pensar também nas concepções de corpo, quando não se têm exatamente o objetivo da alta performance, ao menos no sentido de democratizar as práticas e alcançar estados de bem-estar, saúde, alegria, prazer da participação, de desenvolvimento de valores sociais e culturais, bem como o senso de pertencimento dos espaços urbanos. Pois, é um desafio para animadores culturais retomarem a relação lúdica dos sentidos e da corporeidade, com intervenções criativas da educação corporal em meio a elementos naturais dos parques.

Como já pontuado no início deste trabalho, o corpo situado historicamente passa por interpretações, subordinações diversas e representações devendo ser estudado de forma interdisciplinar. Portanto, medeia todas as ações de descoberta da vida cotidiana, constituindo o conceito de corporeidade, fenômeno social e cultural (LE BRETON, 2007). O corpo traduz e é a forma de estar no mundo e construir substâncias que podem ser compartilhadas com o outro, para que também realize leituras de mundo, relacione-se com o mundo.

Parece necessário pensar nas relações coerentes entre as noções de corpo com o que se quer oferecer para o seu desenvolvimento. O corpo produz representações de mundo e nesta relação, que é cultural e social, situado historicamente, traz significados e transforma o espaço e o grupo. Isso sugere oportunizar novas práticas/vivências ricas de aprendizagens, experiências e relacionamentos com as pessoas e com os espaços, que podem enriquecer o vocabulário crítico corporal, construir identidades e posicionar o corpo autonomamente diante das imposições sociais.

É este mundo imediato, mundo dos sentidos e dos meios, dos estados físicos, que restitui primeiramente uma história de corpo [sua relação é com a vida cotidiana], os modos de habitar, de garantir as trocas, de fabricar objetos, impondo modos diferentes de experimentar o sensível e de utilizá-lo; um mundo que também varia com a cultura; [...] Os nossos gestos mais “naturais” são fabricados pelas normas coletivas: modos de andar, de jogar, de gerar, de

dormir e de comer” (COURBIN, COURTINE e VIGARELLO, 2008, p. 7).

Esta descrição revela um “ser humano total, no qual muitos valores de encarnam nos usos mais concretos do corpo”, que passa por episódios temporais, e das mais diversas visões de mundo, por estímulos das diferentes intensidades e formas, o que o faz ser a própria cultura. O corpo na sua relação com a vida, construída historicamente, o papel que desempenham as crenças, os objetos, as máquinas, os conceitos, o universo, as emoções, a higiene, a tecnologia na sua expressão e todas as lógicas de motricidade, de energia, de rendimento, a mecânica, de representações e imagens, que o faz tanto ator quanto receptáculo diante das normas, está no centro da dinâmica cultural (COURBIN, COURTINE e VIGARELLO, 2008, p. 7).

Para alimentar reflexões mais aprofundadas e críticas, Le Breton (2003), apresenta um panorama de ideias e frentes ideológicas que mostram na contemporaneidade um contexto midiaticizado, onde a tecnologia supre (ou pretende suprir) toda experiência humana do físico e real, do afeto e a sociabilidade, se tornando “telemática” e de imagens “transfiguradas”. Um paradigma de descarte do corpo em prol de uma eternidade garantida pela tecnologia, pela inteligência artificial, da obsolescência do corpo ou ainda a sua imortalidade. Uma Era pós biológica, da substituição da humanidade por máquinas, por meio da simbiose entre a técnica e o biológico, deixando pra trás a hibridação “entre o biológico e o cultural [de que se falou até o momento], para uma hibridação entre computador e o espírito” (p. 217 e 2218). Ao contrário da oposição ontológica da vida à máquina o autor fala da vida a um espírito livre de aparências enganosas.

Le Breton (2003) não abandona a utopia do sensível e diz que se a forma corporal do homem, que o coloca no mundo, for modificada, por consequência haverá outra definição da sua humanidade.

Os limites do corpo esboçam em sua escala a ordem moral e significante do mundo. Pensar o corpo é uma outra maneira de pensar o mundo e o vínculo social: qualquer confusão introduzida na configuração do corpo é uma confusão introduzida na coerência do mundo (p. 223).

Portanto, a obsolescência do corpo não se traduz como paradigma vigente e está longe de ter força o suficiente para mudar as concepções. O corpo continua no centro dos desafios, da dinâmica cultural e da política. Ele é a forma de apreensão do mundo, de construção de conhecimento pela experiência. Desta forma, parece primordial pensar nas formas que esta relação se estabelece para definir qualquer programa de intervenção.

5 PANORAMA DA ATIVIDADE FÍSICA DE LAZER DOS PARQUES PÚBLICOS URBANOS DA CIDADE DE SÃO PAULO

Este capítulo analisa e discute o panorama construído pelas contribuições, respostas, declarações, registros e discursos, obtidos durante a pesquisa de campo com gestores e frequentadores dos parques públicos urbanos de São Paulo, bem como no contato com documentos e profissionais técnicos que orientam a pesquisa na Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Todas as análises são permeadas e mediadas pelas observações realizadas em todos os contextos e principalmente originadas das visitas em cada parque.

Nos quatro parques foram entrevistados quarenta frequentadores (as), dez em cada parque, com a faixa etária média de 30,5 anos no Pa, 36,2 anos no Pb, 41,5 anos no Pc e 36,5 anos no Pd. Apesar de serem abordados aleatoriamente, os gêneros aparecem aproximadamente em paridade (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Gêneros respondentes à pesquisa.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

A Figura 3 mostra o compilado de observações realizadas pelos frequentadores de parques que responderam, por adesão, à pergunta, aberta: “Gostaria de deixar alguma observação sobre parques públicos urbanos da cidade de São Paulo?”

Figura 3 - Observações de frequentadores sobre parques públicos urbanos da cidade de São Paulo.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Ao solicitar que observassem sobre o parque e respondessem à questão, a maioria apresentou sugestão de melhoria, de maior oferta, mais limpeza, mais poda, maior diversidade de atividades, o que sugere uma insatisfação, principalmente com a manutenção geral do parque. Foi possível observar um olhar crítico, muitas vezes desolador do frequentador, um pouco incrédulo que algo pudesse mudar com sua sugestão. Ou ainda, “os suspiros” e “coçadas de cabeça” davam a conotação de desinteresse em opinar. Um destaque pode ser dado ao relato de um jovem praticante de *parkour*, que manifestava consternação em ter a sua prática esportiva discriminada, e

relatou que o parque tinha inabilidade para lidar com as práticas não convencionais de esporte ou atividade física de lazer. Acrescentou que os colegas se afastaram do parque, procuraram outros locais na cidade, onde são mais bem acolhidos. Manifestou ainda que, eles não fariam nada que prejudicasse o meio ambiente natural.

Da mesma forma que o uso de bicicletas nos parques passou por várias discussões, em muitos casos, até a sua regulamentação, um diálogo deve ser aberto no entorno de novas, contemporâneas e criativas formas de atividades físicas de lazer. Similar argumentação se faz a todas as práticas de lazer físico-esportivo que requer o uso não convencional dos equipamentos, ou ainda as atividades convencionais que requer maior atenção na sua organização, sem excluí-la de um programa de animação sociocultural diversificado de atividades físicas.

Como era período de férias havia um número considerável de crianças acompanhadas das famílias ou pelo menos um adulto. Os adultos relatavam que o principal motivo naquele momento para a ida ao parque eram as crianças. Por este motivo já se pode fazer a primeira referência às opções de atividades ou espaços oferecidos para práticas de atividade física de lazer.

Do total de entrevistados, onze não quiseram emitir qualquer observação ou comentário sobre os parques. Cinco frequentadores (50%) do Pa e dois no Pb responderam sobre necessidade de ampliar ou melhorar a oferta de brinquedos e playground. Em geral observa-se que mesmo que os brinquedos, instalações ou playground estejam em boas condições de uso, parece que não atendem ao desejo de exploração, ludicidade e principalmente de jogos motores das crianças. Muitas vezes elas realizam movimentos que certamente não são pensados pelos que conceberam tais equipamentos, que geralmente são criados com certa obviedade de uso (Figura 4).

Figura 4 - Gangorras parque B.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Cena que merece destaque é de crianças que abandonam os playgrounds tradicionais e utilizam outras instalações dispostas no espaço (Figura 5), até mesmo as academias de ginástica, ou da terceira idade, implantadas em alguns parques.

Figura 5 - Criança brincando com adulto em aparelho de ginástica

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Além da obsolescência dos playgrounds, demonstrada no uso pelas crianças, outros elementos podem trazer inovação e coerência com o contexto cultural, como instalações preparadas para brincar com a família, outras pensadas para desafiar o movimento, e ainda outras que possam provocar sensações diversas (Figura 6).

Figura 6 - Instalação lúdica parque C.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Fator relevante para a adesão à prática de atividades física, como já visto, é a animação sociocultural, a oferta de programação permanente de atividades que possa atender à diversidade de públicos, bem como oferecer instalações condizentes com as possibilidades voluntárias de movimento. Foram apresentados 12 relatos de insatisfação, sendo 3 no Pa, 2 no Pb, 4 no Pc e 3 no Pd, sobre a necessidade de ampliar em quantidade e em diversidade, tanto os equipamentos quanto os espaços e atividades para atividade física de lazer.

Como também já estudado, é possível que as instalações incentivem a prática, desde haja programação de atividades, alinhada com a gestão do próprio espaço, pois, a animação sociocultural pode criar formas diferentes de interagir no espaço. Nenhuma programação, de iniciativa do próprio setor ou de parcerias foi observada durante a realização pesquisa, somente as atividades

autogeridas, como: uso de quadras, corridas, caminhadas, triciclos, *bikes*, escassos usos dos aparelhos de ginástica, esportes não tradicionais além do *parkour*, conforme relatado anteriormente. Há em dois dos parques pesquisados a locação paga e terceirizada de *bikes* e triciclos (Figuras 7 e 8).

Figura 7 - Triciclos no parque D.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Quanto aos dois parques que oferecem a locação de *bikes* e triciclos somente um apresenta uma organização do espaço para as diversas atividades (Figura 8), com sinalização para que tais equipamentos não concorram com os caminhantes e outras atividades. Isso pode demonstrar um olhar atento da gestão sobre as atividades de lazer, ou ao menos, que haja um canal de comunicação que promova as mudanças necessárias de acordo com o uso dos parques. A gestão do lazer nos parques, para oportunizar as várias práticas corporais, deve prever a integração de públicos e de atividades para que de fato o uso do espaço seja democrático.

Figura 8 - Bikes no parque D.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Percebe-se que as atividades de locação de equipamentos recebem significativa adesão do público, uma vez que proporcionam, além da atividade física de lazer, o transitar em várias áreas do parque, para apreciarem as atraentes paisagens naturais (Figura 9), em que as pessoas estacionam a *bike* para apreciar, conversar, descansar, beber água, e enfim exercitar todas as possibilidades de uso do parque. Fatos registrados a partir da observação participante realizada, para que o movimento e a interação das pessoas no parque tenham representativo valor para esta análise.

Figura 9 – Frequentadores apreciando paisagem do parque D.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

A manutenção geral dos parques tem certa prevalência entre as observações dos frequentadores, devendo ser tratada pontualmente, pois incorrem vários fatores de gestão local sobre os serviços terceirizados. Mas, é aqui registrada pela relevância que os respondentes apresentaram e também porque as questões relativas ao bem-estar compõem o contexto da atividade física de lazer. Foram dez referências à manutenção e limpeza associadas, duas referências aos banheiros e bebedouros, quatro à questão da poda, todas no mesmo parque. Foi observada maior necessidade de manutenção em Pb, bem como a infraestrutura também mencionada, como mostra a Figura 10. Vale adiantar que, neste mesmo Pb 100% respondentes relataram as atividades físicas como principal prática no parque, como será visto adiante.

Figura 10 - Bebedouro inativo parque B.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Verifica-se, portanto, um descompasso entre a infraestrutura oferecida e as necessidades de quem realiza atividades físicas no parque, com destaque às necessidades primordiais, como a hidratação, a sinalização e a segurança (Figura 11).

Figura 11 - Quadra esportiva do parque A.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Há em Pd estruturas próprias para atender as pessoas, conforme sua autonomia de uso do espaço, conforme mostra a Figura 12, ainda que seja

advinda de parcerias. Compreende-se que a frequência aos parques, mediante o amplo conceito de saúde e bem-estar, requer um ambiente de acolhimento, com estruturas que atendam às necessidades e atividades diversificadas, que surpreendam e que tenham em vista o desenvolvimento integral das pessoas, a sua qualidade de vida.

Figura 12 – Umidificador parque D.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Para frequentar os parques na cidade, muitas pessoas percorrem grandes distâncias, que a princípio sugerem motivos bem claros: a distribuição desigual de parques na cidade (Quadro 1), principalmente nas regiões periféricas; e a infraestrutura deficitária de muitos, levando à concentração das pessoas naqueles que oferecem melhores condições físicas e de serviços. O que também justifica a necessidade de determinadas estruturas. No próximo item é possível verificar uma representação maior sobre a relação entre adesão e distância das moradias, bem como as estruturas dos parques para a prática de atividade física de lazer.

5.1 Estruturas e usos públicos para atividade física de lazer

O presente trabalho já mostrou que uma das possibilidades para a aderência aos parques públicos é a motivação construída ao longo da vida, portanto, isso deve ocorrer desde a infância, quando são necessários incentivos para reconhecerem os parques como principal local para tais atividades. Contribuem para tais incentivos as escolas, a família, as diferentes instituições de educação não-formal, e a política pública de todas as áreas, não só da área de parques, pois trata-se do direito à cidade com todas as suas possibilidades de uso. A abertura do capítulo já abordou as questões nos brinquedos, sobre sua obsolescência, contudo, este item também se refere ao que foi observado nos parques e ao que existe para acolher os diversos usos, onde o corpo é protagonista.

Figura 13 - Playground do parque B.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Observa-se de fato que não há uma política direcionada aos espaços para crianças, ou pelo menos que tivesse continuidade até o presente momento (Figura 13). Em algumas gestões foram apresentados e implementados projetos e programas para a cidade, a exemplo do Programa Ludicidade da Secretaria de Esporte, Lazer e Recreação da Cidade de São Paulo (SEME). Este programa propôs inicialmente a implantação de

brinquedotecas nos clubes municipais, no entanto, determinou o brincar como política pública nos espaços formais e informais, com incentivo às brincadeiras no seu sentido amplo. Para os idealizadores o brincar, o brinquedo e a brincadeira integram a vida sociocultural das crianças e o patrimônio lúdico-cultural, que é traduzido em valores costumes e formas de pensar (CREPALDI; FREYBERGER; TURINO, 2006). Um exemplo de programa setorial, com a proposta de se estender para outras secretarias e para todo espaço potencial da cidade, para desenvolver uma política pública para a infância. O programa teve descontinuidade, como várias outras propostas, como aspecto que marca as políticas públicas de todos os setores.

Também o Serviço Social do Comércio (SESC) liderou nos anos 1994 importantes reflexões sobre o brincar e os espaços, que promoveu uma renovação e a substituição dos tradicionais *playgrounds* por instalações com novos acabamentos, soluções criativas de design e de material, mas principalmente de possibilidades de uso para crianças (MIRANDA, 1996). Reunindo pesquisadores, técnicos e arquitetos lúdicos esta instituição planejou modelos experimentais de instalações lúdicas que pudessem ser referência para expansão dos equipamentos nas próprias unidades, como para outras instituições públicas e privadas, na concepção de instalações para o público infantil.

Tais iniciativas, especialmente da SEME, mostram possibilidades das ações setoriais que impactam nos demais setores, que embora também tenham como finalidades garantir o direito ao lazer e a superação de limitações sociais para o público infantil no espaço urbano, não têm no quadro profissional olhares especializados, como é o caso da SVMA.

Figura 14 - Playground parque D.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

O que se pode considerar, quanto às instalações para crianças é, no mínimo, o cuidado, como bom senso para manter as instalações que já existem (Figura 14).

Também já foi apresentado na presente pesquisa, sobre a efetividade de incentivos quando crianças, que estabelecem desenvolvimento mudanças psicossociais e afetivas mais duradouras, que promovam, por exemplo, a cultura do uso do parque para a atividade física de lazer, compreendendo aqui como aderência aos parques. Nas respostas sobre o tempo em que frequenta parques da cidade, como mostra Gráfico 2, observa-se uma equivalência entre os quatro parques cujas frequências estão entre 16 e 20 anos para 30% dos usuários. Embora haja uma frequência por significativo tempo, ainda não retrata uma aderência aos parques. Destaque pode ser dado aos 40% de respondentes do Pb, que o frequentam entre 26 e 30 anos. Os números apresentados são individualizados, no entanto a pergunta se referia à frequência a parques da cidade e não somente ao parque onde a pesquisa foi realizada.

Gráfico 2 - Tempo de frequência aos parques públicos urbanos.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Talvez o tempo de frequência possa confirmar o quanto os incentivos na fase infantil são importantes para a adesão aos parques, ao menos uma primeira aproximação. Quando os usuários respondiam objetivamente sobre o tempo em que frequentam os parques da cidade, também refletiam em voz alta sobre o quanto era prazeroso quando a família, pais e mães os levavam para visitar, passear, desenhar e brincar nos parques, o que foi revelado ao perguntar sobre os principais incentivos.

Durante a observação ao Pb, um munícipe se aproximou de uma profissional de segurança do parque e procurou pelo gestor. Quando solicitado a participar da pesquisa, declarou-se sem tempo para responder ao questionário, no entanto, muito inflamado relatou o motivo de tanta exaltação: o estado geral do parque. O munícipe gostaria de saber o que estava acontecendo diante do visível abandono do parque, que há anos frequenta. Isso demonstra uma necessidade de escuta imediata, que ultrapassa as reuniões sistemáticas e previstas pelo Conselho Gestor onde são demandadas

outras prioridades. Requer maior empatia para compreender o que sente um munícipe ao tentar usufruir autonomamente de um direito e encontra situações como apenas uma placa que indica a ciclovia (Figura15), para ter um pequeno exemplo, sendo que muitos frequentadores observaram quanto às orientações deficitárias ao longo das vias de caminhadas, corrida e bicicletas. Olhar para os espaços e seus atributos para a prática de uma atividade física de lazer pode estar atrelado muito mais com vontade política, às diretrizes, do que às priorizações de uma gestão local. Pois os documentos dizem bem a respeito de potencializar o uso do parque para as atividades de lazer, como uma de suas finalidades. É possível estabelecer critérios de qualidade que não são invariavelmente tão dispendiosos financeiramente, mas que tem um impacto significativo no uso do espaço público.

Figura 15 - Ciclovia e comunicação parque B.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Embora os elementos naturais sejam atraentes, especialmente o parque B, que como tantos outros na cidade apresenta uma vegetação mais fechada, robusta, diversificada, inclusive fauna, e onde as pessoas têm prazer em realizar atividades físicas, uma programação que possa orientar as pessoas para o uso integrado com tais atributos dos parques imprime significados diferentes e contribuem para o conhecimento, a realização consciente das

atividades e apura a sensibilidade para todas as dimensões lúdicas possíveis neste ambiente.

Figura 16 - Uso do gramado para atividades de lazer.

Fonte: Autoria própria (2019).

É necessária uma gestão que observe, com olhar especializado, as várias formas de uso, os comportamentos e a reação das pessoas frente ao que os parques oferecem. Estes comportamentos, como já visto neste estudo, também podem ser fruto de uma história de perdas ou escassez de espaços, da urbanização e dos valores de troca se imprimiu na urbanidade paulista. Como exemplo, a Figura 16, mostra um pequeno grupo de usuários, o que não é incomum nos parques, a princípio sem nenhuma instalação específica para o jogo, ainda que elas existam, em busca de interação com este espaço gramado, de sombra, com obstáculos naturais, enfim, novos desafios.

Por outro lado se observa grupos autonomamente organizados, que criam novas atmosferas e dinâmicas culturais para o espaço, jovens que jogam ao som inspirador de um equipamento que eles mesmos levam (Figura 17).

Figura 17 - Uso de quadras

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Se de fato houver um direcionamento do parque para atividades físicas de lazer como atividade fim, a infraestrutura deve ser pensada para acompanhar os diversos usos, uma programação diversificada e a integração dos públicos, pensando inclusive tanto em formas convencionais quanto não convencionais, como observado na Figura 18. Pois este é o desafio, ao compreender a centralidade do corpo na animação sociocultural, pensar nas diversas interações sociais.

Figura 18 - Uso do parque como praia.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Prever também as formas não convencionais de uso requer não só o planejamento participativo, para compreender as necessidades, como também estar aberto às mudanças estruturais necessárias para novas práticas (Figura 19), bem como de atuação dos vários profissionais que atuam nestas instalações. Como compatibilizar o grupo de capoeira e de futebol com as danças e meditações que ocorrem nos parques? Como acolher as diferentes práticas de forma não discriminatórias, inclusive disseminando-as como forma de aprendizado e desenvolvimento cultural e social? Como gerir o monopólio de grupos nos espaços?

Figura 19 - Redário no parque.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Foram observados, exemplos de um equipamento orientado para o lazer, em que, para além de oferecer o espaço, também se gere a organização da atividade (Figura 20). Muito possível que tais iniciativas tenham surgido de acidentes ocorridos, porém, falta orientar onde é possível que se faça manobras radicais. Essa leitura de comportamento e de desejos lúdicos também deve estar nos âmbitos das reflexões sobre os usos dos parques. Afinal, é o pouco que ficou à população como espaço democrático e de liberdade, na medida em que seja pensado e gerido desta forma.

Figura 20 - Ciclofaixa de lazer.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

A prática de atividade física de lazer, a animação sociocultural no parque, não deve ser pensada somente como um conjunto de atividades em espaços específicos. Espaços como os demonstrados na Figura 21, aparentemente sem uso mesmo em outros períodos, segundo relatos dos usuários, podem ser usados para ampliar os saberes em torno das atividades físicas, abordando temas que as norteiam, como a expressão, a saúde, o próprio espetáculo, temas que informem e incentivem de forma lúdica a prática de atividades físicas de lazer.

Figura 21 - Teatro ao ar livre no parque.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Mesmo as instalações específicas para a atividade física são encontradas muitas vezes sem utilização (Figura 22). Isto requer um estudo mais aprofundado, mas a princípio sugere a ausência de uma animação de espaços, que possa orientar seu uso, sendo que os usuários declaram as atividades físicas como principais práticas nos parques.

Figura 22 - Espaços para atividade física pouco utilizados.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

5.2 Influências motivacionais de frequentadores de parques urbanos

Importante compreender como a oferta de atividades, tudo que envolve sua promoção, a distância entre os parques e as residências e os incentivos ao longo da vida podem influenciar na motivação das pessoas e consequente adesão e aderência ao parque. Para possibilitar tal análise foi necessário individualizar os gráficos que demonstram os incentivos, pois se observa que a adesão ou aderência também é condicionada à oferta de atividades e outros atributos que o parque oferece.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Os dados obtidos no parque A revelam que 60% de frequentadores receberam incentivos familiares para uso do parque (Gráfico 3). Esta cultura parece se repetir, uma vez que foram observadas inúmeras famílias com crianças usufruindo dos espaços do parque durante pelo menos quatro horas no dia pesquisado. Ainda que eventualmente, as crianças conhecem o espaço como possibilidades do brincar, e constroem aos poucos a percepção de direito e de pertencimento dos espaços públicos para o lazer.

Gráfico 4 - Principal incentivo para adesão ao parque B.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Para 70% dos frequentadores do Pb e 60% do parque c (Gráficos 4 e 5) os principais incentivos foram da categoria parques/oferta/divulgação de atividades. No entanto os relatos dos usuários remetiam aos atributos dos parques, como sua paisagem, a ludicidade de uma mata mais fechada, as trilhas, a existência de fauna e flora que aguçam a curiosidade e o tamanho do parque. Além disso, vale verificar sobre a inexistência de programação e de divulgação sistemática, como será apresentado adiante.

Gráfico 5 - Principal incentivo para adesão ao parque C.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

O incentivo dado por pessoas/amigos/familiares (Gráfico 6) se repete para 50% dos frequentadores do Pd e que também a história atual mostra: um parque muito frequentado por famílias, que se deslocam por grandes distâncias para os mais diversos usos e maior permanência possível.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Foram observadas famílias (Figura 23), inclusive moradores de fora da cidade, turistas, realizando piqueniques e usufruindo do parque, o que sugere um incentivo às gerações futuras, ainda que seja autonomamente. Isso não critica o fato das atividades acontecerem de forma autônoma, mas sim que seja única e exclusivamente autônoma. Pois o protagonismo pode acontecer, ainda que hajam atividades mediadas pela animação sociocultural, que só amplia as possibilidades de desenvolvimento das pessoas.

Figura 23 - Contemplação no parque D.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Gráfico 7 - Adesão dos munícipes ao parque A.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

O Pa se destaca por apresentar aderência de 50% dos munícipes (Gráfico 7), que o frequentam diariamente. Pode-se levar em consideração a localização do Parque, pois está entre comunidades e, além disso, há facilidade de acesso por possuir três entradas nas extremidades. Outro fator que pode contribuir para adesão ao parque se relaciona com a proximidade da moradia, como mostrará adiante o Gráfico 11. Contudo, ao analisar a

programação, bem como o relato dos munícipes sobre a autogestão de atividades, verifica-se a escassez de opções tanto em oferta de atividades quanto a precariedade das instalações para a prática. Como visto neste estudo, não basta existência de espaços ou mesmo de instalações sem que a animação, ou seja, formas de uso, não sejam incentivadas. Existem soluções tanto setoriais quanto intersetoriais, que já ocorreram na política pública no âmbito de parques, a exemplo do projeto de Saúde no Esporte (Figura 24) gerido pela Secretaria, que atualmente está desativado e deixou instalações obsoletas, sem uma proposta de reutilização até o presente momento.

Figura 24 - Instalações do Projeto Saúde no Esporte no parque D.

Fonte: Rosângela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

A constância das atividades pode promover a aderência ao parque, uma vez que passam a fazer parte do cotidiano das pessoas, pois elas sabem que sempre vão encontrar algo de novo, de lúdico, que contribua para a sua qualidade de vida, para sua informação e desenvolvimento social e cultural. O parque deve ter um significado, um valor de uso para os frequentadores.

Gráfico 8 - Adesão dos munícipes ao parque B.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

O Gráfico 8 apresenta maior adesão ao Pb somente quando há eventos para 60% dos respondentes. Na comparação entre a oferta programática, relatada pelos próprios frequentadores e também pelo gestor, e a declaração dos munícipes em autogerirem suas atividades, há de ressaltar que, embora a distância do parque seja considerável (Gráfico 11) pode influenciar menos do que a oferta de programação.

Gráfico 9 - Adesão dos munícipes ao parque C.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Também no parque C (40%) e no parque D (50%), nos gráficos 9 e 10, a maioria de usuários declara que os frequentam quando há eventos, e novamente uma relação de inexistência de programação, além da distância de moradias, de mais de mil metros para 80% dos usuários do parque C e 60% do parque D, são verificadas como possíveis influências na não aderência ao parque cotidianamente para a prática de atividades físicas de lazer.

Gráfico 10 - Adesão dos munícipes ao parque D.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Como já referenciado, o Gráfico 11 mostra a distância entre as moradias dos munícipes e os três parques analisados. A amostra sugere uma relação entre a proximidade e a frequência dos munícipes, pois o parque B está até 1000 metros das residências, sendo que a maioria reside a até 500 metros e a adesão diária é para 50% dos respondentes. Os demais parques apresentam para mais de 60% dos munícipes uma distância maior que mil metros, o que possivelmente corresponda à adesão eventual para 40%, 50% e 60% respectivamente aos parques do C, D e B.

Gráfico 11 - Distância entre moradias e parques.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Esses dados corroboram com a ideia da centralidade dos equipamentos e opções de lazer para a população, com infraestrutura mais atraente e adequada, principalmente à prática de atividades físicas, em todos os seus aspectos de oferta. Isto tem impacto muito representativo na não aderência à atividade física, sendo que são as preferidas pela população dos parques pesquisados, como no parque A em que 60% dos usuários realizam atividades físicas e relatam a preferência por caminhadas (Gráfico 12). Apresentam paridade as atividades de roda de amigos/atividades sociais, muito provavelmente centradas nos encontros com churrascos, haja vista a oferta de uma área de quiosques intensamente frequentada, como acompanhou a observação desta pesquisa.

Gráfico 12 - Principais atividades realizadas no parque A.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Provavelmente pelos atributos já mencionados, a pesquisa revelou que no parque B 100% de frequentadores realizam alguma atividade física (Gráfico 13), que variam entre corrida, caminhada e *bike*. De fato, observa-se neste parque trilhas com vegetação mais fechada, sendo um elemento atraente para quem deseja atrelar a atividade ao meio ambiente natural. Por outro lado não existem equipamentos, em que as pessoas possam realizar atividades ou programação em que possam participar, restando aproveitar o que o parque possui naturalmente de melhor.

Gráfico 13 - Principais atividades realizadas no parque B.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

No parque C a história de repete (Gráfico C), onde 90% pratica atividade física, com foco na corrida, caminhada, *bikes* e triciclos, sendo que os dois últimos são oferecidos em locação por terceiros e a *bike* mescla com as que os praticantes levam de casa. Foram observados também grupos de futebol e futebol americano, com relato dos praticantes deste último sobre a dificuldade na abertura para esportes não convencionais. Referem-se à morosidade de retorno aos pedidos de autorização para uso do espaço e à resistência ao esporte que praticam, talvez por desconhecimento. Além disso, falam da necessidade de prepararem melhor os espaços ou adequação dos espaços para o esporte. Mencionam também que houve evasão dos grupos e que para retornarem, além da adequação do espaço, uma divulgação condizente para que mais grupos e praticantes possam conhecer e aderir ao parque para tal atividade.

As manifestações de quem pratica esportes não convencionais são recorrentes e corroboram para, o que já falado, a necessidade de integração de públicos e de diversidade de programação e espaços. Esta atenção devem ter os atores que se propõem a oferecer atividades de lazer aos munícipes. É o desafio da gestão, mapear todas as possibilidades de usos e de manifestações culturais, para construir possibilidades, adequar espaços e programações para atender às expectativas e necessidades de interação com o espaço público urbano.

Gráfico 14 - Principais atividades realizadas no parque C.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

No parque D é visível a preferência e adesão maior às atividades físicas, com registro de 90% dos frequentadores respondentes (Gráfico 15). Além dos atributos de espaços naturais e amplos que compõem o parque, ele apresenta aspecto de conservação apropriado e a atenção aos espaços para atividades físicas, principalmente aos que caminham, correm e usam tricilos e *bikes*, com sinalização adequada, que de certa forma democratizam tais práticas, intitulada “ciclofaixa de lazer”, como já visto nas figuras 7, 8 e 20.

Gráfico 15 - Principais atividades realizadas no parque D.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Como argumento inicial do presente estudo, destaca-se que o movimento observado nos parques ainda é distante de traduzir uma população com aderência à prática de atividades físicas de lazer nos parques. Os dados a seguir colaboram para reflexões sobre a relação entre as práticas regulares e a adesão aos parques para realizá-las.

Gráfico 16 - Periodicidade de atividade física de lazer de usuários em parques públicos.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

O Gráfico 16 mostra que 10% dos frequentadores respondentes do parque A realiza atividade física uma vez por semana, 30% dois dias por semana, 40% três dias, 10% cinco dias e 10% todos os dias. Esses dados correspondem às atividades físicas realizadas no parque, o que inicialmente não significa que essas pessoas não as realizem em outros locais públicos ou privados da cidade. No entanto, mais adiante, pode-se analisar se os parques são o principal local para tais práticas e aí sim, será possível sugerir um cenário que envolva adesão ou aderência ao parque para atividades físicas ou a sua realização em diferentes locais da cidade.

Para 20% dos respondentes do parque B o parque não é frequentado para atividades físicas, para outros 20% o parque é frequentado uma vez na semana para atividade física, 10% realiza atividades físicas dois dias na

semana no parque e o frequentam por quatro dias na semana para atividade física 10% dos respondentes. Já no parque C também 20% dos frequentadores da pesquisa não realizam atividades físicas no parque, 30% realizam uma vez por semana, 20% realiza atividades físicas no parque cinco vezes na semana e 10% todos os dias. Embora no parque D observa-se um número expressivo de pessoas realizando atividades físicas, 40% dos entrevistados declaram que não a realizam no parque, 30% realiza apenas um dia, 10% aderem por dois dias, outros 10% por 4 dias e também 10% frequentam o parque para atividade física todos os dias.

Pode-se destacar que apenas nos parques A e B respectivamente 40% de frequentadores adotam o parque para atividades físicas por três e dois dias na semana. Sendo que a segunda maior porcentagem de usuários destes parques e as maiores porcentagens dos parques C e D se concentram entre nenhum e apenas um dia na semana.

É importante lembrar que o parque A se localiza próximo às residências e que parque B foi destacado como muito atraente para corridas, caminhadas e *bikes*, fatores que podem influenciar para a maior frequência para atividades físicas. Além disso, 100% dos frequentadores respondentes do parque B realizam prioritariamente atividades físicas quando visitam o parque.

Gráfico 17 - Gestão das atividades realizadas pelos usuários de parques urbanos públicos.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Diante da inexistência de oferta de programação, e até mesmo de outras atividades de lazer cotidianas nos parques, é de se esperar que os frequentadores pratiquem atividades físicas de forma autogerida, o que mostra o Gráfico 17, que 100% dos respondentes realizam suas atividades sem orientação, acompanhamento ou monitoria.

Gráfico 18 - Comunicação de programação de parques públicos urbanos.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Os frequentadores foram questionados se recebem informações sobre a programação do parque. O Gráfico 18 mostra que de 7 a 10 pessoas responderam que não recebem informações sobre programação dos parques e somente 2 ou 3 pessoas recebem alguma informação sobre programação de atividades, projetos ou programas oferecidos pelos parques. Destaca-se que os 10 respondentes do parque B relatam que não recebem. Estes dados se relacionam ao fato de não haver oferta de programação, ao menos nos parques pesquisados, segundo os frequentadores, bem como os próprios gestores, como se verifica nos discursos adiante.

Gráfico 19 - Participação de usuários na programação de parques públicos urbanos.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Os frequentadores também foram indagados se já participaram algumas vez de atividades físicas de lazer promovidas pelo parque e, embora haja os relatos de ausência de programação, pode ser que eventualmente alguma atividade tenha sido realizada e o usuário participado, pois alguns responderam afirmativamente sobre sua participação (Gráfico 19): 10% nos parques A e B e 20% nos parques C e D. Já 90% dos frequentadores respondentes dos parques A e B e 80% dos parques C e D nunca realizaram atividades promovidas pelo parque.

Os frequentadores relatam que sabem das atividades que ocorrem no parque por familiares ou televisão, mas são atividades esporádicas, que não se referem á atividade física de lazer, ou qualquer outra atividade de lazer.

Gráfico 20 - Adequação dos parques para as atividades físicas de lazer.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Embora se constate a inexistência de programação de atividades física de lazer, ou da animação sociocultural sistematizada nos parques, e que também os frequentadores apresentem pouca aderência às atividades físicas, ainda que autogeridas, um número representativo desta amostra considera o parque adequado para as atividades físicas de lazer. Somente 30% e 10% respectivamente nos parques A e B não consideram o parque ideal para esta prática (Gráfico 20).

Gráfico 21 - Parque público como principal local para atividade física de lazer.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

Alguns fatores apresentados neste estudo, a começar pela ausência de uma orientação dos parques para o lazer, de forma que apresente uma programação sistemática, especialmente de atividades físicas, até a gestão de suas instalações, muitas vezes excludentes e obsoletas para tais práticas, se relacionam ao comportamento de maioria dos munícipes, ao não adotarem o parque como principal local para a prática de atividades físicas de lazer, embora o considerem como local ideal. Somente para o parque A 80% dos frequentadores o adotam como principal local para a prática de atividades físicas de lazer (Gráfico 21). Fato este que pode se relacionar a fatores socioeconômicos e de proximidade, pois, como já mencionado, o equipamento se localiza muito próximo a duas comunidades, que declaram frequentá-lo. O parque também é o principal local para outros 40% dos parques B e D e 30% para o parque C. Respectivamente 20%, 60%, 70% e 60% dos frequentadores dos parques A, B, C e D não aderem principalmente aos parques para práticas de atividade física de lazer.

Um resultado representativo e que será discutido no próximo item é a falta de conhecimento sobre o Conselho Gestor, em que somente dois respondentes no parque C e cinco do parque D, conheciam, mas não tinham motivação a participar.

Gráfico 22 - Conhecimento dos usuários de parques sobre Conselho Gestor.

Fonte: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, 2019.

5.3 Gestores Públicos de Parques Urbanos e a gestão participativa

O objetivo deste item é apresentar como, na visão dos gestores públicos de parques urbanos, o Conselho Gestor é gerido, analisar a efetividade e coerência da metodologia adotada para gestão do próprio Conselho e para a participação dos munícipes em geral, bem como encaminhar reflexões para uma práxis que corresponda aos conceitos de gestão participativa abordadas.

Unidades Temáticas e Recortes Enunciativos são apresentados de forma distinta para cada Gestor e posteriormente o Exercício de Análise de forma a estabelecer um único diálogo entre as Unidades Temáticas. Não se trata de generalizar, mas realizar um caminho paralelo entre os discursos, uma vez que tais profissionais estão sob a mesma orientação política e administrativa. A análise deverá enfatizar a presença dos sujeitos frequentadores do parque nos discursos dos gestores, bem como a atuação dos Conselhos Gestores. Tais discursos explicitam sobre os canais de escuta,

de acolhimento e de participação dos munícipes na gestão do cotidiano dos parques.

Para melhor visualizar a proporcionalidade de temas no texto as Unidades Temáticas (UT) foram referenciadas por ordenação de linhas, conforme transcrição (Apêndice C).

5.3.1 Unidades e Recortes temáticos

Temas pelos quais os gestores percorreram ou se aprofundaram na medida em que a pauta era desenvolvida. Apesar do enfoque no Conselho Gestor, todos os demais assuntos são, de alguma forma, atinentes à sua efetividade. O discurso dos gestores traz os significados de cada aspecto proposto na pauta da entrevista, uma vez que se materializa por meio dos textos apresentados. Melhor explicitando, na Análise de Discurso – AD, compreende-se que as ideologias são materializadas pelos discursos e que não existe nada a ser descoberto por trás das palavras, pois tudo está dito (INDURSKY, 1989). Os enunciadores são apresentados em cada recorte temático, bem como suas representações no contexto social em que se inserem.

5.3.1.1 Unidades temáticas (UT) do Gestor 1

Referem-se às unidades temáticas extraídas do discurso do gestor 1.

5.3.1.1.1 Dinâmica local do Conselho Gestor para G1

O Parque A tem conselho, atuante! [...] Que é o que manda o Decreto né, municipal [...]. O conselho ele é [...] conselho ele é atuante no parque [...] quando tem uma demanda que precisa abrir esta discussão com o conselho eu acabo fazendo, convocando uma reunião extraordinária. [...] O conselho do parque A é um conselho atuante, [...] dois membros do conselho desenvolvem um trabalho dentro do parque, social, então é um conselho bem atuante, com esta proposta mesmo de parceria poder público e sociedade civil. [...] Não é só no Parque A, todos os parques municipais. E aí, de primeiro tem um edital de convocação, que a gente chama o munícipe, pra fazer parte deste edital, esse munícipe também ajuda a gente buscar essas

peças pra vim fazer parte do conselho, ser candidato. [...] Ele é aberto ao público, qualquer munícipe frequentador do parque pode participar. [...] também um decreto de 2015 que é 50% + 1 tem que ser mulher (da sociedade civil). Porque antes a gente tinha uma deficiência grande no conselho de mulheres. Muitos lugares não tinham mulheres. Então este decreto veio pra ter esta participação feminina (G1, Apêndice C).

5.3.1.1.2 Participação dos cidadãos na Gestão do parque para G1

Vai muito do trabalho, eu diria pra você, vai muito do::: também da gestão do parque. Porque quando você passa a dar visibilidade pra este conselho você estimula essas pessoas a curiosidade de participar. [...] as reuniões são abertas. [as pessoas] Participam. Não como a gente gostaria, vai de cada parque. Tem parque que tem uma demanda grande, tem parque que não. Por exemplo, hoje no conselho do Parque A é::: não tem os suplentes. Foram eleitos, mas não comparecem. Só tem só os membros titulares e o poder público e o representante dos trabalhadores. E aí na eleição também os trabalhadores quando tem mais de um candidato, eles votam entre si pra eleger um que foi inscrito. Quando não tem mais de um candidato ele entra por aclamação também (G1, Apêndice C)

5.3.1.1.3 Estrutura administrativa e atribuições de G1

[...] toda responsabilidade do parque, de conduzir o parque, é do administrador. Claro que eu sou subordinado ao Depave 5, eu tenho que seguir a hierarquia. Mas eu sou responsável pelos contratos que funcionam no parque, de zeladora de banheiro, de vigilância e de manejo. É toda parte de funcionamento com equipes é do administrador, é função minha. Então, a limpeza do parque, a programação de roçagem, de podas, eu tenho que é::: cada contrato tem uma particularidade. [...]Eu procuro sempre trazer estagiário tá, ligado ao meio ambiente né. Pra gente não fugir mesmo no contexto. [...] Porque como o parque tem uma particularidade de solo né. [...] Dá pra explorar essas informações no estagiário [...] Eu gosto muito de trabalhar com estagiários [...](G1, Apêndice C).

5.3.1.1.4 Programação e projetos de G1

Sim, tem projetos. É o ano passado mesmo (2017) eu iniciei com uma ONG, pra gente buscar alguma coisa de educação ambiental no parque. Eles estão montando esse projeto pra ver se a gente capta recursos e lógico que tem que ser aprovado pela Secretaria do Verde. Que tem o FEMA né que é um fundo de meio ambiente do município, que também é..auxilia nesses projetos. Mas aí tem que passar via Secretaria, tem os técnicos pra analisar. [...] No horário verão a gente amplia até uma hora a mais [...] Vai muito pela demanda e necessidade de cada parque né, de cada, cada região. [...] Por exemplo, o Parque A tem uma área de esporte, “ah precisa fazer manutenção”, aí nós vamos montar um processo, tem as equipes técnicas que vem pra fazer essa análise de demanda. Junto com

Conselho Gestor [...] essa é a minha função, levar essa demanda pro Secretário. [...] que o munícipe tem solicitado e aí vai essa relação de cada administrador, né?! Eu costumo ter muito essa relação muito próxima com o munícipe pra eu ouvi-lo também, com críticas, sugestão, isso daí é importante. Eu costumo deixar a administração do parque aberta de domingo a domingo pra ter esse atendimento. [as atividades] Autogeridas. É pública! Porque todas as atividades no parque, são gratuitas, nada é cobrado. É campo, quadra, tem o Bosque da leitura no final de semana, que as pessoas vêm pra utilizar pra leitura/. A Secretaria de Cultura em parceria com o verde. Tem, essa parceria prefeitura com as outras Secretarias, elas são abertas, como o esporte, cultura, sempre acontece alguma atividade em parceria. Mutirão, (inaudível), saúde, às vezes usa o parque pra fazer alguma atividade envolvendo a comunidade, então o parque vem com essa proposta. [...] muito desse planejamento vem também via Secretaria, via Depave 5 né [...] a gente, como administrador, também cria a nossa meta, de educação ambiental, a ideia nossa do parque é trazer as escolas pra fazer visita. A gente até já tem conversas com educação, de a sala de aula também ser estendida dentro da área do parque. Porque o parque ele é uma extensão de educação ambiental. E essa é a função, de como a gente tem os estagiários, explorar esses conhecimentos dos estagiários pra também levar pro munícipe (G1, Apêndice C).

5.3.1.1.5 Perfil e frequência de público para G1

[...] o público da semana é mais um público de passagem. [...] muitas pessoas usam pra fazer esta passagem pra trabalho e atividades físicas também, a caminhada durante a semana. No final de semana a gente tem essa demanda, mas muda um pouquinho, tem atividades esportivas. Muitas pessoas fazendo caminhada, é alongamento, futebol/ (G1, Apêndice C).

5.3.1.1.6 Comunicação e divulgação aos munícipes de G1

Eu particularmente gosto de ficar muito atento ao entorno do parque, como é uma área carente, de comunidade, eu estou, procuro estar presente. Costumo ir em reuniões é locais, que envolvem associações, escolas, participo de vários grupos da região, de whatsapp, e aí me apresento, me proponho como parceiro o parque, sabe, fica de portas abertas. Poder público, entorno também, a gente tem esse bom diálogo. Temos aqui do lado do parque uma cooperativa de reciclagem, então nós podemos ter essa parceria. Tem o (entidade X), que é um local que desenvolve atividades ligada a culinária, que tá muito presente com a comunidade, o parque pode ser esta extensão. Nos temos um centro de acolhimento, gente trabalha em parceria. Que é o CTA (Centro Temporário de Acolhimento). Então eu, e eu também uso muito o conselho gestor, pra ser esse canal. Porque ele foi eleito pelo munícipe, então ele é um canal direto. Também eu uso muito as redes sociais pra mostrar o parque, pra chamar a curiosidade das pessoas. A própria Secretaria do Verde também tem lá a *fanpage* que a gente pode usar também

como canal de comunicação. E também cartazes dentro do parque, com telefone a administração, com *email* do parque, pra também abrir essa, esse leque de informação e acolhimento. Tem, tem um mural do lado do banheiro [...] Mas também deixo os vigilantes sempre orientados pra encaminhar as pessoas à administração, pra se tiver dúvidas, vir tirar esta dúvida com a gente. Essa é a proposta mesmo de acolhimento, mesmo com o munícipe. Eu gosto muito de ter esse canal direto com o munícipe. É às vezes, ah, por exemplo o Conselho Gestor, muitos acham o conselho gestor um problema. Eu não vejo. Porque quando você tem um conselho atuante, é porque tem alguma demanda, alguma necessidade que a gente precisa lá. Tendo esse diálogo com o conselho. Eu gosto muito de ter esta parceria com o conselho gestor. Acho que eu aprendo muito com eles também. E é um canal que é a reclamação dele se torna uma a reclamação pública. Porque o conselho gestor ele é oficial, e as atas do conselho gestor ela passa a ser pública para o munícipe, ela é pública, ela vai para o portal da prefeitura. Lá no portal da Secretaria do Verde tem lá os parques e fica disponível. Às vezes não está atualizada, mas essa é a proposta, ela vai pra se tornar pública (G1, Apêndice C).

5.3.1.2 Unidades temáticas do Gestor 2

Referem-se às unidades temáticas extraídas do discurso do gestor 2.

5.3.1.2.1 Estrutura administrativa e atribuições de G2

A atribuição aqui no parque B é de fiscalização, de monitoramento, porque a gente tem várias equipes aqui. A gente tem a equipe de vigilância, a gente faz toda questão do monitoramento patrimonial, a gente tem a equipe de manejo também. [A equipe de manejo] É uma; É terceirizado né. Isso é terceirizado. Como a equipe de vigilante, a equipe de manejo e a equipe de limpeza, são todas equipes terceirizadas e nós temos aqui também funcionários, que são da prefeitura, que eles são antigos, são os concursados no caso né! Então, e pra finalizar da equipe de limpeza, é a zeladoria de banheiro, que eles fazem limpeza de banheiro (G2, Apêndice C).

5.3.1.2.2 Dinâmica local do Conselho Gestor para G2

Não temos no Parque B Conselho Gestor porque não deu quorum pra iniciar a eleição pra votação. [...] por falta de pessoas interessadas em participar do Conselho gestor mesmo. Olha, por questão assim de divulgação não foi. Porque a gente divulgou basicamente dois meses. [...] a gente deixa várias placas espalhadas, a gente deixa cartazes né. Esse ano inclusive a gente colocou uma faixa enorme na entrada do parque, né, falando sobre o Conselho. Só que infelizmente não teve pessoas assim com interesse de falar “ah quero participar” né. Então não fechou, não deu quorum. Eu consigo identificar sim,

peessoas que frequentam, porque, são várias na realidade. Pessoal que, que vem treinar corrida, pessoal que dá treino também né, então assim, eu sei que essas pessoas estão direto frequentando aqui. Eu inclusive até conversei com eles [...] porque é de cada um isso daí. É um decreto que tem, assim, mas não é obrigatório a ter né [...] Não tem como a gente forçar isso daí né, porque é tudo, como posso dizer, é de interesse de cada um participar e ver como que ele pode ajudar, agregar, somar, para o parque. [...] (G2, Apêndice C).

5.3.1.2.3 Comunicação com o munícipe para G2

É um canal direto mesmo assim [...] eu converso com as pessoas. Muitos munícipes [...] eles querem saber por que às vezes o parque “ah tá assim desse jeito” tal, então eu converso diretamente com elas. Então, como não tem o Conselho [...] todo mundo vem aqui conversar comigo, a gente vai tirar as dúvidas ou por exemplo: “ah G2, eu quero te ajudar com isso daqui, dá pra gente fazer?”. Tudo conversado, estando tudo alinhado, a gente consegue fazer sim. [...] tem o facebook do parque. Eu não mexo no facebook do parque. É o pessoal da secretaria.

Assim, a gente vai fazer um evento aqui, como o ano passado a gente fez que a gente reativou o Jardim Medicinal aqui né. Que ele tava parado, aí a gente falou “vamos reativar”. Então, tem um Setor da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, que é o setor de Comunicação e de eventos, tudo que é de novo a gente passa pra eles, pra eles divulgarem no próprio site da Secretaria. Então esse é o modo assim de mídias sociais, querendo ou não, de divulgação, no caso (G2, Apêndice C).

5.3.1.2.4 Uso público para G2

[...] acho que é mais pessoal no caso né [...] fazem atividades aqui no parque sim. [...] no momento isso daí eles estão discutindo na Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Até participei de uma reunião que eles querem regulamentar, né?! Pra fazer esse uso assim mas, como posso dizer, “ah eu quero aquele local específico pra fazer isso”. Que até então o parque é de uso livre. [...] muitos utilizam basicamente aqui, que eu vejo, é a pista de caminhada e os aparelhos de abdominal que tem que daí o uso é livre, né. [...] Todo uso aqui desde quiosque, por exemplo, dos campinhos, é assim, é por ordem de chegada, na realidade né. É assim, o uso é livre. [...] eles são bem democráticos na realização das atividades físicas. [...] eles mesmos organizam um campeonatinho [...] (G2, Apêndice C).

5.3.1.2.5 Perfil e frequência de público para G2

[...]a área total do parque B são 950 hectares, no entorno aqui a gente tem o Bairro B1, os outros bairros aqui, que é o Bairro B2 mais pra frente, mas já não faz divisa com a gente. O Bairro B3, o Distrito, eu pesquisei, tem 230 mil pessoas, no Distrito B2 aqui. Então, se for o quantitativo de pessoas, eu sei que é isso. [...] a gente basicamente

tem Cidade W, Cidade X, Cidade Y, Cidade Z, vem muita gente da cidade de fora frequentar aqui o parque. Como ele tem potencial de passar fim de semana (+) até o pessoal um pouco mais do interior, eu já conversei com o pessoal pra visitar o parque, conhecer. Porque eles olham no site da secretaria, na internet né. “Ah o parque, nossa o maior de São Paulo, vamos conhecer né” Então assim, são diversas regiões assim/ (G2, Apêndice C).

5.3.1.2.6 Programação e projetos de G2

[...] aos finais de semana temos o Bosque da Leitura aqui. [...] o pessoal que presta serviço pra Cultura, eles montam aqui e deixa aberto ao público. [...] são muitas crianças que vêm pra ler gibi, ler historinha [...] mais crianças, mas acho que ao todo são todas as idades. Que tem o pessoal que quer ler um jornal, quer ler uma revista, que quer ler um livro. [Jardim Medicinal quem administra] é aqui do parque mesmo, a gente quer ativar pra fazer as trilhas monitoradas e vai ser um dos espaços que a gente vai passar assim, porque é só pra passar o conhecimento. [...] porque a gente não tem condição ainda de conseguir fazer doação de mudas. Porque eu acho que isso é legal, você vem, você cultiva, você colhe, você leva e você utiliza na sua casa. No momento a gente não tem como fazer isso. Mas a gente tá organizando pra passar o conhecimento. [...] o Jardim Medicinal [...] eu tenho autonomia pra fazer, pra poder mexer. É claro, se a gente conseguir fazer as trilhas monitoradas aqui, eu vou querer que a Secretaria do Verde divulgue, quanto mais divulgar melhor, a gente tem mais pessoas pra visitar o espaços aqui. [...] como já tem o Bosque da Leitura, [...] eu prefiro que a Secretaria do Verde e Meio Ambiente faça essa comunicação [...] tem muitas escolas que nos procuram aqui, perguntam “ah pode andar? pode fazer (pensativo), a gente quer fazer uma caminhada, a gente quer fazer um piquenique.” É igual eu falei: é aberto ao público na realidade. Mas de fazer o Parque B com outras escolas, no momento a gente não tem. Nunca teve. [...] com as trilhas monitoradas, com a educação ambiental, pra você tirar assim, porque já fui professor! Então acredito assim, que tem que ter essa integração, porque o aluno precisa não só ficar ali, na sala de aula, ele precisa se desenvolver em área aberta, pra fazer por exemplo: eu sei que aqui o pessoal aqui tá voltando aquela, o costume que minha avó fazia que meu avô fazia que é de ter horta em casa. Hoje eu sei que muita gente mora em apartamento, às vezes não tem.. mas dá pra fazer. Então, com esse conhecimento que a gente passa, eu acho que vai mudando e vai moldando a cabeça da criança fala “ôpa , eu posso ter em casa, eu posso fazer uma hortinha aqui, opa eu posso ter uma plantinha aqui”. Eu acho que isso que é legal pra agregar , sabe?! Na minha visão tem que começar com as crianças, porque eles que vão, daqui a pouco estão no nosso lugar. Então se a gente passar essa consciência pra eles de preservar, de poder plantar, eles vão passar automaticamente pras gerações futuras. [...] Mesmo, por exemplo, de fazer uma horta, de ter saber, cultivar, não pensando na produção em massa. Mas pra aprendizado, pra outra, olha...”hoje eu tenho a condição de comprar, mas se eu não tiver eu posso ir lá na hortinha comunitária e pegar um pouquinho, pra eu poder ficar tranquilo”. [as academias dos parques] todas essas academias assim são parcerias que a, ou a Prefeitura

Regional faz ou a Secretaria faz, com empresas que acabam trazendo. No momento assim, eu não posso pedir esses aparelhos, sabe, diretamente pra Secretaria! A gente tem aparelho abdominal aqui, tem algumas barras de ferros. Isso daí a gente sempre tenta manter. Mas o pessoal sempre me pergunta sim e cobra. Vamos ver se agora a gente consegue viabilizar pelo menos pra trazer alguma coisa também. Mas eu sei que tem que ser, pelo que fazem, são parcerias entre empresas privadas, a prefeitura (G2, Apêndice C).

5.3.1.2.7 Concessão de parques para G2

A minha opinião na realidade, é assim, se é, for pra melhorar, se for pra você manter o parque em ordem, em dia, com a manutenção em dia, eu acho que seria por parte até viável, sabe?! Mas tem a situação assim, que eles passaram que eu sei, que eu sei disso, que eles me perguntaram muito: “Ah mais ai tem que pagar pra entrar no parque?” Não, o uso do parque ainda seria gratuito, de uso público. O que você, por exemplo, o que você iria pagar por exemplo, se você vem com seu veículo, se estacionou, você pagaria estacionamento (G2, Apêndice C).

5.3.1.3 ***Unidades temáticas do Gestor 3***

Referem-se às unidades temáticas extraídas do discurso do gestor 3.

5.3.1.3.1 Atribuições da gestão de G3

Estou na gestão há um ano e minhas atribuições é tudo relacionado às questões internas do parque, eventos, manutenção e planejamentos. Quem nos dá um apoio é a Secretaria e Subregional de Bairro C. Com relação a eventos e manutenção o Parque C e D fazem parte do Depave G, por sermos os maiores parques de São Paulo e a estrutura é maior, mais funcionários etc (G3, Apêndice C).

5.3.1.3.2 Dinâmica local do Conselho Gestor para G3

[...] garantindo a participação popular no planejamento e fiscalização que ocorrem nos parques, também envolvem as comunidades próximas do parque, nas discussões das políticas públicas e socioambiental. Acontecem reuniões todo segundo sábado mensal. A procura seria dos munícipes que residem próximo ao parque, através da administração. Dia-a-dia tranquilo, alguns são ambulantes do parque, comercializam produtos e outros frequentadores normal fazendo atividades. Quem participam e palpitam são mais os frequentadores das reuniões do conselho gestor e os próprios servidores (G3, Apêndice C).

5.3.1.3.3 Perfil e frequência de público para G3

[...] aproximadamente aos fim de semana entre 1.000 a 2.000 usuários e na semana reduz em 30 por cento. Perfil de público frequentadores no parque cai de C, E. A maioria fazem parte de comunidades próximo ao parque (G3, Apêndice C).

5.3.1.3.4 Programação e projetos de G3

Atividades ocorrem através da secretaria, mandam e-mail específico o projeto, sendo aprovado pela secretaria, está ok. [...] apenas uma marca atende com os aparelhos de ginástica, fazendo mensalmente a manutenção. As atividades ocorrem mais aos fins de semana, sendo grupos de saraus musicais, teatrais, grupos de ginástica, corridas, jogos de futebol e visitação ao museu e planetário do parque. Tiveram alguns projetos na gestão passado, na minha gestão foi aprovado um espaço específico da marca X, sendo a construção de um campo de futebol e pista de atletismo. Ações acontecem conforme demandas e critérios são baseados nas leis municipais. Existem sim ações em outros parques, lineares e fechados, envolvendo divulgação de produtos ou merchandising, a Secretaria setor comunicação tem que ser acionada (G3, APÊNDICE C).

5.3.1.3.5 Estrutura administrativa e atribuições de G3

Temos duas estagiárias no parque, ambas cursam engenharia ambiental, estão no último ano, funções parte administrativa, contrato de dois anos e a contratação é feita através da secretaria do verde (G3, APÊNDICE C).

5.3.1.3.6 Comunicação com o município de G3

Canais de divulgação é feita na parte interna do parque, mural do museu e interior dos banheiros (G3, APÊNDICE C).

5.3.1.3.7 Concessão de parques. Composta da linha 47 à 50

Acredito futuramente que ocorrerão melhorias nos parques em geral, aprovações de mais projetos e mais verbas. Em relação às concessões, apenas está em andamento o parque D juntos de mais 5 parques e em relação ao parque C, está fora de cogitação a privatização (G3, APÊNDICE C).

5.3.1.4 Unidades temáticas do Gestor 4

Referem-se às unidades temáticas extraídas do discurso do gestor 4.

5.3.1.4.1 Atribuições da gestão de G4

[...] responsável pelo, pelo contrato de manutenção e manejo do Parque D. [...] Administrador pras questões de uso público, pras questões de segurança [...] questão do manejo e manutenção da área verde, a integração dos equipamentos culturais que existem dentro do parque, as questões ligadas ao uso público, às questões ligadas à fiscalização dos contratos de comercialização de alimentos, quanto de vigilância, quando de manejo e manutenção, e::::: enfim, todas as questões ligadas também aos eventos do Parque D [...] coordenação de todos esses trabalhos (G4, Apêndice C).

5.3.1.4.2 Estrutura administrativa e atribuições de G4

[...] dois braços operacionais que são fundamentais e a integração de um deles também com a secretaria municipal de segurança urbana, a GCM no caso, são bastante importantes. Então os braços operacionais são as áreas de manejo e limpeza [...] 160 aproximadamente funcionários [...] por outro lado nos temos um contrato de vigilância [...] efetivamente na questão das portarias, nas questões de de observação do regulamento do parque D, ou das questões ligadas ao uso público, fundamentalmente orientação. Para os casos mais graves, é, contamos também com o apoio da GCM, nas questões de furto, roubo, dos problemas mais sérios, que não tem grande grande ação, mas são importantes. [...] a outra equipe fundamental que trabalha então com integrado junto com a SVMA, que o pessoal faz , o pessoal de eventos que faz todo trabalho de recepção dos eventos, orientação, enfim, é cronograma e planejamento. Eventos mais administração do parque também faz um processo de integração com todas as entidades culturais sediadas no parque[...] Além disso, existem é, os estagiários estão presentes fazem (não audível) e uma integração com a secretaria na questão de projetos [...]temos estagiários, atualmente nós temos uma estudante de arquitetura, que é uma uma solicitação nossa aqui, que é bastante importante, por sinal bastante importante em termos é::: de plantas, de pequenos projetos, de orientação, de paisagismos, é bastante importante então essa estagiária ela cumpre uma jornada de quatro dias no parque e uma jornada no departamento de projeto e é um profissional bastante, é uma formação bastante importante pra nós aqui. Temos uma outra moça que é engenheira agrônoma também, que é bastante importante nas questões ai ligadas a manejo e a manutenção da área verde. Outro perfil que costuma vir e que enfim, é definido pelo departamento de estágios, é encaminhando pelo departamento de estágios, é o profissional de Gestão ambiental, mas preliminarmente hoje são ou engenharia ambiental ou gestão ambiental ou engenheiros agrônomos ou arquitetos, que trabalham

dentro desse, do nosso quadro de estagiários. Um outro profissional que eu acho que é bastante interessante, que eu gostei de ter aqui, mas é um tanto quanto difícil de conseguir recrutá-los, que é o profissional ligado à área de turismo. Esse é um profissional com uma formação bem ampla e, é bastante interessante de ser, é, bastante interessante que ele possa tá fazendo um trabalho considerando, por exemplo, a ampla diversidade de assuntos e de questões ligadas a um parque metropolitano como o parque D (G4, APêndice C).

5.3.1.4.3 Dinâmica local do Conselho Gestor para G4

O conselho gestor é composto por seis representantes dos frequentadores. [...] mas são representantes das cooperativas de ambulantes que trabalham dentro do parque [...] representante dos usuários e o Frequentador 6 [...] também representante dos usuários, é moradores do entorno. É, dois representantes da Sociedade civil. Um é o Representante 1 que representa a Organização 1, é, o Representante 2, que representa a Organização 2. Ah, enfim existe uma série de suplentes. Alguns deles são bastante ativos, estão presentes. [...] É, nós temos aí os representantes dos trabalhadores né, que no caso é um é da GCM, o Trabalhador 1, e os representantes do poder público [...] A participação do poder público nas reuniões ela é bastante prejudicada [...] também tem que ser falado também que a Secretaria Municipal de Saúde, que é através do CECCO (centro de Convivência e Cooperativa), tá sempre presente nas reuniões. [...] no caso que eu, que faço, represento a secretaria do verde e Meio Ambiente e também faço parte do processo de coordenação do conselho gestor. [...] A divulgação acontece através de cartazes e faixas que são colocadas é, no parque D e também através do site da secretaria do verde e meio ambiente e o poder público então é solicitado através de ofício pelo secretário do verde e meio ambiente, a indicação das secretarias diversas que compõem o conselho gestor. As reuniões do conselho são públicas e abertas, as pessoas podem participar. [...] nós procuramos dar a palavra às pessoas né, num determinado tempo da reunião, normalmente após a: discussão das pautas e tal. [...] não é muito grande a procura de outros frequentadores além daqueles que são os eleitos né. Mas, recentemente, no entanto, principalmente na questão da consulta pública sobre a questão da concessão do parque D, teve um grande acesso das pessoas, de uma maneira geral. [...] Essa reunião foi bastante concorrida. [...] as reuniões do conselho gestor acontecem mensalmente, [...] em função de da importância ou da necessidade do aprofundamento é:: dos assuntos, as reuniões extraordinárias são marcadas. Naturalmente há casos Por exemplo, como da questão da concessão, como das questões enfim ligadas à ciclo faixa, são solicitadas então reuniões extraordinárias.[...] normalmente no início da da das reuniões do conselho nos fazemos uma caminhada pelo parque, eu apresento o parque, (não audível) das questões que são colocadas aí. As reivindicações enfim são levadas e discutidas e propostas pautas. As pautas são propostas pelos conselheiros em função das questões que são vistas e o conselho julga pertinente [...] alguns conselheiros que trabalham aqui no parque, ah naturalmente os ambulantes né e os outros que frequentam o parque e em função dessa frequência das questões é::

de frequentar ou também da mídia, eles vão colocando essas propostas de pauta e isso vai sendo discutido. Os encaminhamentos são feitos através, normalmente, através de ofícios né, então o conselho se manifesta, é propõe é, enfim, delibera sobre as questões a serem resolvidas no é::: as questões é::: problemas ou enfim ou sugestões ou esclarecimentos solicitados pelo conselho e através de ofícios o conselho gestor são, é:::. Encaminhadas então essas perguntas, solicitações de esclarecimentos, pedidos de apresentação de projetos, é::: aos, às às áreas competentes. E aí o, o algum projeto que vai ser colocado, o conselho pede que seja apresentado em reunião é, enfim e, essa é mais ou menos a dinâmica de discussão, apresentação e aprovação dos projetos (G4, Apêndice C).

5.3.1.4.4 Comunicação com o município para G4

Eu acho que os canais de escuta que nós temos aqui são bastante limitados. Nós temos aí uma ficha que normalmente o pessoal traz como reclamação e sugestão, que nós recebemos a partir daqui da administração e vamos respondendo em função é, de cada uma delas. Nós temos um email que recebe e-mails sobre a questão do parque [...] É o site, uma das questões que eu acho que falta, que é problemático no parque é estratégias de comunicação do ponto de vista digitais, é facebook, outras mídias que não são utilizadas, e o que nos prejudica efetivamente, porque existem algumas mídias que são utilizadas no parque e que se dizem responsáveis pela conservação, mas que na realidade não fazem nada e na maioria das vezes criam problemas de comunicação [...] Enfim, são questões que tem a ver fundamentalmente com uma estratégia ruim de comunicação é::: nossa eu acho, fundamentalmente eu acho que a gente tem que melhorar e muito essa questão dos canais de comunicação com a população. Dentro daquilo que nos chegam aqui de uma maneira escrita, ou por email, ou por telefone, nós procuramos atendê-los da melhor maneira possível. [...] embora eu acho que ela é de uma maneira tímida, e as nossas ações é muitas vezes acontecem em função é, de observações do município, o que é importante, porque, muitas vezes nós não temos o olhar pra 1.584.000m² [...] muitas vezes o município traz questões que é nos ajudam a resolver problemas. Por outro lado trazem questões que é::: não são problemas ou questões, ou problemas maiores do que as sugestões que são colocadas. Então são, a questão é::: como resolver ou como melhorar a participação dos municípios na gestão é, do parque D. Ela existe, mas existe de uma maneira passiva em função dos problemas que eles trazem, não existe nada mais ativo e integrado. É, o canal seria o conselho gestor do parque D (G4, Apêndice C).

5.3.1.4.5 Uso público para G4

[...] as atividades de lazer e cultura fundamentalmente eles são autogeridos, ou seja, autogeridos, por exemplo, pelo espaço A, pelo espaço B, elas são autogeridas, são propostas efetivamente e existe

uma coordenação dessas atividades e integração, enfim, pra evitar problemas de colisão de público, de de eventos acontecendo ao mesmo tempo e de é é é é prejuízos para os eventos em função da do acontecimento, de acontecer no no e, ao mesmo tempo, né. As questões por exemplo, ligadas aos esportes, por exemplo, elas são autogeridas, eu não, eu não, procuro não, nós não procuramos não interferir, no uso por exemplo das quadras ou uso por exemplo é é dos espaços pra corrida. Existem alguns problemas que precisam ser sanados efetivamente que em função disso, com a grande proliferação da atividade outdoor né, aqueles exercícios que são feitos é ao ar livre, a gente tem uma grande quantidade de educadores físicos que vêm pro parque e fazem as suas atividades. E alguns problemas, por exemplo, de falta de educação de alguns educadores físicos (risos) que enfim, acabou levando as pessoas a correrem no sentido inverso na pista de cooper por exemplo, ao invés de seguir a numeração é crescente da quilometragem eles fazem o o ao contrário. Isso leva à colisão com as pessoas de idade (+) isso é um problema que tivemos, que a gente tem que muitas vezes sanar. Muitas vezes os educadores físicos não respeitam os espaços, não são parcimoniosos, então, existem regras que a gente procura, é , enfim orientá-los neste sentido. Algumas, associação, por exemplo, de corredores de de de corredores é um grupo organizado que a gente tem um diálogo que possa ser colocado, que possa ser, PODE na verdade a ajudar-nos a disciplinar eles, que têm um comportamento cidadão bastante interessante. Os outros é são questões que a gente tem que solucionar aí com vigilância são questões todas, então, as quadras, por exemplo, as pessoas se organizam. Então eles vêm de manhã, fazem o seu jogo e vão se se se intercalando pra uso do espaço nas diversas horas do dia. Então são questões é autogeridas. Quando se trata de eventos efetivamente é todos eles são coordenador por nós. Então alguém propõe o evento tem que saber o que pode o que não pode, fora isso as áreas são livres aí pra o uso, piquenique, uma série de atividades que são colocadas. Mas no contexto geral, é os campos, eu diria, campo de força né, quando você junta umas pessoas trabalhando elas criam um campo né?! Eles procuram se organizar e isso é feito de uma maneira livre sem grandes interferências e os problemas enfim são corrigidos e dirimidos e os conflitos são é, quando acontecem, são enfim geridos por nós aqui na administração (G4, Apêndice C).

5.3.1.4.6 Perfil e frequência de público G4

[...] uma frequência anual média, é a gente acho que já tá batendo por volta um milhão e duzentos e cinquenta mil, um milhão e trezentas mil pessoas mês. Nossos dados estatisticamente comprovados são antigos, da ordem de um milhão e cem mil pessoas no mês. É enfim a meta nossa é (sorrindo) atingir da melhor é manter o parque limpo, organizado, seguro e oferecendo todas as atividades aí de uso público que é procurado, de maneira a recebê-los de segunda a s/ de domingo a a sexta-feira das cinco da manhã às 24 horas e do sábado pro domingo 24 horas recebendo o pessoal no parque. Na verdade a meta é de recepção do usuário é essa efetivamente, não tem nada muito específico. É, quanto às questões

dos investimentos, na verdade a gente tem um contingenciamento de recursos bastante grande, os investimentos principais que são feitos é, por exemplo, no ano passado se mediu nos contratos que nós temos aí de ambulância, segurança, vigilância, da ordem de 17 milhões de reais em 2018. Então esse é um volume de recursos considerável que chega e que fazem parte enfim dos investimentos é de mão-de-obra e de manutenção da área. As outras, os outros investimentos maiores, hoje tão por conta da questão de manutenção fundamentalmente e são utilizados recursos que às vezes é, nem todos né, porque são eventos, são eventos é que tem preço público, mas nem todos, todo volume de recursos é::::, enfim, levantados no parque D são aplicados aqui em função do contingenciamento de recursos das outras áreas e dos outros parques. É, normalmente as obras mais importantes é, de monta maior, às vezes tão ligados a termo de cooperações é, é, com outras entidades privadas, principalmente, e os investimentos são feitos em função das necessidades que surgem muito mais de resoluções emergenciais nos últimos tempos, em função toda essa questão econômica e o contingenciamento de recursos, porque a prefeitura está passando nos últimos anos. É, alguns investimentos são feitos por exemplo de substituições de alguns brinquedos que são colocados, mas todos mais ou menos na área de é:::: manutenção. Alguns termos de cooperações é têm sido bastante interessantes, foram bastante interessantes no ano passado, naturalmente a reforma da pista de, da quadra de futebol, com a construção de um campo de grama sintética, pintura das quadras, enfim, só Termos de Cooperações que foram estabelecidos ao longo do ano de 2017 e parte de 2018 pra enfim, é é é é pras questões tanto de esporte, quanto de manutenção e de de do parque como um todo. Do ponto de vista da população que nós recebemos, a gente vê visivelmente que o parque assume feições diferentes em função dos da população presente. Então durante a semana a gente vai ver uma grande concentração aí nas primeiras horas da manhã de pessoas de corredores de, enfim, de usuários que moram próximo do entorno, o mesmo acontecendo no final da tarde. Durante o dia é mais tranquilo, também são moradores mais próximos, de pessoas que têm o acesso mais próximo. No domingo, no final de semana sábado e domingo essa população muda efetivamente porque vêm aquelas, s as pessoas de outras regiões, como o parque é metropolitano, vem de outras regiões de outras regiões da cidade, então é:: um parque bastante democrático né, e ele recebe enfim todas as classes, todas as raças, todas as cores e enfim, tão presentes e vêm ao parque. No domingo nós podemos ter cem mil pessoas, 110 mil pessoas em apenas um dia, o que realmente é uma cidade média dentro do parque D e confere uma diversidade enorme de pessoas e de situações de classes, de gostos e de juventude enfim... (G4, Apêndice C).

5.3.1.4.7 Programação e projetos de G4

[...] programação do parque ocorre é eu diria de uma maneira quase espontânea né, evidentemente que a gente é um espaço de excelência em termos de relações das questões é::: culturais [...] E aí são eventos culturais que acontecem exposições, feiras, muitas vezes é:: *evento X* e outros eventos que acontecem dentro do

parque que é uma, uma programação definida por eles, evidentemente, a proposta vem e da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, o parque né, o departamento de eventos e nós da administração, discutimos então com as equipes todas estes eventos, que são eventos grandes e que impactam o parque e que impactam muitas vezes o entorno em função de acesso de veículos uma série de questões são discutidas com isso. Os outros, as outras entidades também, com todos eles são discutidas a programação de eventos mensal, às vezes com antecedência de meses, pra todos os as situações estão colocadas no parques, todas as instituições que estão colocadas no parque[...]. Evidentemente existem alguns eventos que vem a nós, (inaudível) como exposições são feitas ao ar livre e e pequenos eventos que acontecem na ponte de ferro, eventos de saúde, eventos esportivos, enfim, é:: todas essas questões são discutidas junto com a coordenação de eventos. Na maioria os eventos são propostos externamente né, as pessoas vêm e propõe o evento, e têm que estar dentro das regras do parque, em termos das regras de eventos. São eventos culturais gratuitos, sem divulgação de marca, que é proibido merchandising, enfim existe uma série de regras, ligadas às à coordenação de eventos. [...] pelo fato de ser um parque, ser um parque tombado nas três esferas efetivamente os projetos tem que passar necessariamente pelos órgãos de proteção do patrimônio e os projetos normalmente de é manutenção e de construção de alguma coisa dentro do parque, normalmente são tocados pelo departamento de projetos da secretaria do verde e meio ambiente. Como diretor da Divisão nós temos né, enfim, procurado é propor e receber de braços abertos os projetos que estão ligados a a arte fundamentalmente, ou seja, algumas realizações de algumas exposições que a gente procura fazer no parque, no sentido de que a arte saia um pouco pra fora, da, pra área externa né. [...] o ideal é que a gente esteja efetivamente trabalhando projetos que possam tá trabalhando com educação ambiental [...] os projetos intersecretariais normalmente acontecem a partir da secretaria que propõe o:::: projeto, por exemplo, a secretaria de esportes, tem um grupo de pessoas que correm aqui chama o Corra com a Guarda, é:: nós tínhamos ai o Saúde no Esporte, é::: que era o esporte no parque que acontecia junto com a secretaria municipal de saúde, secretaria de esportes e ::: a secretaria do verde e meio ambiente, que era colocado ali em frente ao espaço E e que hoje está desativado lamentavelmente, era um projeto que trabalhava as pessoas, é::: do ponto de vista de de de nutrição, do ponto de vista de esporte, do cuidado, do alongamento, era um processo bastante importante. Mas normalmente os esportes vêm da secretaria como solicitação e nós entramos então com apoio, com a a ajuda, com fornecimento da infraestrutura, é, entendida como espaço propriamente dito do parque, mas todas as outras questões vem, a infraestrutura para realização do evento, vem através da secretarias [...] existem outros projetos ligados à secretaria municipal de esportes, outros ligados à secretaria da saúde. Normalmente esses projetos são propostos pelas próprias secretarias, junto a secretaria do verde e Meio ambiente, junto a nós e a partir das nossas é:: competências, possibilidades e estrutura nós nos integramos pra, enfim, propiciar um um bom evento integrado é::: da maneira possível (G4, Apêndice C).

5.3.1.4.8 Concessão de parques para G4

Acho é que o parque não deve sofrer grandes mudanças nas questões da frequência das pessoas, primeiro porque o parque é um direito é do cidadão né, o direito à cidade, o parque é da cidadã, é do munícipe, então é não existe possibilidade de enfim, de cobrança de ingresso, essas questões todas estão completamente fora de questão. Por outro lado eu acho que existe possibilidades de investimentos maiores a serem feitos no parque, investimentos, por exemplo, é na melhoria das questões dos serviços de alimentação, na melhoria de algumas infraestruturas do parque, na melhoria de (inaudível), enfim, é na melhoria de manutenções e que são questões que estão ligadas e que nós temos dificuldades em função do contingenciamento de recursos, acho que existem outras possibilidades que se achegam em termos é:: da gestão através da concessão. Então a gente concede é na verdade a gestão do parque, mas o parque continua sendo da prefeitura, continua sendo da cidade de uma maneira geral. A esperança é que a gente realmente, tenha, venha de encontro é enfim, uma melhoria das condições de gestão manutenção, uso público, oferecendo melhores serviços, é com a possibilidade de maior aplicação de recursos, é no parque. Mas são mantidas efetivamente todas as funções deles, e nenhuma mudança, é, na frequência ou (2'') ou nas atividades do munícipe no parque está prevista. A não ser a melhoria de serviços e (não audível) evidentemente que algumas questões [...] Evidentemente que a gente tem que observar é e fiscalizar e também ter um instrumento de gestão é da própria prefeitura em relação a questão de como tá sendo é é gerido o parque sob ponto de vista dessa concessão.[...] Então é não vejo GRANDES possibilidades de de de mudanças que possam trazer problemas pro parque. Acho que não! A esperança é de que a gente tenha realmente é uma melhoria nos serviços de uso público, de segurança, de manutenção, e de manutenção das situações do parque como um todo (G4, Apêndice C).

5.3.2 *Análise dos discursos com enfoque nos Conselhos Gestores*

Apesar de cada gestor possuir um histórico e contexto local, têm a mesma orientação técnica e estão sob o mesmo direcionamento ideológico da política pública. Então, há enunciações que representam posicionamentos pessoais e outras que declaram a hierarquia ou a orientação política vigente. A análise limita-se ao Conselho Gestor e à comunicação com os munícipes, onde é possível alguma relação com temas abordados na pesquisa realizada com os frequentadores dos parques.

Quanto à dinâmica dos Conselhos Gestores, os quatro gestores ressaltam a prioridade em atender ao decreto, que determina a criação dos

Conselhos gestores. Relatam sobre o reforço para cumprir a questão legal (Anexo A). Mas somente em G1 é posto o valor da participação feminina no Conselho Gestor, como um avanço na questão dos direitos, garantida pelo mesmo Decreto. Esta questão está presente somente no discurso do Gestor 1, o que sugere uma impressão pessoal e ideológica, enunciada por ele mesmo ao dizer que cada parque possui uma característica. Está assim, subentendido que não se trata de posicionamento estratégico da SVMA, mas de um elemento próprio de sua gestão local. O fato é que, alguns esforços são envidados no sentido de cumprir o decreto, o que também se torna bastante vulnerável a ponto de a inexistência do Conselho Gestor não impactar na gestão do parque, como relata G2, ao se referir que realiza o que pode, mas fica na dependência da vontade de cada munícipe em participar. Para G4, que apresentou detalhadamente os membros e a atuação do Conselho Gestor, o pressuposto está em ter apoio para a gestão de um parque de grandes dimensões e complexidades. No seu discurso está subentendido o desapontamento em não participarem outras secretarias ou setores da gestão pública, uma vez que ele conhece projetos exitosos já desenvolvidos pelas áreas, quando ocorreram no parque.

No discurso de G2 é posto que nada se pode fazer se os munícipes não se interessam pela participação. Contudo isso também demonstra que não há esforços maiores para que ocorra, ou seja, não há prioridade ou uma sistemática para que os Conselhos sejam criados e efetivos nos parques. O decreto é para todos, no entanto a forma e a efetividade dependem de conjunturas locais e mais do que isso, talvez a importância da participação do munícipe da construção da política pública em parques.

A participação dos munícipes, seja no Conselho Gestor, seja no cotidiano, é de iniciativa local, de cada gestor, como posto no discurso de G1. Há uma lacuna na comunicação entre os munícipes e os gestores, a falta de uma ação sistemática de “escuta”, de registro de demandas, de opiniões, que não depende da existência do Conselho Gestor, ainda que ele não fosse por Decreto.

Os gestores de parques possuem atribuições muito bem definidas, sobre a gestão de contratos de vigilância e serviços de manutenção, como posto nos quatro discursos. A priori se observa e pressupõe uma limitação nesta atuação, porém vem G1 e apresenta ações que são de iniciativa local, de mobilização de parceria para oferta de atividade e projetos no parque, ainda que deva passar pelo crivo da SVMA. Mas o gestor busca, inclusive, instrumentos para amparar as ações financeiramente, como se refere ao FEMA para eventuais financiamentos de suas ideias de projetos. Desta forma, subentende-se que ainda que haja uma limitação de ações nas atribuições dos Gestores, não há proibição de que projetos e ações surjam de iniciativas locais.

Quanto às formas e estratégias de comunicação e, principalmente, canais de “escuta” para o munícipe, os gestores declaram o contato direto e a centralização de outros canais na própria SVMA. Em G1 observa-se maior empenho em se aproximar, quando relata as várias estratégias que utiliza para contatar as pessoas, tanto dentro quanto fora do parque. Ainda assim, com menores ou maiores empenhos, se pressupõe a inexistência de estratégias sistematizadas ou mais contundentes para que as pessoas participem ou sejam ouvidas quanto às suas demandas. Até mesmo o *facebook* relatado por G2 é gerido de forma centralizada. A partir deste discurso subentende-se que a SVMA mantém o controle do que deve ser divulgado, com a conotação de que há apenas uma via de comunicação: a divulgação de projetos e ações aos munícipes, quando ocorrem.

Ao mesmo tempo, que ocorre a falta de mecanismo de gestão para a efetiva comunicação e participação dos munícipes na gestão, os gestores são restritos às atribuições limitadas à monitoria de contratos de serviços. Isso se demonstra bem pontual nas atribuições declaradas por G1, G2, G3 e G4. Inclusive este último constata a precariedade e até a inexistência de canais de comunicação mais efetivos com os munícipes.

Sobre os projetos e ações, bem como profissionais para a oferta de atividades no parque, identifica-se posto nos discursos de G1 e G4 referência aos estagiários, por apresentarem uma solução, ainda que não permanente, de dinamizar o parque. Para G1 há vantagem de ter o estagiário com o objetivo de

focar a atividade finalística de educação ambiental. Já para G4 a principal contribuição vem da atuação de estagiário de turismo, por ter uma ação ampliada. O pressuposto deste discurso revela a percepção de amplitude de ação deste profissional, que transita pelas questões e ações com bens materiais e imateriais. Subentende-se que o profissional de turismo em formação contribui para o campo interdisciplinar do lazer. Mas também está posto no discurso do gestor a dificuldade em contratar tal profissional. O pressuposto está em não haver critérios mais claros sobre tal contratação e o objetivo na atuação de estagiários.

Uma das propostas da política pública atual para parques urbanos é o de concessão, que vem provocando no mínimo um olhar mais atento da sociedade civil, retratado pelos inúmeros movimentos sociais organizados para acompanharem os trâmites, a fim de garantir o uso público e a destinação democrática destes equipamentos. Os gestores se posicionam de maneira cuidadosa e ao mesmo tempo, como posto nos discursos, preservando a utopia de terem melhor estrutura, especialmente para manutenção e preservação dos parques, uma vez que isso condiz com a sua principal atribuição na gestão. O pressuposto está na inviabilidade de ações de manutenção dos parques onde, como reiteradas vezes enunciada por G4, implica o “contingenciamento de recursos”, como palavra de ordem. Subentende-se que qualquer ação que possa trazer a possibilidade de investimentos, principalmente para a manutenção dos parques, para os gestores é motivo de otimismo sobre a proposta de concessão.

Embora os gestores manifestem os valores de parcerias intersetoriais, principalmente com as escolas, não relataram nenhuma ação prática em que isso tenha ocorrido, nem mesmo localmente em cada parque. Ainda sobre os projetos intersetoriais, os gestores admitem o seu valor desta estratégia para a programação do parque e, com exceção a G1, atribuem à iniciativa exclusiva da SVMA. De fato, é posto que suas atribuições são muito bem definidas, inclusive em áreas bastante complexas, por se tratar dos maiores parques de cada região, como a manutenção e a segurança dos parques.

Ao relacionar as respostas dos frequentadores dos parques com os gestores, se constata a distância que existe entre as prioridades da gestão e as expectativas dos munícipes com os parques públicos urbanos. Ao mesmo tempo em que todos consideram tais equipamentos um direito do cidadão, com uma suposta garantia de lazer na cidade, e que até um Decreto proponha a sua participação, não há efetividade em uma gestão participativa e todos os canais de relacionamento são de iniciativas pessoais e não sistemáticas. Além disso, mesmo que instrumentos contemplem a orientação dos parques para o lazer, não há estrutura de pessoal, física ou de gestão que dê conta de desenvolver uma ação programática nos parques. Sabe-se que os parques lineares têm apresentado mais opções para as pessoas praticarem atividades físicas de lazer, principalmente nas regiões periféricas da cidade, ainda que isto não esteja nos princípios da sua concepção.

A precariedade e mesmo a inexistência do Conselho Gestor, como se contatou com G2, reprime demandas vindas dos usuários de parques, bem como àquelas que fogem das atribuições dos gestores, a priori. Tal cenário indica, para além de maior dedicação à implementação dos Conselhos gestores, que se crie uma “pedagogia” para atuação desta representação, para que seja também um caminho de aprendizagem e participação para os munícipes, além de contribuir para que tais equipamentos correspondam aos anseios da população no que se refere à animação sociocultural.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo identificar os fatores motivacionais de adultos para a aderência à prática de atividade física no tempo de lazer em parques urbanos públicos da cidade de São Paulo. O percurso no referencial teórico demonstrou que há influências de diferentes origens nas motivações dos sujeitos, uma vez que estas são construções pessoais de valores no decorrer da vida. Para além da educação realizada no âmbito escolar, a educação não-formal se apresenta como campo de diversificadas e efetivas possibilidades de engajamento dos sujeitos tanto na prática de atividade de lazer nos parques públicos urbanos, quanto na sua gestão. A abordagem realizada com os frequentadores de parques demonstrou o significado da família, compreendido no estudo como campo da educação informal, como principal influência para a adesão aos parques na fase infantil, a priori. No entanto, o cenário de participação nos parques não representa aderência, traduzida pela escolha do parque como principal local para a prática de atividades físicas de lazer, mesmo que os sujeitos os considerem adequados e propícios para tal prática. Sugere-se que os valores constitutivos da realização da atividade física de lazer nos parques possam ser influenciados por outras instituições e atores que não aparecem relatados pelos frequentadores de parques pesquisados, principalmente escola, ou educação formal e não formal, e o próprio parque. Pode-se pressupor que a escola possa, por meio das várias metodologias de aprendizagem, problematizar o uso dos parques públicos como garantia do direito ao lazer na cidade, inclusive em parcerias com estes equipamentos, como também programas de animação sociocultural nos parques possam influenciar a aderência às atividades físicas de lazer. Será possível afirmar tal efetividade se ambas as iniciativas e ações forem de fato sistematizadas e seus resultados mensurados em estudos futuros.

A observação e a pesquisa sobre as programações, bem como o discurso dos gestores, ofereceram panorama adequado para, como previsto no objetivo específico, analisar o perfil de público e a oferta de atividades físicas para o lazer no âmbito de parques urbanos públicos. Sobre o perfil de público

destacou-se as preferências pelas atividades físicas, o que contrasta com a falta de animação sociocultural nos parques pesquisados, em que o corpo seja elemento central. Diante disso, o único atributo destacado para a frequência de público, ainda que eventualmente, é o contato com a natureza e a existência de trilhas para corridas, caminhadas e *bikes*. Outro elemento que demonstrou relevância é a distância entre moradias e os parques públicos, como exceção a um parque. Fato que corrobora para compreender a distribuição e acesso desiguais dos equipamentos pela cidade, com destaque aos contextos de implantação apresentados no estudo e a manutenção precária. Não é possível generalizar os dados, no entanto, a pesquisa foi realizada nos maiores parques de cada região, o que poderia supor maior atenção da política pública, como apresentado em dois deles que, inclusive possuem estruturas específicas de gestão.

Para atender ao segundo objetivo específico, conhecer o contexto de parques urbanos públicos para a prática de atividades físicas no tempo de lazer, além de serem observadas as estruturas obsoletas, tanto para crianças, quanto para adultos, foi destacada pelos frequentadores a ausência da animação sociocultural, realizada seja pelo setor ou por projetos intersetoriais, pois desconheciam a existência ou nunca participaram de atividades promovidas pelo parque. A existência de programação neste âmbito é primordial para que o parque urbano cumpra com sua finalidade de lazer à população, que faça os sujeitos protagonistas de sua existência pelo movimento, por explorar o espaço urbano com sua expressão criativa, que pode ocorrer por meio de uma mediação profissionalizada. No máximo, os parques contam hoje com estagiários que são, na maior sorte, dedicados à educação ambiental.

A pesquisa também definiu como objetivo específico identificar estratégias de gestão para implementar atividades físicas para o lazer nos espaços públicos da cidade. Para realizar tal objetivo tomou por campo de análise a estrutura gestora de cada parque, onde possivelmente estivesse o potencial à deflagração de uma cultura participativa, onde fossem alimentadas iniciativas em prol do lazer dos sujeitos com enfoque na atividade física. Diante

das políticas públicas marcadas pela descontinuidade de projetos e ações o Conselho gestor, desde que criado e gerido de forma participativa efetivamente, vislumbra uma possibilidade de continuidade de ações da animação sociocultural nos parques públicos. Pois, fundamentados em conceitos sobre as opções de atividades mais democráticas e imbuídos da percepção de direitos, a participação cidadã se torna exponencial. Portanto, sugere-se uma pedagogia para os Conselhos Gestores para que seja elemento de continuidade das políticas públicas. O posicionamento político dos Conselhos Gestores deve ser orientado ao bem da coletividade, para dialogar sobre as ações diretas aos sujeitos e não centradas em atribuições já absorvidas pelos gestores.

Por fim, compreende-se que a presente pesquisa não se esgota com os estudos apresentados, mas apresenta elementos importantes para a reflexão e a para a continuidade da investigação, que fundamente e incentive maior proatividade da política pública da cidade de São Paulo no âmbito dos parques públicos urbanos, com o objetivo de potencializar seu uso para a garantia de lazer no espaço urbano.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Os lugares da educação. In: VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes; PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro (Org.). **Educação não-formal: Cenários da criação**. Campinas: Unicamp, 2001. p. 29-38.

ARANTES, Otília. **Barcelona e Berlim: duas imagens estratégicas**. São Paulo: Annablume, 2012.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS. **Carta das cidades educadoras**. Congresso Internacional de Gênova, 2004. Disponível em: <http://www.edcities.org/pt/congresso/genoa-2004/>. Acesso em 15 ago. 2017.

AZEVEDO, M. R. *et al.*. Tracking of physical activity from adolescence to adulthood: a population-based study. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 69-75, 2007.

BAHIA, Mirleide Chaar; FIGUUEIREDO, Silvio Lima. O direito à cidade: reflexões sobre espaço público e lazer. In: AZEVÊDO, Paulo Henrique; BRAMANTE, Antonio Carlos (Org.). **Gestão estratégica das Experiências de Lazer**. Curitiba: Appris, 2017. Cap. 8. p. 135-150.

BERGAMIM JUNIOR, Giba. Acordo de Doria para construir parque Augusta trará lucro a construtoras. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 30 jul. 2017. Cotidiano, p. 1-5. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1905574-acordo-de-doria-para-construir-parque-augusta-trara-lucro-a-construtoras.shtml>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRAMANTE, Antonio Carlos. Lazer: Concepções e Significados. **Licere: Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, p.9-17, set. 1998. Trimestral. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/licere/issue/view/67>>. Acesso em: 14 set. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

_____. Ministério da Saúde. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes

Comunitários de Saúde (PACS). **Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011.** Disponível em:
<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html>. Acesso em: 14 set.2017

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde: PNaPS : revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006/** Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância à Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos CEBRAP.** São Paulo, n.47, p.155-176 mar, 1997.
CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é lazer.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

CASEY, Derek. Gestão do lazer. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira *et al.* **Gestão de políticas de lazer:** experiências, inovações, potencialidades e desafios.. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 87-105.

CASTELNOU, Antonio Manuel Nunes. Parques urbanos de Curitiba: de espaços de lazer a objetos de consumo. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo,** Belo Horizonte, v. 13, n. 14, p. 53-73, dez. 2006.

COELHO, José Silvestre. Cidades educadoras. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. [CDROM]

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO (CONDEPHAAT). **Tombamento do Jardim da Luz.** São Paulo: Condephaat, 1981.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-jacques; VIGARELLO, Georges. **História do corpo:** Da Renascença às Luzes. Tradução de Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2008.

CREPALDI, Roselene. FREYBERGER, Adriana. TURINO, Célio. **Programa ludicidade:** uma proposta para construção de política pública para a infância. São Paulo: Libra Três, 2006.

DUCROT, Oswald. **Analyse de Textes et Linguistique de L'énonciation, em Les Mots du discours.** Paris: Minuit, 1980.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia Empírica do lazer.** 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

_____. **Valores e conteúdos culturais do lazer.** São Paulo: SESC, 1980.

_____. **Lazer e cultura popular.** 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

EDGINTON, Christopher R; CHIN, Ming-Kai; UVINHA, Ricardo R.; OLIVEIRA, Walter de. *Educación física en el siglo 21: una declaración global de consenso.* **Revista Licere.** Belo Horizonte, v.14, n.3, set/2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GARCIA, Valéria Aroeira. **A educação não-formal como acontecimento.** 2009. 456 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

GELPI, Ettore. **Lazer e educação permanente:** Tempos, espaços, políticas e atividades de educação permanente e do lazer. São Paulo: Sesc, 1983. 155 p. (Lazer).

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Amanda. Famílias dividem espaço com lixo no Parque do Carmo, na zona leste de SP. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 31 jul. 2017. Cotidiano, p. 1-2. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1905789-familias-dividem-espaco-com-lixo-no-parque-do-carmo-na-zona-leste-de-sp.s.html>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

INDURSKY, Freda. Relatório Pinotti: O jogo polifônico das representações no ato de argumentar. In: GUIMARÃES, E. (Org.). **História e Sentido na Linguagem.** Campinas: Pontes, 1989, p.93-127.

ISO-AHOLA, Seppo. **The social psychology of leisure and recreation.** Dubuque: Willian C. Brown, 1980.

_____. The social psychology of leisure. In: GRAEFE, A. E, & PARKER, S. **Recreations and leisure: in introductory handbook.** Oxford, Venture: Publishing INC, 1987.

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo:** Antropologia e Sociedade. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 2003. 240 p..

_____. **A sociologia do corpo.** Tradução de Sonia M. S. Fuhrmann. .2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **Espaço e política.** Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LOPES, Marcelino de Sousa. A animação sociocultural em Portugal. **Revista Iberoamericana**, Trás Os Montes e Alto Duro, v. 1, n. 1, p.1-16, fev. 2007. Semestral. Disponível em: <http://biblioteca.esec.pt/cdi/ebooks/docs/LOPES_Animacao.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2016.

MACARRÃO, Luiz Fernando. **Os parques públicos na cidade de São Paulo**: 1998 - 2008. 2009. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8810/1/Dissertacao%2520Luiz%2520Macarrao%2520parte1%25201.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. O direito social ao lazer na cidade do nosso tempo. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes; ISAYAMA, Hélder Ferreira (Org.). **O direito social ao lazer no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. p. 7-22.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. 2 ed. Campinas, SP: Papirus,

MAUSS, Marcel. Les techniques du corps. **Sociologie Et Anthropologie**, Paris, v. 1, n. 1, p.1-4, jan. 1950. Semestral. Disponível em: <<http://www.each.usp.br/opuscorpus/PDF/a3f1.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2019.1990.

MELO, Victor Andrade de. Sobre o conceito de lazer. In: ALVES JUNIOR, Edmundo de Drumond (Org.). **Sinais Sociais**. Rio de Janeiro: SESC, 2006. p. 15-35.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Abrasco, 2004.

MIRANDA, Danilo Santos de. (Org.). **O parque e a arquitetura**: uma proposta lúdica. Campinas: Papirus, 1996.

PACHECO, Reinaldo Tadeu Boscolo; RAIMUNDO, Sidnei. Parques urbanos e o campo dos estudos do lazer: propostas para uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p.43-66, set./dez. 2014.

PÉREZ, Víctor J. Ventosa. Animación sociocultural: revisión teórica y reformulaciones actuales. **Revista de Ciências da Educação**, Americana, v. 34, p.29-38, 29 jun. 2016. Semestral. <<http://dx.doi.org/10.19091/reced.v1i34.488>>. Disponível em: <<https://www.revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/view/488>>. Acesso em: 22 jan. 1967.

PINTO, Leila Mirtes S. de M. *et al.* Desafios para a gestão das políticas públicas de lazer no Brasil. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira *et al.* **Gestão de políticas de lazer: experiências, inovações, potencialidades e desafios..** Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 27-49.

POZO, Joan Manuel del. O conceito de cidade educativa hoje. In: Gabinete de Lisboa (Ed.). **Educação e vida urbana: 20 anos de cidades educadoras.** Torres Novas: Almondina, 2013. p. 23-33. Disponível em: <<http://www.edcities.org/publicaciones/otros-documentos/>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO (Município). Lei nº 15910, de 27 de novembro de 2013. Dispõe sobre a criação e organização de Conselhos Gestores dos Parques Municipais.. **Criação e Organização de Conselhos Gestores dos Parques Municipais.** São Paulo, 27 nov. 2013. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=28112013L 159100000>. Acesso em: 13 ago. 2016.

_____. **Guia dos Parques Municipais de São Paulo.** 4. ed. São Paulo: Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, 2014.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. O século dos jardins. In: MARTINEZ, Paulo Henrique (Org.). **História ambiental paulista: Temas, fontes, métodos.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

RECHIA, Simone. Cidadania e o direito ao lazer nas cidades brasileiras: da fábula à realidade. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes; ISAYAMA, Hélder Ferreira (Org.). **O direito social ao lazer no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2015. p. 45-60.

REDE BRASILEIRA DE CIDADES EDUCADORAS (Sorocaba). Prefeitura de Sorocaba. **Conceito de Cidade Educadora.** 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9272-apresentacoes-rede-brasileira-cidades-educadoras-pdf&category_slug=outubro-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 14 ago. 2017.

REIS, Ana Carla Fonseca. Introdução. In: REIS, Ana Carla Fonseca (org). **Cidades criativas, soluções inventivas: O papel da Copa, das Olimpíadas e dos museus internacionais.** São Paulo: Garimpo de Soluções; Recife: FUNDARPE, 2010.

REQUIXA, Renato. **Sugestões de Diretrizes para uma política nacional de lazer.** São Paulo: Sesc, 1980.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: Métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROKEACH, M. **The nature of human values**. New York: Free Press, 1973.

ROS, María. Psicologia social dos valores: Uma perspectiva histórica. In: ROS, María; GOUVEIA, Valdiney V. (Org.). **Psicologia social dos valores humanos: Desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

SÃO PAULO (Município). Constituição (2002). Lei nº 13.430, de 13 de setembro de 2002. **Plano Diretor Estratégico**. São Paulo, 2002. Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/infraestrutura/sp_o_bras/arquivos/plano_diretor_estrategico.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. **Organograma**. 2008.

Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/aceso_a_informacao/?p=191125>. Acesso em: 25 jan. 2019.

_____. Lei Ordinária nº 15.910, de 27 de novembro de 2013. Dispõe sobre a criação e organização de conselhos gestores de parques municipais. São Paulo, SP, Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2013/1591/15910/lei-ordinaria-n-15910-2013-dispoe-sobre-a-criacao-e-organizacao-de-conselhos-gestores-dos-parques-municipais>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

_____. Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. **Organização da**

SVMA: Estrutura/Organograma. 2014a. Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/organizacao/estrutura/index.php?p=3247>. Acesso em: 24 jan. 2019.

_____. Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Aprova a política de Desenvolvimento e o Plano estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei 13.430/2002. **Plano Diretor Estratégico: Projeto de Lei 688/13**, do executivo, aprovado na forma de substitutivo do legislativo.. São Paulo, SP: Diário Oficial, 01 ago. 2014b. n. 140. Disponível em:

<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE-Suplemento-DOC/PDE_SUPLEMENTO-DOC.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. Secretaria do Verde e Meio Ambiente. **Parques**. 2018. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/index.php?p=144010>. Acesso em: 13 set. 2017.

_____. **Plano Municipal de Saúde**. 2014. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/Plano Municipal de Saude Anexo.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/Plano_Municipal_de_Saude_Anexo.pdf). Acesso em: 13 set.2017

SCHWARTZ, Shalon H.. Há aspectos universais na estrutura e no conteúdo dos valores humanos? In: ROS, María; GOUVEIA, Valdiney V. (Org.). **Psicologia social dos valores humanos**: Desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

SILVA, Daniella Rocco da; HÚNGARO, Edson Marcelo; SOLAZZI, José Luís. Cultura corporal brasileira: as similitudes com a cultura corporal europeia. In: HÚNGARO, Edson Marcelo (Org.). **Esporte, Educação, Corpo e Saúde**: Apontamentos críticos: 5 anos de pesquisa do Observatório de políticas Sociais de Educação Física, Esportes e Lazer do Grande ABC/GEPOSEF. Santo André: Alpharrabio, 2008. p. 143-158.

SIMÕES, Antonio Carlos. A psicossociologia do vínculo do esporte - adultos, crianças e adolescentes: análise das influências. In: DE ROSE JR, Dante. (Org.) **Esporte e atividade física na infância e na adolescência**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SZEREMETA, Bani. e ZANNIN, Paulo Henrique Trombetta. A Importância dos Parques Urbanos e Áreas Verdes na Promoção da Qualidade de Vida em Cidades. **Revista Ra'e Ga - O Espaço Geográfico em Análise**. Curitiba, v. 29, dez. 2013, p. 177-193.

THOMAS, Jerry R. NELSON, Jack K.SILVERMAN, Stephen J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. Trad. Ricardo Demétrio de Souza Petersen. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

THOMAS, Willian Isaac; ZNANIECK, Florian. **The Polish Peasant in Europe na America**. Boston: University of Chicago Press, 1918-1920. v. 1-2.

TORRÃO FILHO, Amilcar. A cidade como redenção: natureza e cultura nos Campos de Piratininga. In: MARTINEZ, Paulo Henrique (Org.). **História ambiental paulista**: Temas, fontes, métodos. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. p. 29-50.

UVINHA, Ricardo Ricci; PEDRÃO, Cinthia Casimiro, STOPPA; Edmur Antonio; ISAYAMA, Helder Ferreira; OLIVEIRA, Nara Rejane Cruz de. Leisure practices in Brazil: a national survey on education, income, and social class. **World**

Leisure Journal, p.1-12, 22 jun. 2017. Informa UK Limited. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/16078055.2017.1343747>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

WHATELY, Marussia. *et al.* (Orgs.) **Parques urbanos municipais de São Paulo**: subsídios para a gestão. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.

WINTERTEIN, Pedro; VENDITTI JR, Rubens. A motivação para as práticas corporais e para o esporte. In: DE ROSE JR, Dante. **Esporte e atividade física na infância e na adolescência**: uma abordagem multidisciplinar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado ATIVIDADE FÍSICA E LAZER NA CIDADE SÃO PAULO: UM ENFOQUE SOBRE OS PARQUES URBANOS PÚBLICOS, desenvolvido por ROSANGELA MARTINS DE ARAUJO RODRIGUES, aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Atividade Física, orientada pelo Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha. O objetivo do estudo é “Identificar os fatores motivacionais de adultos para a aderência à prática de atividade física no tempo de lazer em parques urbanos públicos da cidade de São Paulo”. Sua participação se dará por meio de resposta a um questionário/ entrevista aplicado(a) pela pesquisadora responsável, Rosangela Martins de Araujo Rodrigues, RG: 16.464.754-5, Residente à Rua São Donaciano, 159 – Cidade Patriarca – São Paulo – SP, Fone: (11) 97270 1808, que estará à disposição para informações ou esclarecimentos antes e durante a pesquisa. Informações também poderão ser obtidas no Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – EACH / USP, através do e-mail: cep-each@usp.br ou pelo fone: (11) 3091-1046.

Esta pesquisa apresenta riscos mínimos e a sua colaboração torna-se imprescindível para o alcance do objetivo proposto, além de contribuir para que os projetos em parques públicos urbanos tenham maior efetividade e sejam aperfeiçoados, atendendo da melhor forma às expectativas dos cidadãos e cidadãs. As informações obtidas serão utilizadas exclusivamente para o desenvolvimento do estudo e os resultados poderão ser publicados, contudo, com a garantia de que sua privacidade, nome ou identificação não serão revelados. O (a) entrevistado (a) poderá se retirar da pesquisa e não responder a alguma questão a qualquer momento. **O presente Termo será emitido em duas vias, sendo que uma delas ficará em posse do(a) senhor (a) participante da pesquisa.** Para tanto, se faz necessário sua assinatura na declaração que segue:

DECLARAÇÃO

Eu, _____,
Documento de Identidade nº _____, Sexo _____ Data
de Nascimento _____,

Endereço _____ Telefone
para contato _____, declaro que CONCORDO em participar da

pesquisa intitulada “ATIVIDADE FÍSICA E LAZER NA CIDADE SÃO PAULO:
UM ENFOQUE SOBRE OS PARQUES URBANOS PÚBLICOS”, tendo sido
suficientemente esclarecido(a) sobre os objetivos, a forma de participação, a
liberdade de interrupção a qualquer momento, sem penalização ou risco de
qualquer natureza e sobre a garantia de anonimato.

Local: _____ Data: _____

Assinatura: _____

Título do Projeto: ATIVIDADE FÍSICA E LAZER NA CIDADE SÃO PAULO:
UM ENFOQUE SOBRE OS PARQUES URBANOS PÚBLICOS.

Pesquisadora Responsável: Rosangela Martins de Araujo Rodrigues

Instituição: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – ESCOLA DE ARTES
CIÊNCIAS E HUMANIDADES - Endereço: Av. Arlindo Bettio, 1000 – Jardim
Keralux – São Paulo -SP – CEP: 03828-000.

Dados para Contato: fone (11) 97270 1805 e-mail: rosangelamartins@usp.br.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha

Instituição: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – ESCOLA DE ARTES
CIÊNCIAS E HUMANIDADES - Endereço: Av. Arlindo Bettio, 1000 – Jardim
Keralux – São Paulo -SP – CEP: 03828-000.

E-mail: uvinha@usp.br.

Data: ____/____/____

Rosangela Martins de Araujo Rodrigues

Pesquisadora responsável

APÊNDICE B - QUADRO DE NORMAS DE TRANSCRIÇÃO

(+)	Pausa até 0,5” ou o tempo entre parênteses.
(inaudível) ou a palavra entre parênteses	Para trechos não entendidos ou a palavra que se supôs ter ouvido.
/	Quando a fala foi cortada bruscamente.
MAIÚSCULA	Quando a palavra foi verbalizada com mais força.
:::	Para prolongamento de vogais
(())	Comentário da entrevistadora
Repetições	Quando se duplicou letra ou sílaba
eh, ah, oh, ih	Produções que preenchem pausas.
/.../	Transcrição apenas de trechos, ou seja, houve corte na produção.
“...”	Fala de terceiros entre aspas

APÊNDICE C - TRANSCRIÇÕES DE ENTREVISTAS COM GESTORES

Entrevista com G1 – Administrador do parque A.

Sobre o conselho gestor:

O Parque A tem conselho, atuante! É:::, nós temos três do poder/ da sociedade civil, um representante de entidade. Que é o que manda o Decreto né, municipal. E dois representantes do poder público: Secretaria de Trabalho e subprefeitura (da Região), que é a nossa área de, que abrange a Região A. E eu como poder público, representando a Secretaria do Verde.

Como acontecem as reuniões e como é a dinâmica de atuação do conselho?

O conselho ele é, isso, o conselho ele é atuante no parque, nós temos reuniões mensais, todas as últimas quintas feiras do mês a gente se reúne aqui na administração do parque e quando tem uma demanda que precisa abrir esta discussão com o conselho eu acabo fazendo, convocando uma reunião extraordinária. Existe um calendário fixo de reuniões mensais. O conselho do parque A é um conselho atuante, é::: dois membros do conselho desenvolvem um trabalho dentro do parque, social, então é um conselho bem atuante, com esta proposta mesmo de parceria poder público e sociedade civil.

Sobre os munícipes que participam. Como acontece a eleição, existe uma divulgação aqui, entre os usuários do parque?

Ah de dois em dois anos é::: acontece uma eleição. Não é só no Parque A, todos os parques municipais. E ai, de primeiro tem um edital de convocação, que a gente chama o munícipe, pra fazer parte deste edital, esse munícipe também ajuda a gente buscar essas pessoas pra vim fazer parte do conselho, ser candidato. E ai, a gente tem um período de inscrições. Ele é aberto ao público, qualquer munícipe frequentador do parque pode participar. De uma entidade, de entidades, pra uma ser eleita como representantes de entidades e, representantes dos trabalhadores também. O conselho também atual tem uma representante de trabalhadores, que é da vigilância. E ai, preenchendo estes requisitos é::: das inscrições, é publicado em Diário Oficial e ai é marcada

uma::: quando monta o edital já tem já uma data prevista de período de inscrição e de eleição. A eleição acontece no parque, normalmente num final de semana, num sábado ou domingo, com urna eletrônica e ela é aberta das 9 às 10 para eleição da entidade. Só entidade pode votar. Quando não tem mais de uma, a que foi inscrita ela entra por aclamação, e a partir das 10 às 17 ela passa a ser pra sociedade civil. Dos 3 membros eleitos e os três suplentes, se tiver mais de 6 candidatos, é:::ai entra (inaudível) e ai tem também um decreto de 2015 que é::: 50% + 1 tem que ser mulher (da sociedade civil). Porque antes a gente tinha uma deficiência grande no conselho de mulheres. Muitos lugares não tinham mulheres. Então este decreto veio pra ter esta participação feminina.

E como é a procura para a participação

Vai muito do trabalho, eu diria pra você, vai muito do::: também da gestão do parque. Porque quando você passa a dar visibilidade pra este conselho você estimula essas pessoas a curiosidade de participar. Eu costumo convidar as pessoas, que a reunião é aberta ao público “Eu não sou membro do conselho mas eu quero ir lá pra participar”, é aberta, as reuniões são abertas.

E as pessoas participam?

Participam. Não como a gente gostaria, vai de cada parque. Tem parque que tem uma demanda grande, tem parque que não. Por exemplo, hoje no conselho do Parque A é::: não tem os suplentes. Foram eleitos, mas não comparecem. Só tem só os membros titulares e o poder público e o representante dos trabalhadores. E ai na eleição também os trabalhadores quando tem mais de um candidato, eles votam entre si pra eleger um que foi inscrito. Quando não tem mais de um candidato ele entra por aclamação também.

Me fala da estrutura que você tem aqui hoje, de gestão.

Tá, ôh::: Parque A, eu tô como administrador aqui desde abril de 2018.

Porque tem duas posições, o gestor e o administrador?

Não, é a mesma coisa. O administrador/ Eu me reporto ao Depave 5 na Secretaria do Verde. Eu tenho uma coordenadora que coordena vários parques da região. Temos a diretora de::: DEPAVE 5, diretora de DEPAVE G e aí o Secretário.

E esta coordenadora é ligada a::: ao Depave 5, isso.

Então você se reporta à ela?

A ela e à minha diretora de Depave 5.

E ela não tem uma sede própria?

Ela fica na Secretaria, anda nos parques, mas ela fica fisicamente na Secretaria do Verde. O Depave 5. Eu como administrador aqui, toda responsabilidade do parque, de conduzir o parque, é do administrador. Claro que eu sou subordinado ao Depave 5, eu tenho que seguir a hierarquia. Mas eu sou responsável pelos contratos que funcionam no parque, de zeladora de banheiro, de vigilância e de manejo. É::: toda parte de funcionamento com equipes é do administrador, é função minha. Então, a limpeza do parque, a programação de roçagem, de podas, eu tenho que é::: cada contrato tem uma particularidade. No contrato atual são equipes volantes, eu não tenho essa equipe fixa aqui. A gente faz um cronograma mensal pra atender cada parque. E aí atendeu o meu, vai atender o outro, vice versa. Agora a zeladoria de banheiro e de vigilância ela é fixa no posto. E a zeladoria hoje eu tenho dois funcionários pra limpeza do dia-a-dia do parque.

E como ocorrem as programações. Não tem projetos que são desenvolvidos aqui dentro, vindos tanto da Secretaria quanto da comunidade ou dessas entidades também que fazem parte? Como que é essa dinâmica aqui?

Sim, tem projetos. É::: o ano passado mesmo (2017) eu iniciei com uma ONG, pra gente buscar alguma coisa de educação ambiental no parque. Eles estão montando esse projeto pra ver se a gente capta recursos e lógico que tem que ser aprovado pela Secretaria do Verde. Que tem o FEMA né::: que é um fundo de meio ambiente do município, que também é..auxilia nesses projetos. Mas aí

tem que passar via Secretaria, tem os técnicos pra analisar. Porque cada Parque tem uma particularidade diferente. O Parque A é um parque sobre um aterro sanitário, um lixão, é o primeiro parque da América Latina com essa finalidade. Quem conheceu o parque há 40 anos atrás, era um lixão. Hoje é um parque totalmente estruturado na Região A:::hoje é o (segundo) maior parque urbano na região (porque o primeiro tem outras particularidades).

Vocês têm meta de atendimento de usuário?

Não, é público. O parque abre as 6 fecha as 18. No horário verão a gente amplia até uma hora a mais, até às 19, mas é *(inaudível)*

Não existe assim uma análise de custoXbenefício pra, por exemplo, a Secretaria determinar os investimentos nos Parques?

Vai muito pela demanda e necessidade de cada parque né, de cada, cada região. É::: Por exemplo, o Parque A tem uma área de esporte, é.., “ah precisa fazer manutenção”, aí nós vamos montar um processo, tem as equipes técnicas que vem pra fazer essa análise de demanda.

E você mesmo pode propor?

Posso, posso.

Você como administrador pode propor projetos?

Junto com Conselho Gestor, com o próprio município é, essa demanda/ essa é a minha função, levar essa demanda pro Secretário. Que a gente tem, é::: que o munícipe tem solicitado e aí vai essa relação de cada administrador, né?! Eu costumo ter muito essa relação muito próxima com o munícipe pra eu ouvi-lo também, com críticas, sugestão, isso daí é importante. Eu costumo deixar a administração do parque aberta de domingo a domingo pra ter esse atendimento.

Mas normalmente qual o público que você tem? Final de semana e durante a semana?

São bem parecidos, é::: o público da semana é mais um público de passagem. Porque o parque faz acesso com o Bairro X e Parque A, então muitas pessoas

usam pra fazer esta passagem pra trabalho e atividades físicas também, a caminhada durante a semana. No final de semana a gente tem essa demanda, mas muda um pouquinho, tem atividades esportivas. Muitas pessoas fazendo caminhada, é::: alongamento, futebol/

Mas autogeridas? Não tem nenhum grupo organizado que vem aqui utilizar ou tem?

Autogeridas. É pública! Porque todas as atividades no parque, são gratuitas, nada é cobrado. É::: campo, quadra, tem o Bosque da leitura no final de semana, que as pessoas vêm pra utilizar pra leitura/

Quem desenvolve esse projeto?

A Secretaria de Cultura em parceria com o verde.

Sobre ações intersecretariais que têm/

Tem, essa parceria prefeitura com as outras Secretarias, elas são abertas, como o esporte, cultura, sempre acontece alguma atividade em parceria. Mutirão, (inaudível), saúde, às vezes usa o parque pra fazer alguma atividade envolvendo a comunidade, então o parque vem com essa proposta.

Existe no ano anterior um planejamento dessas ações? Ou elas acontecem, vão acontecendo e as procuras acontecem também?

Então, vai de cada demanda, cada demanda, É::: muito desse planejamento vem também via Secretaria, via Depave 5 né. É::: necessidade do parque, a gente, como administrador, também cria a nossa meta, de educação ambiental, a ideia nossa do parque é trazer as escolas pra fazer visitaço. A gente até já tem conversas com educação, de a sala de aula também ser estendida dentro da área do parque. Porque o parque ele é uma extensão de educação ambiental. E essa é a função, de como a gente tem os estagiários, explorar esses conhecimentos dos estagiários pra também levar pro munícipe.

Você tem estagiários aqui da área de biologia?

Tem, biologia, gestão ambiental. Eu procuro sempre trazer estagiário tá, ligado ao meio ambiente né. Pra gente não fugir mesmo no contexto.

E quem define esses estagiários são vocês aqui?

O administrador faz a entrevista e encaminha pra ser contratado pela Secretaria.

E você tem um número X de/

Eu tenho dois estagiários no parque. Eu costumo muito buscar estagiários biólogos e ligados à gestão ambiental. Porque como o parque tem uma particularidade de solo né. Porque ele foi construído sobre um aterro, a gente tem essa informação, dá pra explorar essas informações no estagiário e parte de biólogo você tem a fauna também, que dá pra você catalogar/ Eu gosto muito de trabalhar com estagiários, como eu tenho dois, é::: mesclado;

Você diz que sempre mantem a administração aberta e você sempre mantém essa escuta com os usuários. Quais são os canais que você tem? Você deixa aberto, mas espera que eles venham ou você tem alguma estratégia de comunicação aqui dentro que faz om que eles venham, ou alguém que sai tentando escutar, ou você mesmo faz isso. Quais são as escutas que você tem?

Eu particularmente gosto de ficar muito atento ao entorno do parque, como é uma área carente, de comunidade, eu estou, procuro estar presente. Costumo ir em reuniões é::: locais, que envolvem associações, escolas, participo de vários grupos da região, de whatsapp, e ai me apresento, me proponho como parceiro o parque, sabe, fica de portas abertas. Poder público, entorno também, a gente tem esse bom diálogo. Temos aqui do lado do parque uma cooperativa de reciclagem, então nós podemos ter essa parceria. Tem o (entidade X), que é um local que desenvolve atividades ligada a culinária, que tá muito presente com a comunidade, o parque pode ser esta extensão. Nos temos um centro de acolhimento, gente trabalha em parceria. Que é o CTA (Centro Temporário de Acolhimento). Então eu, e eu também uso muito o conselho gestor, pra ser esse canal. Porque ele foi eleito pelo munícipe, então ele é um canal direto. Também eu uso muito as redes sociais pra mostrar o parque, pra chamar a curiosidade das pessoas. A própria Secretaria do Verde

também tem lá a fanpage que a gente pode usar também como canal de comunicação. E também cartazes dentro do parque, com telefone a administração, com email do parque, pra também abrir essa, esse leque de informação e acolhimento.

Eu ia te perguntar isso, porque na minha caminhada eu não vi um mural, um lugar que pudesse divulgar/

Tem, tem um mural do lado do banheiro, lá (inaudível) também tem um mural (inaudível) lá também tem/ porque infelizmente nós temos o problema da depredação, se tem que estar renovação a comunicação frequente. Mas também deixo os vigilantes sempre orientados pra encaminhar as pessoas à administração, pra se tiver dúvidas, vir tirar esta dúvida com a gente.

Essa é a proposta mesmo de acolhimento, mesmo com o munícipe. Eu gosto muito de ter esse canal direto com o munícipe. É::: às vezes, ah por exemplo o Conselho Gestor, muitos acham o conselho gestor um problema. Eu não vejo. Porque quando você tem um conselho atuante, é porque tem alguma demanda, alguma necessidade que a gente precisa lá. Tendo esse diálogo com o conselho. Eu gosto muito de ter esta parceria com o conselho gestor. Acho que eu aprendo muito com eles também. E é um canal que é:::. a reclamação dele se torna uma a reclamação pública. Porque o conselho gestor ele é oficial, e as atas do conselho gestor ela passa a ser pública para o munícipe, ela é pública, ela vai para o portal da prefeitura. Lá no portal da Secretaria do Verde tem lá os parques e fica disponível. Às vezes não está atualizada, mas essa é a proposta, ela vai pra se tornar pública.

Queria que você falasse da sua perspectiva futura do parque. Uma das maiores questões que envolvem o parque é a da privatização. Como que o Parque A está posicionado diante desta proposta de privatização?

O parque A não tá na, até o momento, na lista de, na verdade de concessão né. Concessão, não seria privatização. Olha particularmente eu vejo com bons olhos esta parceria público-privada. Eu falo como administrador. Eu sou muito curioso com os parques fora do Brasil e de outros estados. Tenho amigos de

Curitiba, eu sempre to: “como é o parque aí?” E Eles falam um pouco como que é o parque, enfim. Eu tenho amigos que moram fora do país, por exemplo, no Canadá, é::: eu tive experiência no outro parque que eu administrei, eu usei muita referência do Canadá pra montar o circuito de mountain Bike, pq lá é o berço né, então eu sempre tenho falado com esses amigos na Irlanda, também tenho pessoas que moram em NY, sobre parques. E sempre eles me falam que existe essa parceria público-privada ou consórcios né. O Canadá usa muito esse negócio de consórcio. E eles falam muito bem. Então eu baseio muito com essas informações e eu acredito que essa parceria sendo bem feita eu acho que vai trazer retorno bacana pro poder público. Mas aí eu também vejo que o poder público precisa dar as diretrizes né. Porque aí tem a questão ambiental, o que pode o que não pode, a gente como ambientalista, a gente se preocupa muito e às vezes a gente passa essa impressão de ser chato com o munícipe: “olha cuidado, não sobe na árvore, que você vai quebrar”, além de causar um ambiente também é um dano ambiental. Ah, o cachorro tem que tá na guia, porque pode atacar outro ou o munícipe. E::: Mas essa é a preocupação de preservar pro futuro o espaço que tá sendo utilizado, né.

O que você acha que dessa concessão, em algum momento, mesmo guardadas todas essas preocupações sobre a questão do meio ambiente e tudo o mais, qual é o seu olhar sobre a integração de públicos? Você está dizendo que haverá um outro público também, utilizando esses mesmos espaços. Como você vê hoje com os usuários que tem hoje, os usos públicos que se faz do parque, do que você está enxergando sobre o uso que se faz hoje? Como que pode ser com a concessão?

Olha, em relação ao público eu diria que não seria uma grande preocupação, isso até nosso conselho já levantou pontos em relação a isso. Porque eu vejo que o parque ele tem bastante coisa que pode ser explorada, nessa parceria público-privada o Parque A, isso pra você acolher, por exemplo, eu tô de um lado do parque do lado de duas comunidades e de duas comunidades muito carentes, da questão cultural, da questão de esporte, da questão de lazer. Talvez, aí vem o que eu falei anteriormente, essa parceria público-privada,

cada lugar tem a sua particularidade. Por exemplo, nós podemos explorar melhor a área de esportes dentro do parque, que é uma carência da região, e o parque tem pontos interessantes pra isso. E que pode ser feito. Não com a cobrança necessariamente, acho, por exemplo, atividades que a gente sempre ouve dentro do parque, do munícipe: “porque não tem um festival gastronômico?”, que é o *foodtruck*, que nessa parceria pode vir a acontecer né?! A gente tem ouvido alguns especialistas e a própria prefeitura, “nessa parceria não é o intuito de cobrar do munícipe a entrada”, não vai acontecer isso. Então é essa parceria público-privada que já acontece em outros lugares. De oferecer algo a mais pro munícipe.

Você acha que as concessões estão caminhando pra isso?

Olha, se eu falar pra você que tá, eu estaria mentindo porque eu não tenho acompanhado. Como os parques que eu cuido não tá, até o momento, direcionado pra eles, eu não tenho participado. Então eu prefiro não opinar porque eu não sei como tá o andamento, como tá o edital, vi o edital genericamente, mas eu não entrei a fundo. Mas eu acredito que a prefeitura, junto à Secretaria do verde tem se preocupado muito em alinhar esses pontos só pra não ter problemas.

O poder público está entendendo que tá buscando estas parcerias para oferecer algo melhor para o munícipe. Eu vou falar pelo nosso trabalho no parque, eu acho que o trabalho maior, e tendo condições de levar isso pro munícipe, muito de trazer também a responsabilidade pro munícipe. Porque às vezes ele vem pra área pública, ele acha que ele pode fazer tudo, que ele pode depredar. E a prefeitura tem feito muito sua parte, só que infelizmente, cada região tem as suas particularidades, a depredação ela é constante. Você arruma o banheiro, a tarde vai lá alguém quebra a descarga, rouba alguma coisa. Infelizmente! E esse trabalho contínuo de levar essa informação pras pessoas, pra que eles entendam que é um espaço que ele pode ser utilizado da melhor forma possível que é dele, né, e que o poder público tá pra fazer, mas que ele também tem que ajudar a zelar.

Entrevista com G2 – Administrador do parque B.

Gostaria que você falasse um pouco da sua atuação como gestor. Quais as atribuições do gestor aqui neste parque?

A atribuição aqui no parque B é de fiscalização, de monitoramento, porque a gente tem várias equipes aqui. A gente tem a equipe de vigilância, a gente faz toda questão do monitoramento patrimonial, a gente tem a equipe de manejo também. Como a gente tem uma área de conservação que é a maior de São Paulo, a gente faz o manejo, é::: Por que a gente tem muitos problemas de incêndio florestais, por exemplo, a gente tem que fazer limpeza, roçagem. Tanto na área de preservação quanto aqui na área de visitação.

Essa equipe de manejo é composta por quem exatamente?

É uma::: É terceirizado né. Isso é terceirizado. Como a equipe de vigilante, a equipe de manejo e a equipe de limpeza, são todas equipes terceirizadas e nós temos aqui também funcionários, que são da prefeitura, que eles são antigos, são os concursados no caso né! Então, e pra finalizar da equipe de limpeza, é a zeladoria de banheiro, que eles fazem limpeza de banheiro.

Fale sobre o Conselho Gestor.

No momento nós não temos Conselho Gestor. Não temos no Parque B Conselho Gestor porque não deu quorum pra iniciar a eleição pra votação. Infelizmente eu tô aqui desde 2017 né. 2017 nós abrimos pra... o edital pra ter Conselho gestor, só que não deu quorum por falta de pessoas interessadas em participar do Conselho gestor mesmo.

Você acha que se deve a quê?

Olha, por questão assim de divulgação não foi. Porque a gente divulgou basicamente dois meses.

Como é divulgado?

A divulgação, a gente deixa várias placas espalhadas, a gente deixa cartazes né. Esse ano inclusive a gente colocou uma faixa enorme na entrada do parque, né, falando sobre o Conselho. Só que infelizmente não teve pessoas

assim com interesse de falar “ah quero participar” né. Então não fechou, não deu quorum.

Neste sentido vocês identificam grupos que sempre utilizam, pessoas que sempre estão presentes, pessoas do entorno, pessoas que supostamente seriam candidatas ao Conselho Gestor, mas por algum motivo não..

Eu consigo identificar sim, pessoas que frequentam, porque, são várias na realidade. Pessoal que, que vem treinar corrida, pessoal que dá treino também né, então assim, eu sei que essas pessoas estão direto frequentando aqui. Eu inclusive até conversei com eles, falei: olha vai ter o Conselho gestor, a eleição do Conselho Gestor, e assim, mas a gente não teve um retorno. Então, assim, não sei te responder, porque é de cada um isso daí.

Porque é lei, não? Decreto?

É um decreto que tem, assim, mas não é obrigatório a ter né, até então não é obrigado a ter. É claro que é aberto para a sociedade civil/

É uma oportunidade para participação, mas se eles se negam, vocês também não têm como/

Isso! Não tem como a gente forçar isso daí né, porque é tudo, como posso dizer, é de interesse de cada um participar e ver como que ele pode ajudar, agregar, somar, para o parque né.

E isso também ocorre com as organizações? Porque parte deste Conselho são as Organizações, não é?

Isso.

E elas também não se interessaram?

Em 2017 teve uma senhora que eu conheci, que eu conversei muito com ela, inclusive tem uma ONG, onde tem ponto viciado de lixo, onde não pode se jogar lixo, ele retira, faz jardim, ela substitui. Então, eu até conversei com ela em 2017, o ano passado, ela teve interesse em 2017, só que infelizmente não deu quorum porque faltou se não me engano duas pessoas pra participar, o ano passado também conversei com ela, porque tenho contato direto com ela.

Ela disse: “olha G2, eu tô com muitas coisas pra fazer, eu não vou conseguir tempo pra dedicar nisso”. Então, não conseguimos também.

Não tendo Conselho Gestor aqui você tem outro canal de escuta ou de participação das pessoas?

É um canal direto mesmo assim. É direto, eu converso com as pessoas. Muitos munícipes, os usuários que frequentam aqui, eles querem saber por quê as vezes o parque “ah tá assim desse jeito” tal, então eu converso diretamente com elas. Então, como não tem o Conselho, mas as pessoas, todo mundo vem aqui conversar comigo, a gente vai tirar as dúvidas ou por exemplo: “ah G2, eu quero te ajudar com isso daqui, dá pra gente fazer?”. Tudo conversado, estando tudo alinhado, a gente consegue fazer sim.

Você comentou sobre algumas pessoas que vem aqui, por exemplo personal. É personal que vem aqui?

Eu acredito, eu acho que é mais personal no caso né, que daí, eu não sou da área de educação física né, mas sei que eles dão treino, fazem atividades aqui no parque sim.

Essas pessoas que têm grupos, que pode ser de esportes, ginástica ou qualquer outra prática de atividade física. Essas pessoas não procuram o parque pra estabelecer horários de prática de atividade em algum lugar com determinado grupo? Não tem essa procura?

Não, não tem.

E se vierem? Qual a abertura para isso?

Então, eu sei que no momento isso daí eles estão discutindo na Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Até participei de uma reunião que eles querem regulamentar, né?! Pra fazer esse uso assim mas, como posso dizer, “ah eu quero aquele local específico pra fazer isso”. Que até então o parque é de uso livre. Chegou, muitos utilizam basicamente aqui, que eu vejo, é a pista de caminhada e os aparelhos de abdominal que tem que daí o uso é livre, né.

Temos três campinhos. Todo uso aqui desde quiosque, por exemplo, dos campinhos, é assim, é por ordem de chegada, na realidade né. É assim, o uso é livre. Eu já joguei bola aqui de final de semana também, e assim é gostoso porque não tem briga, o pessoal é bem legal em relação a isso, eles são bem... como que fala assim, eles são bem democráticos na realização das atividades físicas assim. “Ah você não jogou agora? Tá, você tá de próximo na vez. Ah, você já jogou? Então aguarda o pessoal que não jogou ainda pra entra, pra jogar. Isso é legal”.

Aqui é assim, eu sei que às vezes tem::: eles mesmos organizam um campeonatinho, só que, como são muitas pessoas acaba: o time A contra o time B, depois o time C contra o time D, então isso é organizado. E eu nunca, desde que eu to aqui, eu nunca vi briga em relação a isso, graças a Deus nunca vi.

Você tem meta de atendimento de pessoas, você responde pelas pessoas usarem o parque, o fluxo de pessoas?

Sim, sempre o pessoal da Secretaria eles encaminham email pra ver como que tá, igual eu tava te falando né, quantas pessoas frequentam, quantos usuários durante a semana, “ah, e de final de semana, quantos mais ou menos usam a churrasqueira, ah, ou outros lugares frequentam aqui”, eu respondo sim.

Mas não há uma meta preestabelecida? Não há avaliação custoXbenefício?

No momento não.

Qual a população do entorno? Qual a jurisdição?

Você fala o perímetro do parque? Olha a área total do parque B são 950 hectares, no entorno aqui a gente tem o Bairro B1, os outros bairros aqui, que é o Bairro B2 mais pra frente, mas já não faz divisa com a gente. O Bairro B3, o Distrito, eu pesquisei, tem 230 mil pessoas, no Distrito B2 aqui. Então, se for o quantitativo de pessoas, eu sei que é isso.

Esse é o seu público potencial?

Não, aliás, não, a gente basicamente tem Cidade W, Cidade X, Cidade Y, Cidade Z, vem muita gente da cidade de fora frequentar aqui o parque.

Como ele tem potencial de passar fim de semana (+) até o pessoal um pouco mais do interior, eu já conversei com o pessoal pra visitar o parque, conhecer. Porque eles olham no site da secretaria, na internet né. “Ah o parque, nossa o maior de São Paulo, vamos conhecer né” Então assim, são diversas regiões assim/

Existe uma outra forma de comunicação com o público, mídia, jornal, da própria secretaria?

Tem sim, eu sei que tem sim, tem o facebook do parque. Eu não mexo no facebook do parque. É o pessoal da secretaria.

Assim, a gente vai fazer um evento aqui, como o ano passado a gente fez que a gente reativou o Jardim Medicinal aqui né. Que ele tava parado, aí a gente falou “vamos reativar”. Então, tem um Setor da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, que é o setor de Comunicação e de eventos, tudo que é de novo a gente passa pra eles, pra eles divulgarem no próprio site da Secretaria. Então esse é o modo assim de mídias sociais, querendo ou não, de divulgação, no caso.

Agora me fala um pouquinho, eu sei que tem um Programa com a Secretaria de Cultura.

Tem, aos finais de semana temos o Bosque da Leitura aqui. É de sábado e de domingo, eles atendem aqui, eles montam aqui atrás da administração todas essas cadeiras, essas, onde tem as bancas com esses livros aqui a gente mon... o pessoal que presta serviço pra Cultura, eles montam aqui e deixa aberto ao público.

E como é a utilização deste espaço?

Olha, de pessoas são muitas crianças que vem pra ler gibi, ler historinha, é basicamente assim (+) mais crianças, mas acho que ao todo são todas as

idades. Que tem o pessoal que quer ler um jornal, quer ler uma revista, que quer ler um livro...

Mas tem adesão?

Tem, tem, o pessoal participa bastante só ir lá.

Essa do Jardim Medicinal é iniciativa da Secretaria?

Na verdade é aqui do parque mesmo.

E quem administra esses espaços?

Nós aqui do parque, todos nós aqui do parque.

Porque este Jardim tem uma programação oferecida ao usuário?

Como te falei naquela hora, a gente quer ativar pra fazer as trilhas monitoradas e vai ser um dos espaços que a gente vai passar assim, porque é só pra passar o conhecimento,

Educação ambiental?

Justamente, porque a gente não tem condição ainda de conseguir fazer doação de mudas. Porque eu acho que isso é legal, você vem, você cultiva, você colhe, você leva e você utiliza na sua casa. Eu acho que isso é bacana. No momento a gente não tem como fazer isso. Mas a gente tá organizando pra passar o conhecimento. “Vamos fazer a trilha monitorada? Vamos passar aqui no Jardim medicinal? Vamos descobrir pra quê serve cada tipo de planta, pra que que ela pode ser usada...”

**Essa é uma autonomia que você tem, como em outros projetos também?
E sempre deve submeter à Secretaria?**

Sim, algumas coisas sim. Mas, por exemplo, essa do Jardim Medicinal não, eu tenho autonomia pra fazer, pra poder mexer. É claro, se a gente conseguir fazer as trilhas monitoradas aqui, eu vou querer que a Secretaria do Verde divulgue, quanto mais divulgar melhor, a gente tem mais pessoas pra visitar o espaços aqui.

Neste caminho, de definir uma programação pro parque, até de educação ambiental mesmo, como você vê as ações intersecretariais? É possível estabelecer iniciativas locais?

Eu acredito assim, como já tem o Bosque da Leitura, já é uma parceria mais antiga né?! Mas eu acredito que eu até possa, mas eu prefiro que a Secretaria do Verde e Meio Ambiente faça essa comunicação, essa interligação, pra eu tentar unir e falar “opa vamos fazer”.

Pra ser mais amplo, ou seja, pra todos os parques, não só pra esse?

Justamente!

Mas e as parcerias locais, como por exemplo as escolas?

Então, tem muitas escolas que nos procuram aqui, perguntam “ah pode andar?, pode fazer (pensativo), a gente quer fazer uma caminhada, a gente quer fazer um piquenique.” É igual eu falei: é aberto ao público na realidade. Mas de fazer o Parque B com outras escolas, no momento a gente não tem.

Nunca teve. Eu tô aqui há dois anos, pelo tempo que estou aqui nunca teve.

Mas como você enxerga isso? É uma perspectiva futura?

Justamente com as trilhas monitoradas, com a educação ambiental, pra você tirar assim, porque já fui professor! Então acredito assim, que tem que ter essa integração, porque o aluno precisa não só ficar ali, na sala de aula, ele precisa se desenvolver em área aberta, pra fazer por exemplo: eu sei que aqui o pessoal aqui tá voltando aquela, o costume que minha avó fazia que meu avô fazia que é de ter horta em casa. Hoje eu sei que muita gente mora em apartamento, as vezes não tem.. mas dá pra fazer. Então, com esse conhecimento que a gente passa, eu acho que vai mudando e vai moldando a cabeça da criança fala “ôpa , eu posso ter em casa, eu posso fazer uma hortinha aqui, opa eu posso ter uma plantinha aqui”. Eu acho que isso que é legal pra agregar , sabe?! Na minha visão tem que começar com as crianças, porque eles que vão, daqui a pouco estão no nosso lugar. Então se a gente

passar essa consciência pra eles de preservar, de poder plantar, eles vão passar automaticamente pras gerações futuras.

Vejo que quando a gente está sem atividade, a gente fica ocioso, e acho que a gente vai pro lado ruim sabe?! Então, você tendo uma atividade, alguma coisa que agrega, não só pra própria pessoa, mas pra várias pessoas. Eu acho que isso é importante. Mesmo, por exemplo, de fazer uma horta, de ter saber, cultivar, não pensando na produção em massa. Mas pra aprendizado, pra outra, olha..."hoje eu tenho a condição de comprar, mas se eu não tiver eu posso ir lá na hortinha comunitária e pegar um pouquinho, pra eu poder ficar tranquilo".

Frente às questões das concessões, o parque está cogitado e você participa dessa discussão?

Quem vê mais sobre isso é a SPNegócios e parte da Secretaria, não sei quais são as pessoas. Mas, teve esse interesse, né, eu conversei com algumas pessoas pra mostrar o parque na realidade né, pra mostrar o parque, o pessoal da SP Negócios veio aqui, viu o parque também. Mas, dessa parte se vai ter ou não, eu já não sei. Pelo que eu sei tá tudo parado, no momento né. Porque não seria só o parque B, seria o parque C também, se não me engano parque E, que é da Região B também, outros parques menores que iriam entrar também no grupo, no pacote. Mas até o momento não, depois, veio o pessoal visitar sim, pra conhecer na realidade, acredito assim pra ver se é viável ou não, né. Pra ver a viabilidade. Conversei, mostrei o parque pra essas pessoas, mas até o momento tá parado.

E qual sua visão/

Olha, (você é consultado sobre isso?), não, não, não, não, eu não tenho essa autonomia assim. A minha opinião na realidade, é assim, se é, for pra melhorar, se for pra você manter o parque em ordem, em dia, com a manutenção em dia, eu acho que seria por parte até viável, sabe?! Mas tem a situação assim, que eles passaram que eu sei, que eu sei disso, que eles me perguntaram muito: "Ah mais ai tem que pagar pra entrar no parque?" Não, o

uso do parque ainda seria gratuito, de uso público. O que você, por exemplo, o que você iria pagar por exemplo, se você vem com seu veículo, se estacionou, você pagaria estacionamento.

No parque não há os aparelhos para a terceira idade. É opção sua?

É por que assim, pelo que eu soube, todas essas academias assim são parcerias que a, ou a Prefeitura Regional faz ou a Secretaria faz, com empresas que acabam trazendo. No momento assim, eu não posso pedir esses aparelhos, sabe, diretamente pra Secretaria! A gente tem aparelho abdominal aqui, tem algumas barras de ferros. Isso daí a gente sempre tenta manter. Mas o pessoal sempre me pergunta sim e cobra. Vamos ver se agora a gente consegue viabilizar pelo menos pra trazer alguma coisa também. Mas eu sei que tem que ser, pelo que fazem, são parcerias entre empresas privadas, a prefeitura.

Qual sua relação com a prefeitura regional? A secretaria está representada lá?

Não, a sub, faz parte da regional da prefeitura mesmo e o parque é da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Muitas pessoas confundem isso na realidade. De achar que a gente é, tá agregado, junto ou subordinado à subprefeitura. Não, nós não estamos. A gente tá subordinado à Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Porque, às vezes até muitas reclamações, chegam até por parte, não que a Sub manda reclamação pra cá, o pessoal, os munícipes, eles vão reclamar lá.

Entrevista com G3 – Administrador de Parque

Me fale sobre quanto tempo está na gestão e quais as suas atribuições.

Estou na gestão há um ano e minhas atribuições é tudo relacionado às questões internas do parque, eventos, manutenção e planejamentos.

Essa entrevista tem o principal objetivo de falar sobre o Conselho Gestor, participação dos munícipes na gestão, então gostaria que me falasse sobre o Conselho Gestor atual do parque, quanto tempo eles estão e quais os critérios vocês definiram localmente, além de atender ao Decreto que o define.

Formado desde 2003, garantindo a participação popular no planejamento e fiscalização que ocorrem nos parques, também envolvem as comunidades próximas do parque, nas discussões das políticas públicas e socioambiental. Somos constituídos por treze membros, cinco representante sócio civil, três frequentadores do parque, um movimento social, um funcionário privado, um prefeitura regional, um Secretaria da Cultura e um presidente da bancada que seria o administrador.

Como acontece a eleição, especialmente a divulgação entre os usuários do parque? Como tem sido a procura e a participação das pessoas?

Acontecem reuniões todo segundo sábado mensal. A procura seria dos munícipes que residem próximo ao parque, através da administração.

Como acontecem as reuniões do Conselho Gestor, como é a dinâmica de sua atuação?

Reuniões todo segundo sábado mensal, dia-a-dia tranquilo, alguns são ambulantes do parque, comercializam produtos e outros frequentadores normal fazendo atividades.

Qual a estrutura de gestão, que está sob sua responsabilidade de gestor.

Somos na gestão Diretor, administrador, agentes de apoio, todos servidores e estagiários indicados pela Secretaria; diretor e administrador ambos com a mesma função na parte interna do parque.

Existe a Supervisão, como funciona? A estrutura deste parque é diferente dos demais? Pode esclarecer?

Quem nos dá um apoio é a Secretaria e Subregional de Bairro C. Com relação a eventos e manutenção o Parque C e D fazem parte do Depave G, por sermos os maiores parques de São Paulo e a estrutura é maior, mais funcionários etc.

Sobre a programação, as atividades e projetos, como ocorrem, como são definidas as ofertas?

Atividades ocorrem através da secretaria, mandam e-mail específico o projeto, sendo aprovado pela secretaria, está ok.

Você tem meta de atendimento de usuário, além de saber quantos usuários na semana e fim de semana? Você pode propor projetos?

Não temos metas, aproximadamente aos fim de semana entre 1.000 a 2.000 usuários e na semana reduz em 30 por cento.

Para que a Secretaria defina investimentos no Parque, existe uma análise de custo benefício?

Em relação a custoXbenefício aos usuários não temos, apenas uma marca atende com os aparelhos de ginástica, fazendo mensalmente a manutenção.

Além da quantidade de usuários, gostaria que falasse do perfil de público, tanto durante semana quanto final de semana, características de público.

Perfil de público frequentadores no parque cai de C, E. A maioria fazem parte de comunidades próximo ao parque.

As atividades que ocorrem são autogeridas? Existem grupos organizados de atividades físicas, esportivas ou qualquer outra? Para quais atividades os grupos são organizados?

As atividades ocorrem mais aos fins de semana, sendo grupos de saraus musicais, teatrais, grupos de ginástica, corridas, jogos de futebol e visitação ao museu e planetário do parque.

Quem desenvolve os projetos existentes hoje no parque? Há quanto tempo estes projetos acontecem no Parque? Quais ocorrem há pelo menos dois anos?

Tiveram alguns projetos na gestão passado, na minha gestão foi aprovado um espaço específico da Adidas, sendo a construção de um campo de futebol e pista de atletismo.

Existem ações, atividades ou projetos intersecretariais em todos os parques ou exclusivamente neste parque?

Existem sim ações em outros parques, lineares e fechados, envolvendo divulgação de produtos ou merchandising, a Secretaria setor comunicação tem que ser acionada.

Existe no ano anterior um planejamento para atividade e projetos no parque ou acontecem de acordo com a demanda? Ou outro critério? Quais?

Ações acontecem conforme demandas e critérios são baseados nas leis municipais.

Você tem estagiários? Qual atuação e formação? Você define quantidade, formação e atuação?

Temos duas estagiárias no parque, ambas cursam engenharia ambiental, estão no último ano, funções parte administrativa, contrato de dois anos e a contratação é feita através da secretaria do verde.

Quais os canais de escuta você tem? Por onde você recebe as solicitações, opiniões dos munícipes?

Canais de divulgação é feita na parte interna do parque, mural do museu e interior dos banheiros.

Como você avalia a participação ou colaboração dos munícipes na gestão do parque?

Quem participam e palpitam são mais os frequentadores das reuniões do conselho gestor e os próprios servidores.

Qual a perspectiva futura do parque, sobre a questão da concessão? Você acha que o uso público muda com a concessão?

Acredito futuramente que ocorrerão melhorias nos parques em geral, aprovações de mais projetos e mais verbas. Em relação às concessões, apenas está em

andamento o parque D juntos de mais 5 parques e em relação ao parque C, está fora de cogitação a privatização.

Entrevista com G4 – Administrador de Parque.

Gostaria que você falasse um pouco quanto tempo você está na gestão e quais as atribuições? E já esclarecer sobre estes dois cargos que existem, especialmente no Parque D, que são administrador e diretor.

Meu nome é G4, eu sou Engenheiro Agrônomo,é::: atuo no parque desde 2005, inicialmente como, é:::engenheiro agrônomo técnico, responsável pelo, pelo contrato de manutenção e manejo do Parque D. É::: e a partir de 2009 é, como Diretor da Divisão de Administração, Divisão Técnica de Administração do Parque D. A Divisão Técnica, esta divisão é conhecida como DEPAVE 6, é um dos DEPAVES, do Departamento de Parques e Áreas Verdes e ele tem, enfim, um cargo de diretoria e::: três coordenadores de projetos. Um desses coordenadores é o Administrador pras questões de uso público, pras questões de segurança, e:::, enfim, de uma maneira geral a equipe trabalha integrada. Como eu falei, na questão do manejo e manutenção da área verde, a integração dos equipamentos culturais que existem dentro do parque, as questões ligadas ao uso público, às questões ligadas à fiscalização dos contratos de comercialização de alimentos, quanto de vigilância, quando de de manejo e manutenção, e::: enfim, todas as questões ligadas também aos eventos do Parque D e::: basicamente são essas atribuições, tanto das diretorias quanto das equipes que trabalham é é no parque. Fica um responsável é, fiscalizando e enfim, emitindo as Ordens de serviço pra manutenção e manejo das áreas verdes, um responsável pela questão da da segurança e da vigilância e enfim, e nós na coordenação de todos esses trabalhos, tá?!

Sobre o conselho gestor, me fala um pouco sobre os munícipes que participam desse conselho.

O conselho gestor é composto por seis representantes dos frequentadores. E hoje nós temos o Frequentador 1, a Frequentadora 2 o Frequentador 3 e o Frequentador 4, que são representantes dos frequentadores, mas são representantes das cooperativas de ambulantes que trabalham dentro do parque. É, a Frequentadora 5, a primeira secretária, é uma arquiteta, e que é representante dos usuários e o

Frequentador 6, segundo secretário, também representante dos usuários, é: moradores do entorno. É, dois representantes das das ent/, da Sociedade civil. Um é o Representante 1 que representa a Organização 1, é, o Representante 2, que representa a Organização 2. Ah:::, enfim existe uma série de suplentes. Alguns deles são bastante ativos, estão presentes. A Frequentadora 7, principalmente e a Frequentadora 8 que também é representante dos frequentadores, embora suplentes estão presentes constantemente dentro do parque. É, nós temos aí é:: os representantes dos trabalhadores né, que no caso é um é da GCM, o Trabalhador 1, e os representantes do poder público: um representante da prefeitura regional D, um da GCM, um da Cultura, um da Secretaria Municipal de Esportes, um da Secretaria Municipal de Educação, um da Secretaria municipal de Saúde. A participação do poder público nas reuniões ela é bastante prejudicada, estão presentes com constante, principalmente a GCM, esporadicamente a prefeitura regional comparece e as outras secretarias é::, é::, também tem tem que ser falado também que a Secretaria Municipal de Saúde, que é através do CECCO (centro de Convivência e Cooperativa), tá sempre presente nas reuniões. As outras cultura, esporte, educação, é::, são ma::is menos frequentes.

Bom, é, também tenho que a coordenação do conselho gestor, é::: é:: tem a ver com o Diretor do Parque né, o administrador no caso ou diretor do parque, no caso que eu, que faço, represento a secretaria do verde e Meio Ambiente e também faço parte do processo de coordenação do conselho gestor.

Já tenho conhecimento do Decreto que rege o conselho gestor, mas eu gostaria que você falasse no Parque D, como acontece a eleição. E, especialmente a divulgação entre os usuários do parque.

Bom, a eleição dos conselheiros do Parque, é:: acontece pra os segmentos dos frequentadores da sociedade civil a cada dois anos e pros representantes do poder público são indicados através dos secretários das pastas que compõem é:: é::, enfim, o, o:: poder público no conselho gestor do parque D. Acontece a cada dois anos a divulgação, a::: as eleições são organizadas e, e realizadas através do departamento de políticas públicas da secretaria do verde e meio ambiente. A divulgação acontece através de cartazes e faixas que são colocadas é é, no

parque:: D e também através do site da secretaria do verde e meio ambiente ::: e o poder público então é solicitado através de ofício pelo secretário do verde e meio ambiente, a indicação das secretarias diversas que compõem o conselho gestor.

Ainda sobre o Conselho, como tem sido a procura para participar e como é a participação, mesmo que as pessoas não façam parte do Conselho Gestor?

As reuniões do conselho são públicas e abertas, as pessoas podem participar. Vem, efetivamente, é:: nós procuramos dar a palavra às pessoas né, num determinado tempo da reunião, normalmente após a: discussão das pautas e tal. Quando o assunto tem a ver com com, enfim, com as questões pertinentes ao parque, a reivindicação das pessoas que tão ali presentes, é:: não é muito grande a procura de outros frequentadores além daqueles que são os eleitos né. Mas, recentemente, no entanto, principalmente na questão da da:::: consulta pública sobre a questão da concessão do parque D, teve um grande acesso das pessoas, de uma maneira geral. E essa foi feita uma consulta pública, não não pelo conselho gestor mas pela secretaria do verde ou pelas secretarias envolvidas (inaudível) a secretaria da desestatização e a, e a secretaria do verde e meio ambiente, é pra essa discussão. Essa reunião foi bastante concorrida. Efetivamente o conselho gestor teve é:: lugar das discussões apresentando as reivindicações do conselho. Quando das eleições, é existe uma concorrência muito grande, uma votação muito grande do do, ou seja, não é massiva, mas é uma uma concorrência grande ai de de votantes.

Como acontecem as reuniões e como é a dinâmica de atuação? Qual a periodicidade, existem encontros, existe escala pra olhar e participar do parque? Explique um pouco sobre como é essa dinâmica.

Bom, as reuniões do conselho gestor aco acontecem men mensalmente, as reuniões ordinárias né, todo mês na segunda quarta-feira de cada mês acontecem as reuniões ordinárias. Quando das é:::: enfim das dos dos assuntos propostos, é:: em função de de de da importância ou da necessidade do aprofundamento é:: dos assuntos, as reuniões extraordinárias são marcadas. Naturalmente há casos Por exemplo, como da questão da concessão, como das questões enfim ligadas à ciclo faixa, são solicitadas então reuniões extraordinárias. Esse mês está marcado pro dia 31 uma reunião extraordinária, enfim, pra discutir o no/ o edital de concessão que foi

republicado efetivamente, é, recentemente. É:: normalmente no início da da das reuniões do conselho nos fazemos uma caminhada pelo parque, eu apresento o parque, (não audível) das questões que são colocadas aí. As reivindicações enfim são levadas e discutidas e propostas pautas. As pautas são propostas pelos conselheiros em função das questões que são vistas e o conselho julga pertinente, é::, pra enfim de de da discussão do assunto naquele mês. É existem alguns conselheiros que trabalham aqui no parque, ah::: naturalmente os ambulantes né e os outros que frequentam o parque e em função dessa frequência das questões é:: de frequentar ou também da mídia, eles vão colocando essas propostas de pauta e isso vai sendo discutido. Os encaminhamentos são feitos através, normalmente, através de ofícios né, então o conselho se manifesta, é propõe é, enfim, delibera sobre as questões a serem resolvidas no no no é:: as questões é:: problemas ou enfim ou sugestões ou esclarecimentos solicitados pelo conselho e através de ofícios o conselho gestor são, é::.. Encaminhadas então essas perguntas, solicitações de esclarecimentos, pedidos de apresentação de projetos, é:: aos, às às áreas competentes. E aí o, oo algum projeto que vai ser colocado, o conselho pede que seja apresentado em reunião é, enfim e, essa é mais ou menos a dinâmica de discussão, apresentação e aprovação dos projetos.

Além dessa divisão entre dois cargos, Diretor e Administrador, qual a estrutura que você tem hoje pra gerir o parque?

Bom, quando a gente de fala em gestão do parque D, eu tenho dois braços operacionais que são fundamentais e a integração de um deles também com a secretaria municipal de segurança urbana, a GCM no caso, são bastante importantes. Então os braços operacionais são as áreas de manejo e limpeza, é, e manutenção do parque, ou seja, um contrato, que enfim são colocados e alocados profissionais, aí cerca de::: 160::: aproximadamente funcionários, que trabalham aí na questão da limpeza, zeladoria de sanitários, man/ é:: manutenção e conservação das áreas verdes, e a manutenção de obras civis que acontecem dentro do parque. Então esse é um braço operacional muito importante na gestão é :: desse espaço, é::: de :: desse espaço do espaço do parque D. É:: por outro lado nos temos um contrato de vigilância é::: que atua 24 horas por dia com 40 vigilantes noturno e 82/3 vigilantes é postos diurnos e que atuam efetivamente na questão das portarias, nas

questões de observação do regulamento do parque D, ou das questões ligadas ao uso público, fundamentalmente orientação. Para os casos mais graves, é contamos também com o apoio da GCM, nas questões de furto, roubo, dos problemas mais sérios, que não tem grande grande ação, mas são importantes. Então esses braços operacionais são bastante importante. A outra, a outra equipe fundamental que trabalha então com integrado junto com a secretaria do verde e do meio ambiente, que o pessoal faz, o pessoal de eventos que faz todo trabalho de recepção dos eventos, orientação, enfim, é cronograma e planejamento. Eventos mais administração do parque também faz um processo de integração com todas as entidades culturais sediadas no parque, o auditório D, a oca, a bienal, é enfim, o planetário, museu afro, é também é feito por esses, por por por essa equipe de eventos a, integradas com as de da administração. Além disso, existem é, os estagiários estão presentes fazem (não audível) e uma integração com a secretaria na questão de projetos é, ligados principalmente ao departamento de projetos que é depave 1 fundamentalmente, e uma ligação é constante é:: junto ao, à administração superior da Sede, né o gabinete da secretaria do verde e do meio ambiente.

Entre a Secretaria do Verde e Meio Ambiente e o Parque vocês têm uma Supervisão Regional? Como funciona isso? Eu sei que existe um Depave específico né, para Parque C e D. Porque existe esta supervisão regional ou este Depave específico? São coisa distintas? E como eles atuam?

Então, a secretaria do verde e meio ambiente, atualmente, possivelmente deve haver uma mudança, é, que vai ser publicada agora no início do ano, mas atualmente o a secretaria do verde e meio ambiente é compostos de alguns departamentos. O Depave, que é o Departamento de parques e áreas verdes, chamado depave gabinete, é o depave que congrega 8 Divisões, também chamadas Depaves né: 8 Depaves ligadas ao Depave G, que é o Depave gabinete. O Parque D é um Depave específico, é uma Divisão técnica de administração do parque D conhecido como Depave 6. O Depave 7 é a mesma Divisão, é:: ou seja o mesmo nome né de Divisão Técnica de Administração do parque do do do do parque C, é o depave 7. Os outros 6 depaves são, depave 1, que é o departamento de projetos, o Depave 2 que é o departamento é, responsável pelos viveiros né e pela arborização

da cidade, produção de mudas. O depave 3 é o departamento que cuida da fauna, de todo município de São Paulo. O Depave 4 é a parte de licenciamento nas questões ligadas aí à supressão e de das áreas verdes, por exemplo autorização pra corte , poda, tudo passa por esse Depave. É obras, enfim... O depave 6 somos nós , o depave 7 Parque C e o Depave 8 é o departamento de Unidade/ de Divisão, desculpa, de Unidades de Conservação. Então todos esses são Divisões né, se eu falei departamento, corrija, por favor! O Departamento é o de Parques e Áreas Verdes. A supervisão é feita pelo Depave, quer dizer as questões são discutidas a nível de Depave por diretoria e assim são encaminhadas as questões técnicas e administrativas.

É::: como/ sobre a programação do parque agora, que são coisas que impactam diretamente na participação das pessoas né?! Como ocorrem as programações, em todas as atividades? Lembrando que a minha pesquisa é específica da atividade física de lazer, tá?! Então, quais são as programações que existem no Parque? Existem projetos nos últimos dois anos desenvolvidos no parque? Como é definida essa oferta? Quem define a programação e como são desenvolvidas?

Bom, a programação do parque ocorre é::: eu diria de uma maneira quase espontânea né, evidentemente que a gente é um espaço de excelência em termos de relações das questões é::: culturais, nós temos a bienal, que tem a sua::: definição de eventos, estão ligados à::: enfim ao evento X, que acontece a cada dois anos /.../ o evento Y, também da mesma forma, e uma série de eventos que acontecem dentro do espaço A, que tá ligado efetivamente à sobrevivência e a e a e a do evento X e enfim e à manutenção dos custos daquele espaço. E aí são eventos culturais que acontecem exposições, feiras, muitas vezes é::: *evento Z* e outros eventos que acontecem dentro do parque que é uma, uma programação definida por eles, evidentemente, a proposta vem e da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, o parque né, o departamento de eventos e nós da administração, discutimos então com as equipes todas estes eventos, que são eventos grandes e que impactam o parque e que impactam muitas vezes o entorno em função de acesso de veículos uma série de questões são discutidas com isso. Os outros, as outras entidades também, com todos eles são discutidas a programação de eventos mensal, às vezes

com antecedência de meses, pra todos os as s situações estão colocadas no parques, todas as instituições que estão colocadas no parque, então, o espaço B, o espaço C, é é o espaço D, o espaço E, o espaço F, o espaço G, então o espaço H, em função das propostas dessa situação os eventos são todos então discutidos na coordenação de eventos do parque D, juntamente com toda as entidades envolvidas, inclusive CET, estas questões todas, pra enfim a gestão desses eventos que acontecem dentro do parque. Evidentemente existem alguns eventos que vem a nós, (inaudível) como exposições são feitas ao ar livre e e pequenos eventos que acontecem na ponte de ferro, eventos de saúde, eventos esportivos, enfim, é:: todas essas questões são discutidas junto com a coordenação de eventos. Na maioria os eventos são propostos externamente né, as pessoas vêm e propõe o evento, e têm que estar dentro das regras do parque D, em termos das regras de eventos. São eventos culturais gratuitos, sem divulgação de marca, que é proibido merchandising, enfim existe uma série de regras, ligadas às à coordenação de eventos. Depois se você tiver interesse, eu peço pra coordenação de eventos coloque as regras de eventos do parque D.

Você tem meta de atendimento de usuário no parque? E::: no ano anterior vocês realizam planejamento de metas de atendimento? É::: e quando a secretaria determina os investimentos no parque ou a sua busca para investimentos no parque, isso depende, é precedido de uma análise custoXbenefício?

Bom, é::: o parque D tem uma uma uma frequência anual média, é a gente acho que já tá batendo por volta um milhão e duzentos e cinquenta mil, um milhão e trezentas mil pessoas mês. Nossos dados estatisticamente comprovados são antigos, da ordem de um milhão e cem mil pessoas no mês. É::: enfim a meta nossa é (sorrindo) atingir da melhor man/ é manter o parque limpo, organizado, seguro e oferecendo todas as atividades ai de uso público que é procurado, de maneira a recebe-los de segunda a s/ de domingo a a sexta-feira das cinco da manhã às 24 horas e do sábado pro domingo 24 horas recebendo o pessoal no parque. Na verdade a meta é de recepção do usuário é essa efetivamente, não tem nada muito específico. É, quanto às questões dos investimentos, na verdade a gente tem um contingenciamento de recursos bastante grande, os investimentos principais que são

feitos é, por exemplo, no ano passado se mediu nos contratos que nós temos aí de ambulância, segurança, vigilância, da ordem de 17 milhões de reais em 2018. Então esse é um volume de recursos considerável que chega e que fazem parte enfim dos investimentos é de mão-de-obra e de manutenção da área. As outras, os outros investimentos maiores, hoje tão por conta da questão de manutenção fundamentalmente e são utilizados recursos que às vezes é:::, nem todos né, porque são eventos, são eventos é que tem preço público, mas nem todos, todo volume de recursos é:::, enfim, levantados no parque D são aplicados aqui em função do contingenciamento de recursos das outras áreas e dos outros parques. É, normalmente as obras mais importantes é, de de de de monta maior, às vezes tão ligados a termo de cooperações é, é, com outras entidades privadas, principalmente, e os investimentos são feitos em função das necessidades que surgem muito mais de resoluções emergenciais nos últimos tempos, em função toda essa questão econômica e o contingenciamento de recursos, porque a prefeitura está passando nos últimos anos. É, alguns investimentos são feitos por exemplo de substituições de alguns brinquedos que são colocados, mas todos mais ou menos na área de é::: manutenção. Alguns termos de cooperações é têm sido bastante interessantes, foram bastante interessantes no ano passado, naturalmente a reforma da pista de, da quadra de de de futebol, com a construção de um campo de grama sintética, pintura das quadras, enfim, só Termos de Cooperações que foram estabelecidos ao longo do ano de 2017 e parte de 2018 pra enfim, é é é é pras questões tanto de esporte, quanto de manutenção e dede do parque como um todo.

Você como administrador, pode propor novos projetos? Quem pode propor projetos no parque? E fale um pouco sobre as características de público, tanto durante a semana quanto final de semana.

Bom, o parque D é tombado nas três esferas né, tanto federal municipal é:: e, estadual, federal é o Condephat, desculpa, Federal é o é o Iphan, o estadual é o Condephat e o municipal é o Conpresp. Na verdade pelo fato de ser um parque, ser um parque tombado nas três esferas efetivamente os projetos tem que passar necessariamente pelos órgãos de proteção do patrimônio e os projetos normalmente de é::: manutenção e de construção de alguma coisa dentro do parque, normalmente são tocados pelo departamento de projetos da secretaria do verde e

meio ambiente. Como diretor da Divisão nós temos né, enfim, procurado é::: propor e receber de braços abertos os projetos que estão ligados a a arte fundamentalmente, ou seja, algumas realizações de algumas exposições que a gente procura fazer no parque, no sentido de que a arte saia um pouco pra fora, da, pra área externa né. São questões que normalmente a gente propormos e procuramos buscar. É:::o ideal é que a gente esteja efetivamente trabalhando projetos que que possam tá trabalhando com educação ambiental, mas são projetos que também tão ligados à UMAPAZ. Então é um processo de integração entre os órgãos da secretaria e e enfim os órgãos de de patrimônio, as autorizações, é pra enfim ai esses projetos que são aí colocados. Então pra vc ter uma ideia, dando um exemplo, pra ficar mais claro, é:::, por exemplo a reforma dos banheiros é uma questão fundamental, então foi um projeto realizado. Pra poder ser feito este projeto teria que ser comunicado, era uma manutenção na verdade, mas teve que passar por todos os órgãos de tombamento, pelo departamento de projetos, os recursos vieram no termo de cooperação, então são questões que envolvem é uma uma grande quantidade de órgãos, e exige um trabalho integrado, tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista de atendimento à legislação. Em função desses elementos nem sempre os projetos podem ser é é facilmente propostos né, eles tem que ser analisados, buscados e colocados. Do ponto de vista da população que nós recebemos, a gente vê visivelmente que o parque assume feições diferentes em função dos dos da população presente. Então durante a semana a gente vai ver uma grande concentração aí nas primeiras horas da manhã de pessoas de corredores de, enfim, de usuários que moram próximo do entorno, o mesmo acontecendo no final da tarde. Durante o dia é mais tranquilo, também são moradores mais próximos, de pessoas que têm o acesso mais próximo. No domingo, no final de semana sábado e domingo essa população muda efetivamente porque vêm aquelas, s as pessoas de outras regiões, como o parque é metropolitano, vem de outras regiões de outras regiões da cidade, então é:: um parque bastante democrático né , e ele recebe enfim todas as classes, todas as raças, todas as as cores e enfim, tão presentes e vêm ao parque. No domingo nós podemos ter cem mil pessoas, 110 mil pessoas em apenas um dia, o que realmente é uma cidade

média dentro do parque D e confere uma diversidade enorme de pessoas e de situações de classes, de gostos e de juventude enfim...

As atividades que ocorrem no parque são na maioria autogeridas? Existem grupos organizados que ocupam o parque? Se existem esses grupos, para quais atividades?

Bom, quando a gente considera as atividades de lazer e cultura fundamentalmente eles são autogeridos, ou seja, autogeridos, por exemplo, pelo espaço A, pelo espaço B, elas são autogeridas, são propostas efetivamente e existe uma coordenação dessas atividades e integração, enfim, pra evitar problemas de colisão de de de público, de de eventos acontecendo ao mesmo tempo e de é é é é prejuízos para os eventos em função da do acontecimento, de acontecer no no e, ao mesmo tempo, né. As questões por exemplo, ligadas aos esportes, por exemplo, elas são autogeridas, eu não, eu não, procuro não, nós não procuramos não interferir, no uso por exemplo das quadras ou uso por exemplo é é dos espaços pra corrida. Existem alguns problemas que precisam ser sanados efetivamente que em função disso, com a grande proliferação da atividade outdoor né, aqueles exercícios que são feitos é ao ar livre, a gente tem uma grande quantidade de educadores físicos que vêm pro parque e fazem as suas atividades. E alguns problemas, por exemplo, de falta de educação de alguns educadores físicos (risos) que enfim, acabou levando as pessoas a correrem no sentido inverso na pista de cooper por exemplo, ao invés de seguir a numeração é crescente da quilometragem eles fazem o o ao contrário. Isso leva à colisão com as pessoas de idade (+) isso é um problema que tivemos, que a gente tem que muitas vezes sanar. Muitas vezes os educadores físicos não respeitam os espaços, não são parcimoniosos, então, existem uma regras que a gente procura, é é , enfim orientá-los neste sentido. Algumas, associação, por exemplo, de corredores de de de corredores é um grupo organizado que a gente tem um diálogo que possa ser colocado, que possa ser, PODE na verdade a ajudar-nos a disciplinar eles, que têm um comportamento cidadão bastante interessante. Os outros é são questões que a gente tem que solucionar ai com vigilância são questões todas, então, as quadras, por exemplo, as pessoas se organizam. Então Eles vêm de manhã, fazem o seu jogo e vão se se se intercalando pra uso do espaço nas diversas horas do dia. Então são questões é autogeridas. Quando se

trata de eventos efetivamente é::: todos eles são coordenador por nós. Então alguém propõe o evento tem que saber o que pode o que não pode, fora isso as áreas são livres aí pra o uso, piquenique, uma série de atividades que são colocadas. Mas no contexto geral, é::: os campos, eu diria, campo de força né, quando você junta umas pessoas trabalhando elas criam um campo né?! Eles procuram se organizar e isso é feito de uma maneira livre sem grandes interferências e::: os problemas enfim são corrigidos e dirimidos e os conflitos são é, quando acontecem, são enfim geridos por nós aqui na administração.

Na minha caminhada durante o parque eu vi um projeto de esportes. Perto do pavilhão umas casinhas sobre um projeto de esportes no parque. Gostaria que você falasse um pouco deste projeto e se existem outros projetos intersecretariais. Quem define estes projetos? Você faz uma busca local/regional ou os projetos intersecretariais ocorrem a partir da Secretaria mesmo?

Bom, os projetos intersecretariais normalmente acontecem a partir da secretaria que propõe o::: projeto, por exemplo, a secretaria de esportes, ahhh tem um grupo de pessoas que correm aqui chama o Corra com a Guarda, é::: nós tínhamos aí o Saúde no Esporte, é::: que era o esporte no parque que acontecia junto com a secretaria municipal de saúde, secretaria de esportes e :: a secretaria do verde e meio ambiente, que era colocado ali em frente ao espaço E e que hoje está desativado lamentavelmente, era um projeto que trabalhava as pessoas, é::: do ponto de vista de de de nutrição, do ponto de vista de esporte, do cuidado, do alongamento, era um processo bastante importante. Mas normalmente os esportes vêm da secretaria como solicitação e nós entramos então com apoio, com a ajuda, com fornecimento da infraestrutura, é, entendida como espaço propriamente dito do parque, mas todas as outras questões vem, a infraestrutura para realização do evento, vem através da secretarias, Então, por exemplo, houve um campeonato aqui, na verdade um, um campeonato com um pessoal amputado, que foi promovido pela secretaria é é da pessoa com deficiência né. É existem outros projetos ligados à secretaria municipal de esportes, outros ligados à secretaria da saúde. Normalmente esses projetos são propostos pelas próprias secretarias, junto a secretaria do verde e Meio ambiente, junto a nós e a partir das nossas é::

competências, possibilidades e estrutura nós nos integramos pra , enfim, propiciar um um um bom evento integrado é::: da maneira possível.

Você tem estagiários no parque? Quais as formações e como eles atuam no Parque? É você que define essa atuação, a formação e quantidade de estagiários?

Bom nós temos estagiários, atualmente nós temos uma estudante de arquitetura, que é uma uma solicitação nossa aqui, que é bastante importante, por sinal bastante importante em termos é::: de plantas, de pequenos projetos, de orientação, de paisagismos, é bastante importante então essa vigilân/ essa estagiária ela cumpre uma jornada de quatro dias no parque e uma jornada no departamento de projeto e é um profissional bastante, é uma formação bastante importante pra nós aqui. Temos uma outra moça que é engenheira agrônoma também, que é bastante importante nas questões ai ligadas a manejo e a manutenção da área verde. Outro perfil que costuma vir e que enfim, é definido pelo departamento de estágios, é encaminhando pelo departamento de estágios, é o profissional de de Gestão ambiental, mas preliminarmente hoje são ou engenharia ambiental ou gestão ambiental ou engenheiros agrônomos ou arquitetos, que trabalham dentro desse, do nosso quadro de estagiários. Um outro profissional que eu acho que é bastante interessante, que eu gostei de ter aqui, mas é um tanto quanto difícil de conseguir recrutá-los, que é o profissional ligado à área de turismo. Esse é um profissional com uma formação bem ampla e, é bastante interessante de ser é:::, bastante interessante que ele possa tá fazendo um trabalho considerando, por exemplo, a ampla diversidade de assuntos e e de questões ligadas a um parque metropolitano como o parque D.

Ainda sobre os canais de participação da população. Quais são os canais de escuta, que você tem da população?

Eu acho que os canais de escuta que nós temos aqui são bastante limitados. Nós temos ai uma ficha que normalmente o pessoal traz como reclamação e sugestão, que nós recebemos a partir daqui da administração e vamos respondendo em função é, de cada uma delas. Nós temos um email que recebe e-mails sobre a questão do parque D. É::: então que tá efetivamente ligado. É o site, uma das

questões que eu acho que falta, que é problemático no parque é estratégias de comunicação do ponto de vista digitais, é::: facebook, outras mídias que não são utilizadas, e o que nos prejudica efetivamente, porque existem algumas mídias que são utilizadas no parque e que se dizem responsáveis pela conservação, mas que na realidade não fazem nada e na maioria das vezes criam problemas de comunicação é/ Hoje já mais nem tanto, mas às vezes criam problema de comunicação, porque fica considerado um parque é:::: que o parque D estaria ligado à ONGS do tipo, e, na realidade não está. E, Enfim, são questões que tem a ver fundamentalmente com uma estratégia ruim de comunicação é:::: nossa eu acho, fundamentalmente eu acho que a gente tem que melhorar e muito essa questão dos canais de comunicação com a população. Dentro daquilo que nos chegam aqui de uma maneira escrita, ou por email, ou por telefone, nós procuramos atendê-los da melhor maneira possível.

Como você avalia a participação ou a colaboração dos munícipes na gestão do parque?

Bom quanto à pergunta da participação do munícipe na gestão do parque D é:::: ela existe, embora eu acho que ela é de uma maneira tímida, e as nossas ações é:: muitas vezes acontecem em função é, de observações do munícipe, o que é importante, porque, muitas vezes nós não temos o olhar pra 1.584.000m² e, sob nossa condição, 1.100.000m² e muitas vezes o munícipe traz questões que é nos ajudam a resolver problemas. Por outro lado trazem questões que é:: não são problemas ou questões, ou problemas maiores do que as sugestões que são colocadas. Então são, a questão é:::como resolver ou como melhorar a participação dos munícipes na gestão é, do parque D. Ela existe, mas existe de uma maneira passiva em função dos problemas que eles trazem, não existe nada mais ativo e integrado. É, o canal seria o conselho gestor do parque D.

E, por fim, você pode fazer outras observações que julgar necessário. Gostaria que falasse de um assunto que é bastante::: que é bastante ressaltado hoje e que vocês estão em pleno processo. Como é o maior parque da Região, eu queria que falasse um pouco da perspectiva futura do parque. Uma questão que envolve muito especialmente esse parque é a concessão. A partir do teu

conhecimento como o parque está posicionado? Você vem participando desse diálogo? Você acha que com a concessão a frequência de público muda? Como o uso público pode mudar com a concessão?

Do ponto de vista da concessão eu tenho participado sim no sentido de enfim, das informações, das questões, de como é que isso tudo, como é que esse complexo todo, é::: enfim, funciona, e essas questões têm sido bastante observadas e e, na verdade, ouvidas pela equipe que está gerindo e construindo o o o o o o edital de concessão. Eu faço parte da comissão de licitação também nesse processo de concessão. Acho é::: que o parque não deve sofrer grandes mudanças nas questões do do do da frequência das pessoas, primeiro porque o parque é um direito é::: do cidadão né, o direito à cidade, o parque é é é da cidadã, é do munícipe, então é::: não existe possibilidade de de de enfim, de cobrança de ingresso, essas questões todas estão completamente fora de questão. Por outro lado eu acho que existe possibilidades de investimentos maiores a serem feitos no parque, investimentos, por exemplo, é::: na melhoria das questões dos serviços de alimentação, na melhoria de algumas infraestruturas do parque /.../, na melhoria de (inaudível), enfim, é::: na melhoria de de de manutenções e que são questões que estão é::: ligadas e que nós temos dificuldades em função do contingenciamento de recursos, acho que existem outras possibilidades que se achegam em termos é::: da gestão através da concessão. Então a gente concede é::: na verdade a gestão do parque D, mas o parque D continua sendo da prefeitura, continua sendo da cidade de uma maneira geral. A esperança é que a gente realmente, tenha, venha de encontro é::: enfim, uma melhoria das condições de gestão manutenção, uso público, oferecendo melhores serviços, é::: com a possibilidade de maior aplicação de recursos, é::: no parque. Mas são mantidas efetivamente todas as funções deles, e nenhuma mudança, é, na frequência ou (2'') ou nas atividades do munícipe no parque está prevista. A não ser a melhoria de serviços e::: (não audível) evidentemente que algumas questões, hoje por exemplo o estacionamento, o estacionamento hoje é cobrado, só que esses recursos não vêm pro parque, eles ficam na CET no fundo né. Então esses recursos passariam a, deixariam de ser, é, deixarão de ser os recursos de manutenção e gestão do parque deixarão de ser, deixarão de ser é é vindos do Tesouro e passarão a vir da da da da concessão da

gestão. Evidentemente que a gente tem que observar é::: e fiscalizar e também ter um instrumento de gestão é da própria prefeitura em relação a questão de como tá sendo é é é gerido o parque D sob ponto de vista dessa concessão. Como eu já falei anteriormente o parque é tombado nas três esferas então existe uma série de disciplinas e de questões que têm que ser observadas. Então é::: não vejo GRANDES possibilidades de de de mudanças que possam trazer problemas pro parque. Acho que não! A esperança é de que a gente tenha realmente é é é uma melhoria nos serviços de uso público, de segurança, de manutenção, e de manutenção das situações do parque como um todo.

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA USUÁRIOS DE PARQUES URBANOS PÚBLICOS

QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA DE CAMPO NOS PARQUES PÚBLICOS URBANOS DA CIDADE DE SÃO PAULO PARA A DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTITULADA “ATIVIDADE FÍSICA E LAZER NA CIDADE SÃO PAULO: UM ENFOQUE SOBRE OS PARQUES URBANOS PÚBLICOS”.

1) Qual sua idade?_____

2) Sexo: ☐ masculino ☐ feminino

3) Qual a última série (ano) que o(a) sr(a) completou na escola

4) Quanto tempo (anos) o(a) sr(a) frequenta parques urbanos da cidade de São Paulo?

5) Qual sua frequência ao parque?

☐ **Diariamente**

☐ **Somente aos finais de semana**

☐ **Somente quando há evento**

☐ **Uma vez por semana**

☐ **Duas vezes por semana**

☐ **Três vezes por semana**

☐ **Quatro vezes por semana**

☐ **Cinco vezes por semana**

☐ **Seis vezes por semana**

6) Ao longo da sua vida quais foram os principais estímulos que te influenciaram a usar o parque para atividade física de lazer?

- ☐ **Pessoas/ amigos/ familiares**
- ☐ **Escola**
- ☐ **Empresa**
- ☐ **Parque/oferta/divulgação de atividades**
- ☐ **Indicação médica**
- ☐ **Outro:_____**

7) Quais as principais atividades que você realiza/frequenta no parque?

- ☐ **Corrida/caminhada/ginástica/dança**
- ☐ **Música/shows/eventos**
- ☐ **Roda de amigos/atividades sociais**
- ☐ **Relaxamento/devaneio/descanso**
- ☐ **Leitura/exposição/jogos de tabuleiro**
- ☐ **Outra:_____**

8) O(A) sr (a) realiza atividade física no parque, quantos dias por semana?

- ☐ **nenhum**
- ☐ **1**
- ☐ **2**
- ☐ **3**
- ☐ **4**
- ☐ **5**
- ☐ **6**
- ☐ **7 (todos os dias)**

9) Suas atividades físicas de lazer no parque são:

- ☐ Autogeridas
- ☐ Professor/assessoria/personal trainner/academia
- ☐ Oferecidas pelo Parque
- ☐ Outro: _____

10) O(A) sr(a) recebe informações sobre as atividades, projetos ou programas oferecidos (as) pelo (s) parque (s) da cidade de São Paulo?

- ☐ não
- ☐ sim
- ☐ não sabe
- ☐ não quis informar

11) O (A) Sr.(a) já participou alguma vez de atividades físicas de lazer promovidas pelo *parque*?

- ☐ não
- ☐ sim
- ☐ não sabe
- ☐ não quis informar

12) Como você soube das atividades?

- ☐ Televisão
- ☐ Rádio
- ☐ Jornal
- ☐ Folder
- ☐ Banner/mural no parque
- ☐ Por ter visto alguém fazendo
- ☐ Amigos/familiar
- ☐ Outros _____
- ☐ não sabe
- ☐ não quis informar

13) Qual a distância entre o parque e sua casa?

- ☐ até 500 metros

☐ De 501 a 1000 metros

☐ Mais de 1000 metros

14) O parque é um lugar adequado para a prática de atividades físicas de lazer?

☐ não

☐ sim

15) Hoje o parque é seu principal local para a prática de atividade física de lazer?

☐ não

☐ sim

16) Já foi convidado a opinar ou participar do conselho gestor do parque?

☐ Sim e já participei

☐ Sim, mas não participei

☐ Não, nunca ouvi falar

☐ Não e não me interessa/tenho tempo

☐ Não, mas gostaria de participar

17) Gostaria de deixar alguma observação sobre parques públicos urbanos da cidade de São Paulo?

ANEXO A – LEI Nº 15.910 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2013. DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CONSELHOS GESTORES DOS PARQUES MUNICIPAIS

1/6

LEI Nº 15.910, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CONSELHOS GESTORES DOS PARQUES MUNICIPAIS.

(Projeto de Lei nº 78/2012, dos Vereadores Carlos Neder - PT e Nabil Bonduki - PT)

NADIA CAMPEÃO, Vice-Prefeita, em exercício no cargo de Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 30 de outubro de 2013, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito de cada parque municipal, independente da modalidade de gestão e gerência a que esteja submetido, Conselho Gestor, para participar do planejamento, gestão, avaliação e controle da execução das atividades do parque e da política de meio ambiente e sustentabilidade em sua área de abrangência, respeitadas as competências da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.

§ 1º Para os efeitos desta lei, incluem-se entre os parques municipais os parques lineares existentes, excetuando-se os parques naturais e as áreas de proteção ambiental, que contam com regulamentação específica.

~~§ 2º Os Conselhos Gestores dos Parques Municipais terão caráter permanente e funções deliberativas, consultivas, normativas ou fiscalizadoras, de acordo com o rol de suas competências definido nos termos do art. 10 desta lei.~~

§ 2º Os Conselhos Gestores dos Parques Municipais terão caráter permanente e exercerão as competências previstas no art. 10 desta lei. (Redação dada pela Lei nº 16.899/2018)

Art. 2º Os Conselhos Gestores instituídos por esta lei atuarão em consonância e de modo articulado com o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES e os Conselhos Regionais de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz, observadas as diretrizes da política municipal de meio ambiente.

Art. 3º Os Conselhos Gestores dos Parques Municipais terão composição tripartite e paritária, com 50% (cinquenta por cento) de representantes da sociedade civil.

Art. 4º Os Conselhos Gestores dos Parques Municipais serão constituídos, em cada parque municipal, por, no mínimo, 8 (oito) membros titulares e respectivos suplentes, assim distribuídos:

I - 4 (quatro) representantes da sociedade civil, sendo:

- a) 3 (três) representantes dos frequentadores do parque, eleitos entre seus pares;
- b) 1 (um) representante de movimentos, instituições ou entidades sociais, escolhido em plenária da sociedade civil organizada, cuja atuação corresponda aos distritos de

abrangência do parque;

II - 1 (um) representante dos trabalhadores do respectivo parque municipal, de órgãos públicos ou de empresas privadas que nele prestam serviços, independentemente da modalidade de seu vínculo contratual de trabalho, eleito entre seus pares e que não faça parte da direção do parque;

III - 3 (três) representantes do Poder Executivo, sendo:

- a) o Administrador ou Diretor do parque, representante da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e coordenador do Conselho Gestor do respectivo parque municipal;
- b) 1 (um) indicado pela Subprefeitura correspondente à área de abrangência do parque;
- c) 1 (um) indicado por outra Secretaria Municipal, na área da educação, cultura, esportes, lazer e recreação, saúde ou de segurança urbana.

§ 1º Sem prejuízo da participação do representante do Poder Executivo referido no inciso III, alínea "c", do "caput" deste artigo, nos parques municipais tombados pelo Patrimônio Histórico, a Secretaria Municipal de Cultura poderá indicar 1 (um) representante do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo para o Conselho Gestor do parque.

§ 2º Não sendo possível atender ao disposto no inciso III, alíneas "b" e "c" do "caput" deste artigo, poderão participar, a critério do Poder Executivo, representantes de outras Secretarias e órgãos públicos municipais interessados.

§ 3º Conforme as características e complexidade da administração de cada parque, fica facultada a ampliação da representação dos membros de seu Conselho Gestor, a critério do Poder Executivo.

§ 4º Nos Conselhos Gestores dos Parques Municipais em que haja aumento da representação do Poder Executivo, por qualquer uma das hipóteses previstas nos

§§ 1º e 3º deste artigo deverá ser ampliada, em igual número, a representação da sociedade civil escolhida na forma do inciso I, alíneas "a" e "b", deste artigo, de modo a manter-se a paridade entre a representação da sociedade civil com relação aos demais segmentos.

Art. 5º A escolha dos membros do Conselho Gestor dar-se-á com plena autonomia e ampla divulgação no conjunto de cada um dos segmentos, na forma a ser disciplinada em Regimento Eleitoral instituído mediante portaria do Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente.

§ 1º A Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente garantirá o apoio necessário, incluindo pessoal, material e recursos financeiros, para a eleição dos membros dos Conselhos Gestores de que trata esta lei.

§ 2º O mandato dos integrantes do Conselho Gestor será de 2 (dois) anos, contados do dia da sessão em que se der a posse, e limitados a dois mandatos consecutivos, exceto para

os representantes do Poder Executivo.

§ 3º A eleição dos membros dos Conselhos Gestores dos Parques Municipais ocorrerá, preferencialmente, nos anos ímpares, de modo a não coincidir com as eleições majoritárias e proporcionais realizadas no país.

Art. 6º As funções dos membros dos Conselhos Gestores dos Parques Municipais não serão remuneradas, sendo suas atividades consideradas de relevante interesse público.

Parágrafo Único - Os membros dos Conselhos Gestores não poderão utilizar sua função para obter privilégios para si ou para terceiros.

Art. 7º As reuniões ordinárias do Conselho Gestor serão mensais, podendo ser convocadas extraordinariamente por solicitação do Coordenador do Conselho ou por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seus membros, na forma a ser disciplinada em Regimento Interno.

§ 1º As reuniões dos Conselhos Gestores, que ocorrerão mensalmente, serão ampla e previamente divulgadas pela direção da Unidade, garantindo-se a participação livre a todos os interessados, que nelas terão direito a voz.

§ 2º A pauta e o calendário de reuniões serão elaborados pelos membros dos Conselhos Gestores.

§ 3º As deliberações do Conselho Gestor, quando for o caso, exigirão a presença de quórum e serão tomadas por maioria simples, exceto as que exigirem maioria absoluta nos termos desta lei.

§ 4º Os suplentes serão classificados em ordem de eleição, no caso da representação da sociedade civil e dos trabalhadores, ou de indicação, no caso de representantes dos órgãos públicos, e terão direito a voto apenas quando estiverem exercendo, em substituição regular, a titularidade da representação do segmento ao qual pertencem.

§ 5º As atas das reuniões dos Conselhos Gestores serão assinadas pelos seus membros e, acompanhadas das respectivas listas de presença, tornadas públicas, disponibilizando cópia das mesmas para arquivo do Conselho a quem compete dar ciência do seu teor, sempre que julgar necessário, ao correspondente Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz.

§ 6º Os requerimentos de informação e as solicitações do Conselho Gestor devem ser respondidos pelo Departamento de Parques e Áreas Verdes - DEPAVE, de SVMA, ao qual se vincula em até 30 (trinta) dias corridos.

§ 7º O Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, adotará as medidas necessárias à solução dos problemas identificados pelo Conselho Gestor.

Art. 8º As atas, deliberações e os comunicados de interesse do Conselho Gestor deverão ser afixados nas entradas e no interior do parque, em locais de fácil acesso e visualização por todos os frequentadores e interessados, e, sempre que possível, disponibilizados pela Internet.

Art. 9º A Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente viabilizará a comunicação entre os Conselhos Gestores, bem como a ampla divulgação de suas atividades e deliberações em seu portal na Internet ou por outros meios.

Art. 10 São competências dos Conselhos Gestores dos Parques Municipais, ressalvadas as que são exclusivas do Poder Público:

I - acompanhar, fiscalizar e propor medidas visando à organização dos parques municipais, à melhoria do sistema de atendimento aos frequentadores e à consolidação de seu papel como centro de cultura, lazer e recreação e como unidade de conservação e educação ambiental;

II - propor estratégias de ação visando à integração do trabalho do parque a planos, programas e projetos intersetoriais;

III - participar da elaboração ou da atualização do Plano Diretor, do Plano de Gestão e do Regulamento de Uso dos respectivos parques, assim como do planejamento das atividades neles desenvolvidas, respeitando as normas e restrições de uso estabelecidas pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente;

IV - participar, analisar e opinar sobre pedidos de autorização de uso dos espaços dos parques municipais, inclusive para realização de shows e eventos, considerando as diretrizes da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e o Plano de Gestão do Parque;

V - auxiliar a direção do parque, a fim de esclarecer os frequentadores sobre suas questões, conservação e importância para o bem comum, a qualidade de vida e a sustentabilidade;

VI - articular as populações do entorno do parque, para promover o debate e elaborar propostas sobre as questões ambientais locais, em consonância com as diretrizes da política da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente;

VII - incentivar a participação das comunidades que frequentam os parques na articulação com os Conselhos Regionais de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz, fazendo avançar a discussão de temas de interesse ambiental e a elaboração participativa de planos de desenvolvimento sustentável;

VIII - participar de cursos, treinamento, campanhas e eventos que visem ampliar a participação em suas atividades e melhorar o desempenho dos membros dos Conselhos;

IX - promover política de comunicação e atividades externas para divulgar a existência dos Conselhos e o trabalho desenvolvido por seus membros;

X - examinar propostas, denúncias e queixas, encaminhadas por qualquer pessoa, movimento ou entidade social, podendo remetê-las, pela importância ou gravidade, aos Conselhos Regionais de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz;

XI - solicitar e ter acesso às informações de caráter técnico-administrativo, econômico-financeiro e operacional, incluindo as referentes a obras, acompanhar o Orçamento Participativo, a execução do Plano de Gestão e o cumprimento das metas correspondentes a cada parque;

XII - promover reunião anual de prestação pública de contas, avaliação de resultados e planejamento de trabalho do respectivo Conselho;

XIII - manter intercâmbio, trocar experiências e desenvolver atividades conjuntas, de cunho intersetorial, com outros conselhos que atuam em políticas públicas no âmbito de cada Subprefeitura;

XIV - incentivar a organização e a participação da sociedade em fóruns, associações, outras entidades e movimentos sociais, com vistas a fortalecer sua representação nos Conselhos Gestores dos Parques Municipais;

XV - elaborar, aprovar e manter atualizados o Regimento Interno de cada Conselho e suas normas de funcionamento, deliberando as questões de competência exclusiva dos Conselhos.

Art. 11 Os membros do Conselho Gestor perderão o mandato nas seguintes hipóteses, dentre outras:

I - constatação da prática de ato lesivo ao meio ambiente ou à Administração Pública ou contrário aos bons costumes;

II - não comparecimento a mais de 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 6 (seis) alternadas.

Art. 12 A Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente proporcionará ao Conselho Gestor as condições para o seu pleno e regular funcionamento.

§ 1º O disposto no "caput" deste artigo compreende a garantia de local adequado e fixo para as reuniões, de infraestrutura e de recursos financeiros, materiais e humanos necessários ao exercício da função de membro do Conselho Gestor.

§ 2º A direção do parque correspondente a cada Conselho adotará as medidas necessárias para que os representantes dos trabalhadores possam comparecer às reuniões e participar das atividades do Conselho Gestor.

§ 3º A Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente deverá promover e estimular a participação dos conselheiros em atividades de formação, cursos de capacitação e campanhas educativas, de acordo com planejamento e conteúdo definidos pela Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz - UMAPAZ.

§ 4º A realização dos eventos referidos no § 3º deste artigo poderá se dar diretamente por meio da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente ou mediante a realização de acordos com outras instituições públicas ou privadas, definidos na Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz - UMAPAZ.

Art. 13 A Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, com a colaboração do Departamento de Participação e Fomento a Políticas Públicas, manterá atualizado Cadastro Municipal dos Conselheiros Gestores de Parques Municipais e promoverá Encontro Municipal de Conselhos Gestores e de Conselheiros de Parques Municipais, com a finalidade de propiciar a troca de experiências e de recolher sugestões para a melhoria da política municipal de meio ambiente e sustentabilidade.

Parágrafo Único - O Encontro Municipal de Conselhos Gestores e de Conselheiros de Parques Municipais, previsto no "caput" deste artigo, poderá ser precedido de encontros regionais com o mesmo caráter.

Art. 14 As disposições desta lei aplicam-se ao Centro Municipal de Campismo - CEMUCAM, respeitadas suas especificidades.

Art. 15 Os Conselhos Gestores já instituídos terão o prazo de 1 (um) ano, a contar de sua edição, para se adequarem a esta lei.

Art. 16 As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 17 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 13.539, de 20 de março de 2003.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 27 de novembro de 2013, 460º da fundação de São Paulo.

NADIA CAMPEÃO, Prefeita em Exercício

ROBERTO NAMI GARIBE FILHO, Respondendo pelo cargo de Secretário do Governo Municipal

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 27 de novembro de 2013.

Você conhece a Secretaria do Verde?

A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) foi criada em 1993 (Lei n. 11426/93). Desde então vem passando por reorganizações para dar conta das questões ambientais da cidade de São Paulo, sendo a última delas, que criou os Núcleos de Gestão Descentralizada, de 2009 (Lei n. 14887/09).

Principais ações:

- **Clima**
 - Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia e Lei da Mudança do Clima
- **Polluição do ar**
 - Programa de Inspeção Veicular Ambiental
- **Água**
 - Operação Defesa das Águas
 - Programa de Parques Lineares
- **Verde**
 - Programa de Arborização
 - Programa 100 Parques
- **Ecoeconomia**
 - Zeladoria de Praça
 - Florir
- **Educação Ambiental**
- **Fiscalização**
- **Licenciamentos ambientais**

Endereços

Pq. do Carmo - Casarão
Av. Sampaio e Souza 951 - Itaquera
Fone: 11 2749 2272

Pq. do Carmo - Casarão
Av. Sampaio e Souza 951 - Itaquera
Fone: 11 2749 2272

Av. Tucuruí 808 - Tucuruí
Fone: 11 2987 3844 - ramais 109 e 130
11 2951 3508

Rua Treze de Maio 1570 - Bela Vista
Fone: 11 3262 3004

Subprefeitura de Santo Amaro
Pça. Floriano Peixoto, 54 - Interlagos
Fone: 11 5666 3744

Pq. Esportivo do Trabalhador (antigo CERET)
Rua Caetano de Abreu Ff's - Vila Formosa
Fone: 11 2076 1059 / 11 2268 0744

R. Carlos da Cunha Mattos 67 - Chácara Inglesa
Fone: 11 3902 7618
Fax: 11 3904 9800

Pq. Previdência
Rua Pedro Pectini 88 - Jardim Ademar
Fone: 11 3721 7430

Subprefeitura de Morumbi
Av. Guarapiranga 1265
Fone: 11 3396 8495

Rua Nicola Mayon 859 - Interlagos
Fone: 11 5666 3744

**A Secretaria do Verde
mais perto de você**

ANEXO C – TERMO DE RESPONSABILIDADE SVMA **TERMO DE RESPONSABILIDADE****SEI 6027.2018/0004928-9**

Eu, ROSANGELA MARTINS DE ARAUJO RODRIGUES, mestranda em Ciências da Atividade Física pela Universidade de São Paulo, portadora do RG nº 16.464.754-5, CPF 087.628.188-99, residente à Rua São Donaciano, 159, São Paulo-SP, Telefone (11) 97649-6280, e-mail: rosangelamartins@usp.br, proponente do projeto de pesquisa científica intitulado "Atividade física e lazer na cidade de São Paulo: um enfoque sobre os parques urbanos", a ser realizado nos parques: Raposo Tavares, Carmo, Ibirapuera e Anhanguera, firmo o presente Termo de Responsabilidade mediante as seguintes cláusulas e condições:

- a) Realizar o Trabalho de Graduação em tela de acordo com a documentação apresentada para análise e instrução do Processo SEI nº 6027.2018/0004928-9.
- b) Cumprir a legislação brasileira em vigor e tratados internacionais de proteção dos recursos naturais, toda a legislação relativa à pesquisa, expedições científicas, patentes e segredos de indústria, todos os termos do Decreto Federal nº2.519/98 que promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica e ainda o disposto na Medida Provisória nº2.186-16/01.
- c) Comunicar – se com os técnicos do DEPAVE, responsáveis pela custódia do Processo Administrativo em questão.
- d) Requerer, quando necessário e nas hipóteses exigidas em lei, autorização para acesso a componentes do patrimônio genético.
- e) Entregar à divisão responsável relatórios semestrais, contendo no mínimo: resumo das atividades executadas, descrição das pesquisas realizadas (localização e período) e descrição dos resultados obtidos.
- f) Contribuir para divulgação da Convenção sobre Diversidade Biológica no meio acadêmico, científico, técnico e popular, especialmente na região alvo da pesquisa.
- g) Concluir a pesquisa no prazo de 02 meses de acordo com cronograma apresentado, contados a partir de sua assinatura.

**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
VERDE E MEIO AMBIENTE

- h) Ao final da pesquisa, retirar dos parques todos os materiais utilizados no desenvolvimento do trabalho.
- i) Citar no trabalho concluído a Prefeitura do Município de São Paulo, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, o Departamento de Parques e Áreas Verdes, bem como os técnicos que contribuíram com a pesquisa e acompanharam o desenvolvimento do projeto.
- j) Entregar 01 (uma) cópia impressa e 01 (uma) cópia digital do trabalho concluído ao DEPAVE para ser arquivada na biblioteca da SVMA.
- k) A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO fica isenta de qualquer responsabilidade decorrente de acidentes que possam ocorrer com o (a) aluno (a) ou seus auxiliares em suas dependências.
- l) O Sistema Eletrônico de Informações será encerrado no prazo indicado no item "g" e qualquer alteração deverá ser comunicada com antecedência de 30 (trinta) dias.
- m) Responsabilizar-se pela equipe da presente pesquisa.
- n) O não cumprimento das cláusulas acima ou conduta inadequada pelo pesquisador e/ou sua equipe implicará na imediata interrupção da pesquisa e da autorização para ingressar nas unidades da SVMA.

São Paulo, 28 de dezembro de 2018.

ROSANGELA MARTINS DE ARAUJO RODRIGUES

RG. 16.464.754-5

PRISCILLA CERQUEIRA

RF 724.506-8

Comissão Técnica de Avaliação Científica

ANEXO D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

USP - ESCOLA DE ARTES,
CIÊNCIAS E HUMANIDADES
DA UNIVERSIDADE DE SÃO

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Atividade física e lazer na cidade São Paulo: Um enfoque sobre os parques urbanos públicos

Pesquisador: ROSANGELA MARTINS DE ARAUJO RODRIGUES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 87787817.8.0000.5390

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.067.711

Apresentação do Projeto:

Pesquisa de natureza qualitativa, com finalidade exploratória e enfoque bibliográfico, onde serão investigadas categorias teóricas de análise centradas nos termos-chave lazer, atividade física e parques urbanos; pesquisa documental, que terá como objeto a documentação oficial da gestão pública, especificamente da Secretaria do Verde e Meio Ambiente – SVMA, para análise da oferta de atividades físicas e de lazer nos parques públicos urbanos da cidade de São Paulo, bem como de possíveis projetos intersetoriais; pesquisa de campo, que será realizada entrevista não estruturada, com transcrição integral das entrevistas e aplicada a análise de discurso. Os questionários, com perguntas abertas e fechadas, serão formulados acerca das motivações para a prática de atividades físicas e de lazer dos frequentadores (adultos) dos parques públicos urbanos. Para entrevista, a amostra será formada por Gestores/administradores de cinco parques públicos, selecionados intencionalmente, segundo o critério de maior parque público urbano da região na cidade de São Paulo. A referência para seleção dos gestores públicos será o Guia de Parque, publicado em terceira edição pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente SVMA. Pretende-se selecionar ao menos um parque urbano em cada macrorregião da cidade de São Paulo: Oeste, Leste, Norte, Sul e Centro. Para os questionários, a amostra será formada por 200 frequentadores adultos de parques urbanos na cidade de São Paulo, aleatoriamente abordados. Em cada parque serão duas amostras, uma da frequência durante os dias da semana que compreende o intervalo de segunda à sexta-feira, e outra que represente os finais de semana, sábado e domingo.

Endereço: Av. Arlindo Bettio, nº 1000

Bairro: Ermelino Matarazzo

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3091-1046

CEP: 03.828-000

E-mail: cep-each@usp.br

USP - ESCOLA DE ARTES,
CIÊNCIAS E HUMANIDADES
DA UNIVERSIDADE DE SÃO

Continuação do Parecer: 3.067.711

Objetivo da Pesquisa:

- Identificar os fatores motivacionais de adultos para a aderência à prática de atividade física no tempo de lazer em parques urbanos públicos da cidade de São Paulo;
- analisar o perfil de público e a oferta de atividades físicas para o lazer no âmbito de parques urbanos públicos;
- Conhecer o contexto de parques urbanos públicos para a prática de atividades físicas no tempo de lazer;
- identificar estratégias de gestão para implementar atividades físicas para o lazer nos espaços públicos da cidade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

- Riscos

Os riscos são mínimos.

- Benefício

Contribuirão para efetividade das políticas públicas no campo da atividade física e lazer em parques públicos urbanos na cidade de São Paulo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Tema relevante para a área de Lazer e Meio ambiente.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos exigidos estão de acordo com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde - MS foram inseridos na Plataforma Brasil.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado, pois está de acordo com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde - MS.

Considerações Finais a critério do CEP:

Parecer aprovado, pois está de acordo com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde - MS

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Av. Arlindo Bettio, nº 1000	CEP: 03.828-000
Bairro: Ermelino Matarazzo	
UF: SP	Município: SÃO PAULO
Telefone: (11)3091-1046	E-mail: cep-each@usp.br

**USP - ESCOLA DE ARTES,
CIÊNCIAS E HUMANIDADES
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

Continuação do Parecer: 3.087.711

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1022535.pdf	31/10/2018 23:17:24		Aceito
Outros	CartaApresProtocoloPesquisa_out18003.jpg	31/10/2018 23:16:02	ROSANGELA MARTINS DE ARAUJO	Aceito
Cronograma	Quali_Rosangela_nusp9768420_outubro2018.pdf	31/10/2018 23:14:11	ROSANGELA MARTINS DE ARAUJO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEsclarecido_Parques.pdf	31/10/2018 23:13:21	ROSANGELA MARTINS DE ARAUJO RODRIGUES	Aceito
Cronograma	Projeto_NovoCronograma.pdf	17/04/2018 00:47:34	ROSANGELA MARTINS DE ARAUJO	Aceito
Outros	AutorizaAcessoDadosSVMA_assinado334.jpg	17/04/2018 00:45:27	ROSANGELA MARTINS DE ARAUJO	Aceito
Outros	AutorizacaoSVMA_assinada.jpg	17/04/2018 00:44:03	ROSANGELA MARTINS DE ARAUJO	Aceito
Outros	CartaProtocola_assinada.jpg	16/04/2018 23:44:33	ROSANGELA MARTINS DE ARAUJO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Qualificacao_RosangelaMARodrigues_nusp9768420.pdf	28/12/2017 23:34:05	ROSANGELA MARTINS DE ARAUJO	Aceito
Folha de Rosto	FolhaRostoAssinada.pdf	28/12/2017 22:16:09	ROSANGELA MARTINS DE ARAUJO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 09 de Dezembro de 2018

Assinado por:
Beatriz Aparecida Ozello Gutierrez
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Arlindo Bettio, nº 1000
Bairro: Ermelino Matarazzo CEP: 03.828-000
UF: SP Município: SAO PAULO
Telefone: (11)3091-1046 E-mail: cep-each@usp.br